

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CLÁUDIO MAURÍCIO ZORZAN

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO MEIO UNIVERSITÁRIO:
DA “AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA” À “PASTORAL UNIVERSITÁRIA”**

CAMPINAS - SP

2024

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE CIÊNCIAS HUMANAS, JURÍDICAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU*
EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO
CLÁUDIO MAURÍCIO ZORZAN

**A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO MEIO UNIVERSITÁRIO:
DA “AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA” À “PASTORAL UNIVERSITÁRIA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação – Mestrado – em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Campinas, como exigência para obtenção do grau de mestrado.

Orientador: Prof. Dr. Breno Martins Campos

CAMPINAS – SP

2024

282 Z88a	<p>Zorzan, Cláudio Maurício</p> <p>A atuação da Igreja Católica no meio universitário: da “ação católica brasileira” à “pastoral universitária” / Cláudio Maurício Zorzan. - Campinas: PUC-Campinas, 2024.</p> <p>123 f.</p> <p>Orientador: Breno Martins Campos.</p> <p>Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2024.</p> <p>Inclui bibliografia.</p> <p>1. Igreja Católica. 2. Estudantes universitários. 3. Juventude Universitária Católica. I. Campos, Breno Martins. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Ciências Humanas, Jurídicas e Sociais. Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião. III. Título.</p> <p>23. ed. CDD 282</p>
-------------	---

CLÁUDIO MAURÍCIO ZORZAN

A ATUAÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO MEIO UNIVERSITÁRIO: DA “AÇÃO CATÓLICA BRASILEIRA” À “PASTORAL UNIVERSITÁRIA”

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião da PUC-Campinas, e aprovada pela Banca Examinadora.

APROVADA: 15 de fevereiro de 2024.



PROF. DR. NEY DE SOUZA (PUC-SP)



PROFA. DRA. CECI MARIA COSTA BAPTISTA MARIANI (PUC-CAMPINAS)



PROF. DR. BRENO MARTINS CAMPOS – PRESIDENTE (PUC-CAMPINAS)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe, Maria José Lopes Zorzan, pela parceria, paciência, dedicação, carinho e amor, que fizeram total diferença durante o tempo de estudo.

Ao meu amigo Marco André Dias Cantanhede, um irmão que a vida me presenteou, e que sempre me incentivou a fazer o mestrado, me apoiando e sempre se preocupando em ver como estava a minha caminhada acadêmica.

Ao meu psicoterapeuta Jorge Spolaore, que através dos encontros na terapia semanal foi essencial em todo o processo, me fortalecendo nos momentos de dificuldades e me incentivando sempre.

Agradeço de maneira especial ao meu querido amigo Pe. Luiz Roberto Benedetti (Benê), que um dia me levou para a Pastoral Universitária.

A todos os meus colegas de turma, mas principalmente Leonardo Henrique de Souza Silva, que em vários momentos em que pedi ajuda foi muito prestativo.

A todos os meus professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião (Mestrado), mas principalmente o Prof. Dr. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves, que de maneira particular me ajudou muito.

Ao meu orientador Prof. Dr. Breno Martins Campos, com quem tive momentos especiais na orientação, pois tínhamos uma boa sinergia. Agradeço a atenção, empatia, paciência e carinho para comigo. Eu o levarei para sempre como um grande presente dessa experiência que vivi nesses dois anos.

Quando cheguei ao Mestrado, fui muito bem acolhido pelo Prof. Dr. Renato Kirchner, que naquele período era o Coordenador, assim como pelo Prof. Dr. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves e Prof. Dr. Breno Martins Campos, que nem era ainda o meu orientador. Agradeço o carinho, atenção e a acolhida naquele início.

Agradeço aos membros da banca de Qualificação e de Defesa de Tese da Dissertação do Mestrado, o Prof. Dr. Breno Martins Campos (meu orientador), a Profa. Dra. Ceci Maria Costa Baptista Mariani (que também foi minha professora) e o Prof. Dr. Pe. Ney de Souza (da PUC-São Paulo). Eles foram atenciosos, pacientes e empáticos comigo.

Agradeço a Marlei Aparecida Costa Pereira, do administrativo do PPGCR da PUC-Campinas, que sempre foi solícita e gentil comigo em todas as vezes que precisei de seu auxílio.

Agradeço ao André Celestino da Silva, meu parceiro de trabalho no Setor Pastoral Universitária no Campus II da PUC-Campinas, que foi compreensivo em alguns momentos em que tive que me ausentar e que sempre esteve de prontidão para me ajudar.

Agradeço ao Pe. Antonio Douglas de Moraes, Coordenador da Pastoral Universitária e minha chefia direta na instituição, que me incentivou e me possibilitou fazer o mestrado. Estendo o agradecimento à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas), que me ofereceu a Bolsa Capacitação para cursar o Mestrado. Essas duas atitudes fizeram uma grande diferença. Gratidão!

E a todos que direta ou indiretamente me ajudaram a chegar até esse momento tão singular.

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral apresentar o fenômeno religioso à luz das Ciências da Religião, em um recorte sobre a atuação da Igreja Católica no âmbito universitário, assim como discutir se o jovem universitário tem uma dualidade entre a fé que professa e a fé que vivencia, não somente no ambiente acadêmico, mas também na sociedade. Apresenta, ainda, o ser humano em sua relação com a religião, dentro da fé católica, e com o mundo contemporâneo globalizado e secularizado. Além disso, demonstra historicamente como a Igreja Católica direciona essa mesma vivência desde o fim da década de 30 do século XX até a atualidade. Inicialmente, pelo movimento eclesial chamado “Ação Católica Brasileira”, que era uma espécie de associação ou organismo de leigos e leigas cristãos católicos dedicados à defesa dos valores e princípios cristãos, para evangelizar e transformar a sociedade com forte teor político progressista. A Ação Católica Brasileira era proveniente da “Ação Católica” iniciada em Roma, na Itália, no pontificado do Papa Pio XI, que, apesar de ter um viés mais conservador, também tinha como objetivo a evangelização da sociedade através do laicato. No Brasil, teve destaque por meio da JUC (Juventude Universitária Católica) e, depois, no fim dos anos 1990 ao início de 2000, com a PU (Pastoral Universitária), com o respaldo da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), e atualmente pela PdU (Pastoral da Universidade). A PdU é uma pastoral organizada pelas próprias IES (Instituições de Ensino Superior) confessionais católicas, partindo do carisma da congregação religiosa ou de orientações da diocese das quais fazem parte, através de setores, paróquias ou capelanias universitárias. Esta dissertação apresenta documentos, cartas encíclicas e declarações públicas do Papa João XXIII e do Papa Francisco, que são dois pensadores da religiosidade cristã católica nas universidades. Apresenta também análises dos materiais empíricos, frutos de pesquisas realizadas nas Pontifícias Universidades Católicas (PUC-RS, PUC-SP, PUC-Minas e PUC-Rio). Como resultado, chegou-se à consideração de que os jovens universitários vivem uma grande dualidade entre a fé professada na religião católica e a vivência do cotidiano na universidade e na sociedade, mesmo em face das variadas formas de orientação da Igreja Católica.

Palavras-chave: Igreja Católica; Universitários; Pastoral Universitária; Ação Católica Brasileira; JUC – Juventude Universitária Católica.

ABSTRACT

This dissertation aims to comprehensively present the religious phenomenon through the lens of Religious Studies, focusing on the role of the Catholic Church within the university context. Additionally, it explores whether young university students experience a duality between the faith they profess and the faith they live out, not only within the academic environment but also in society at large. The study delves into the human relationship with religion within the Catholic faith, considering the contemporary globalized and secularized world. Furthermore, it historically traces how the Catholic Church has directed this experience from the late 1930s until the present day. Initially, the narrative unfolds through the ecclesial movement known as the "Brazilian Catholic Action," an association of lay Christian Catholics dedicated to defending Christian values and principles. This movement aimed to evangelize and transform society with a strong progressive political emphasis. Originating from the "Catholic Action", initiated in Rome, Italy, during the pontificate of Pope Pius XI, it had a more conservative orientation. Still, it shared the objective of societal evangelization through the laity. In Brazil, it gained prominence through the Catholic University Youth and later, from the late 1990s to the early 2000s, through University Pastoral, endorsed by the National Conference of Bishops of Brazil, and presently through the University Pastoral. The University Pastoral is organized by Catholic Higher Education Institutions, drawing from the charism of religious congregations or diocesan guidelines, operating through sectors, parishes, or university chaplaincies. This dissertation presents documents, encyclical letters, and public statements from Pope John XXIII and Pope Francis, both influential figures in Catholic Christian religiosity within universities. It also analyses empirical materials derived from research conducted at Pontifical Catholic Universities (PUC-RS, PUC-SP, PUC-Minas, and PUC-Rio). The findings suggest that young university students navigate a significant duality between the professed faith in the Catholic religion and the lived experience of daily life in the university and society, despite the various guidance provided by the Catholic Church.

Keywords: Catholic Church. University Students. University Pastoral. Brazilian Catholic Action. Catholic University Youth.

LISTA DE ABREVIACOES

- ABESC – Associação Brasileira de Escolas Superiores Catolicas
- ACB – Ação Catolica Brasileira
- ACE – Ação Catolica Especializada
- ACF – Ação Catolica Francesa
- ACG – Ação Catolica Geral
- AEC – Associação de Educação Catolica do Brasil
- AI 5 - Ato institucional no 05
- ANAMEC – Associação Nacional de Mantenedoras de Escolas Catolicas do Brasil
- ANEC – Associação Nacional de Educação Catolica do Brasil
- AP – Ação Popular
- AUC – Ação Universitria Catolica
- CAPES – Coordenação de Aperfeioamento de Pessoal de Nvel Superior
- CCJ – Centro de Cursos de Capacitação da Juventude
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- CELAM – Conselho Episcopal Latino-Americano
- CEP - Comit de tica em Pesquisa
- CERIS – Centro de Estatsticas Religiosas e Investigações Sociais
- CDL – Curso de Dinmica para Lderes
- CNLB – Conselho Nacional do Laicato do Brasil
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientfico e Tecnolgico
- CONSEP – Conselho Episcopal Pastoral
- CNBB – Conferncia Nacional dos Bispos do Brasil
- CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Cientfico e Tecnolgico
- CRE – Cultura Religiosa
- CUBs - Comunidades Universitrias de Base
- DSI – Doutrina Social da Igreja
- EaD – Educação  Distncia
- ENPU - Encontro Nacional da Pastoral Universitria
- FIP - Fundo de Incentivo  Pesquisa
- FMVD – Fraternidade Missionria Verbum Dei

GOU – Grupo de Oração Universitária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IES – Instituições de Ensino Superior
IESCs – Instituições de Ensino Superior Católicas
JAC – Juventude Agrária Católica
JCB – Juventude Católica Brasileira
JEC – Juventude Estudantil Católica
JFC – Juventude Feminina Católica
JIC – Juventude Independente Católica
JMJ - Jornada Mundial da Juventude
JOC – Juventude Operária Católica
JUC – Juventude Universitária Católica
JUCF – Juventude Universitária Católica Feminina
LFAC – Liga Feminina de Ação Católica
LUC – Liga Universitária Católica
MCC – Movimento de Cursilhos de Cristandade
MCD – Movimento Contra a Ditadura
MCL – Movimento de Comunhão e Libertação
MCU - Movimento de Cristãos Universitários
ME – Movimento Estudantil
MTC – Movimento dos Trabalhadores Cristãos
MUR - Ministério Universidades Renovadas
OMS – Organização Mundial da Saúde
ONG – Organização não governamental
OPP – Opção Preferencial pelos pobres
PCB – Partido Comunista do Brasil
PdU – Pastoral da Universidade
PJ – Pastoral da Juventude
PJE – Pastoral da Juventude Estudantil
PO – Pastoral Operária
POM – Pontifícias Obras Missionárias
PU – Pastoral Universitária

PUC-Campinas – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
PUC-Minas - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
PUC-RS - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PUC-SP - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUR – Projeto Universidades Renovadas
RdP – Revisão de Prática
RdV – Revisão de Vida
REB - Revista Eclesiástica Brasileira
RCC - Renovação Carismática Católica
SNALE – Secretariado Nacional do Apostolado dos Leigos
SPU – Serviço de Pastoral Universitária
SU – Setor Universidades
TL – Teologia da Libertação
TLC - Treinamento de Liderança Cristã
UC – União Católica
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto
UNE – União Nacional dos Estudantes
UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas
UNICAP – Universidade Católica de Pernambuco
USF – Universidade São Francisco
V-J-A – Ver – Julgar - Agir

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1. A AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO MEIO UNIVERSITÁRIO.....	15
1.1. Ação Católica	15
1.2. Ação Católica Brasileira e Juventude Universitária Católica.....	19
1.3. Pastoral Universitária.....	31
1.4. Pastoral Universitária hoje - Setor Universidades.....	44
CAPÍTULO 2. A INFLUÊNCIA DO CONCÍLIO VATICANO II DO PAPA JOÃO XXIII E DA IGREJA EM SAÍDA DO PAPA FRANCISCO NO MEIO UNIVERSITÁRIO.....	56
2.1. O Concílio Ecumênico Vaticano II	57
2.2. Encontros e Conferências Episcopais da Igreja na América Latina.....	62
2.3. O Papa Francisco e a "Igreja em saída"	72
2.4. O Pacto Educativo Global	75
CAPÍTULO 3. ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO DAS PONTIFÍCIAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS.....	84
3.1. O jovem contemporâneo e a relação com a religião	84
3.2. Análise do material empírico dos jovens universitários católicos da PUC-RS.....	90
3.3. Análise do material empírico dos jovens universitários católicos da PUC-SP.....	98
3.4. Análise do material empírico dos jovens universitários católicos da PUC-Minas.....	103
3.5. Análise do material empírico dos jovens universitários católicos da PUC-Rio.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	111
REFERÊNCIAS.....	119

INTRODUÇÃO

Esta dissertação de mestrado demonstra a atuação da Igreja Católica no meio universitário. Apresenta o jovem universitário e sua relação com a religião dentro da fé católica e com o mundo contemporâneo globalizado e secularizado. O objetivo é colocar à prova a hipótese de uma dualidade da fé professada com a fé vivenciada pelo jovem universitário na universidade e na sociedade brasileira. Apresentando, ainda, a atuação da Igreja Católica no meio universitário, iniciando com a ACB até a PU. Tem como objetivos secundários mostrar que a Igreja Católica desde muito tempo norteou e orientou a vivência da fé no cotidiano universitário e também apresentar experiências vivenciadas em algumas Pontifícias Universidades Católicas no Brasil: PUC-RS, PUC-SP, PUC-Minas e PUC-Rio.

A atuação da Igreja Católica no mundo universitário existe desde longa data. Apresentava orientações para que o universitário católico pudesse vivenciar a sua fé no mundo, mas principalmente no ambiente acadêmico. Apresentou documentos, cartas encíclicas ou declarações públicas de papas com orientações até nossos dias atuais. Com isso houve pastorais, movimentos e organismos da Igreja Católica para contribuir com esse ensinamento.

Essa presença da Igreja Católica se fortifica com a AC, que era uma associação do laicato católico dedicado exclusivamente à defesa dos valores e princípios cristãos dentro da sociedade, com o objetivo de evangelização dos ambientes. Nasce na Itália com o sociólogo Giovanni Acquaderni e com o ativista Mário Fani, e contou com a aprovação oficial do Vaticano em 23 de dezembro de 1922, pelo Papa Pio XI, que tinha como propósito a evangelização do mundo, via laicato cristão. Foi a primeira vez que um Sumo Pontífice deu importância e ênfase ao trabalho dos leigos e leigas na Igreja e no mundo, o que trouxe incômodo à hierarquia eclesiástica. Ele realmente queria “cristianizar” o mundo, ou seja, toda a sociedade, e percebeu que isso só ocorreria com o laicato que já estava inserido nele.

A AC tinha um viés conservador, mas quando chega no Brasil, onde ficou conhecida como ACB, com o passar do tempo e com o envolvimento dos membros com partidos políticos de esquerda e com o ME, tornou-se progressista. Em outubro de 1935, o cardeal Dom Sebastião Leme, representando os arcebispos e bispos do Brasil (pois não havia algo como a CNBB na década de 1930), recebeu uma carta do Papa Pio XI, oficializando a ACB.

Como dito anteriormente, num primeiro momento, a ACB teve um viés conservador, durante os primeiros anos de sua atuação dentro da sociedade, com vários grupos que foram criados para a realização dessa evangelização. Porém, na década de 1960, nasceram os grupos: JAC, JEC, JIC, JOC e a JUC que tiveram um viés progressista, sobretudo a JUC e a JOC. A TL

e a OPP fortaleceram a JUC, que passou a ter ambas como base e com isso se sentia mais forte para lutar para a transformação da sociedade. Depois, houve envolvimento com política partidária, sobretudo com o PCB e experimentou uma grande crise em sua relação com a CNBB e até com alguns membros que não concordavam com sua nova identidade, que conflitava com a prática religiosa.

Com a ditadura militar brasileira, houve grande repressão aos movimentos progressistas da época e com isso a JUC e todos os grupos com envolvimento de jovens estudantes universitários progressistas foram encerrados. Após, houve um grande período em que a Igreja Católica não se pronunciou e nem houve nenhuma atividade ligada à evangelização do meio universitário, até que em 1979 nasce a PU, que tinha suas raízes na JUC e como base o Método V-J-A, a Rdv, a TL e a OPP. A PU tinha o objetivo de evangelização do meio universitário e de transformação da sociedade, com atividades e vivências dentro e fora da Igreja Católica. A PU teve seu auge nas décadas de 1980 e 1990, até perder as suas forças em meados dos anos 2000.

Em 1997, foi criado o SU dentro da Comissão Episcopal para a Educação e Cultura, que passou a organizar a ação evangelizadora no meio universitário, englobando movimentos e pastorais, incluindo a PU e a PdU.

A PdU era uma pastoral organizada pelas IES de confissão católica, que partiam do carisma das congregações religiosas ou das dioceses que estavam à frente da Universidade. Portanto, a PdU não tinha o viés da PU, que, por sua vez, tinha grande envolvimento com a transformação da sociedade, com a TL, OPP, RdV e com o Método V-J-A. A PdU estava mais ligada às Paróquias ou Capelarias Universitárias, valorizando as atividades sacramentais, como missas, momentos oracionais, grupos de terço, grupo de oração, cursos de Iniciação Cristã de Adultos, batismos, casamentos etc. A PdU existe até os dias atuais, mas muitas universidades católicas a chamam de PU e estão muito ligadas a departamentos, setores, paróquias ou capelarias universitárias. A SU da CNBB fortalece, chamando todas as experiências de evangelização universitárias da atualidade de PU.

Esta dissertação apresenta um recorte sobre os pontificados do Papa João XXIII e do Papa Francisco, por ambos terem uma singularidade em suas ações pastorais em seus pontificados, pois ambos propõem uma abertura da Igreja Católica para um diálogo com o mundo. O Papa João XXIII com o Concílio Vaticano II e o Papa Francisco com a sua proposta de uma “Igreja em Saída”, que através do “Pacto Global Educativo” tem forte ligação com o meio universitário. Apresenta também a importância de Encontros e Conferências Episcopais da Igreja na América Latina para o fortalecimento da evangelização do meio universitário.

A dissertação é finalizada com experiências que foram vivenciadas, via pesquisas realizadas, nas Pontifícias Universidades Católicas: PUC-RS, PUC-SP, PUC-Minas e PUC-Rio. A proposta é, através do resultado dessas pesquisas realizadas em 2011 (PUC-RS), 2012 (PUC-SP), 2013 (PUC-Minas) e, a mais recente, em 2018 (PUC-Rio), chegar à conclusão sobre a hipótese de que a juventude universitária, mesmo tendo orientações da Igreja Católica, vivencia uma grande dualidade entre a fé que professa e a fé que vivencia na sociedade, sobretudo, no âmbito universitário.

1. AÇÃO DA IGREJA CATÓLICA NO MEIO UNIVERSITÁRIO

A Igreja Católica, há muito tempo está presente na vida do universitário católico, apresentando orientações para a sua vivência no cotidiano da vida acadêmica ou mesmo em sua atuação na sociedade. Isso se iniciou de maneira mais concreta com a AC e com a ACB, depois, com a JUC e, posteriormente, e até os dias atuais, através da PU, com a orientação do SU da CNBB. Os grupos estão em IES estaduais, federais e particulares, mas, sobretudo, nas de confissão católica.

Este capítulo apresenta o início da AC na Itália, com o sociólogo Giovanni Acquaderni e com o ativista Mário Fani. Em seguida, com a aprovação oficial do Vaticano, com o Papa Pio XI. Depois, apresenta a chegada da Ação Católica no Brasil e seus desdobramentos, com viés progressista. Apresenta, ainda, a JUC e sua atuação dentro e fora da Igreja Católica, até o seu fim com o início da ditadura no Brasil.

O capítulo apresenta, a seguir, o nascimento da PU, assim como suas especificidades, opções e base teológica. Apresenta a caminhada da ação pastoral dentro do meio universitário até os dias atuais, nos quais a PU engloba todas as ações de evangelização no âmbito universitário, assessorado pelo SU da CNBB.

1.1. Ação Católica

Ney de Souza, em seu artigo “Ação Católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites”, afirma que a AC, a ACB e a JUC foram movimentos singulares para o início dessa caminhada de interação com o jovem universitário. A ACB e a JUC tiveram primaz importância para a constituição da PU e a da PdU, que até os dias atuais têm orientado o jovem universitário no meio acadêmico e na sua atuação no mundo (SOUZA, 2006).

A AC foi instituída pelo Papa Pio XI, que a apresentou como um movimento internacional a atuar na perspectiva de inserir o laicato nos trabalhos religiosos, o que não era comum naquele período (MAIA; SALES, 2019).

O Papa Pio XI tinha uma real proposta de inclusão do laicato na evangelização da Igreja Católica, sobretudo, no mundo, o que pode ter causado certo incômodo entre os clérigos que não queriam essa participação dos leigos e leigas.

Para compreender esses movimentos e pastorais no Brasil é necessário remontar a 1867, na Itália, onde eles nasceram, com o sociólogo Giovanni Acquaderni e o ativista Mário Fani. Inicialmente, o movimento liderado por eles foi composto por leigos católicos e se chamava

"Sociedade da Juventude Católica", mas posteriormente ficou conhecido como "AC", que foi um movimento de ação evangelizadora da Igreja em várias partes da sociedade, inclusive no meio acadêmico (SOUZA, 2006).

Em 23 de dezembro de 1922, no pontificado do Papa Pio XI, a AC foi reconhecida oficialmente pela Igreja Católica. Isso ocorreu porque o Sumo Pontífice tinha como objetivo central a missão e a evangelização da sociedade. O Papa passou por um momento muito difícil com o pós-guerra, que trouxe algumas consequências para todo o Ocidente, como transformações políticas, econômicas e sociais, que dificultaram a ação da Igreja Católica no mundo. Tudo isso ocorreu por causa do grande desenvolvimento do capitalismo, do aumento das indústrias e da urbanização nas cidades. Esses fatos trouxeram grandes dificuldades à classe trabalhadora, sobretudo a operária, e um grande aumento da pobreza. Com isso, as ideias socialistas e comunistas proliferaram, o que deixou o Papa Pio XI extremamente incomodado pois estas pregavam o ateísmo. Com a preocupação de amenizar essa situação crítica que a Igreja passava, o Sumo Pontífice escreveu várias cartas encíclicas, nas quais condenou o nazismo, o racismo, o marxismo e o comunismo (SOUZA, 2006).

A primeira encíclica que ele escreveu foi a *Bui Arcano Dei Consilio*, para a qual não existe tradução para o português (SANTANA JUNIOR, 2015).

O Papa quis estimular o interesse das pessoas para criarem uma sociedade totalmente católica na qual reinassem os ensinamentos do evangelho. Souza afirma que:

No pontificado de Pio XI encontramos uma renovação da Ação Católica pelo menos em três aspectos: primeiro, ela é um apelo constante ao caráter apostólico ou ativista dos cristãos; segundo, ela atinge todas as camadas sociais e, terceiro, ela tem um caráter confessadamente leigo ou de comprometimento com a profanidade (SOUZA, 2006, p. 42).

A AC teve grande destaque, pois tinha ações variadas que atingiam muitos setores da sociedade. E se fortaleceu por ter apoio da Igreja Católica e grande participação do clero. O laicato abraçou com grande satisfação essa missão de evangelizar os setores da sociedade, pois a participação plena *ad intra* não lhe era permitido (SANTANA JÚNIOR, 2015).

É importante ressaltar que, naquele mesmo ano, o Sumo Pontífice Pio XI criou um grande instrumento para colaborar com a AC, que foram as POM. Conforme consta no site das POM, essas obras tornaram-se universais em 3 de maio de 1922. Elas têm o objetivo de ajudar as pessoas a expressarem seu testemunho missionário, além de criarem fundos de solidariedade para que os programas de evangelização ocorram em todo o mundo (POM, s.d.).

As POM existem até hoje e em 2022 fizeram 200 anos de atuação na missionariedade.

Podemos destacar também a Carta Encíclica *Quadragesimo Anno*, de 1931, na qual o Sumo Pontífice escreve de maneira muito expressiva aos operários, pedindo que restaurem a sociedade partindo dos valores evangélicos (SOUZA, 2006).

Posto isso, a AC tornou-se primordial para a Igreja Católica se aproximar das classes mais oprimidas e apartadas da sociedade e, assim, conseguir através da ação evangelizadora laical interagir com várias partes da sociedade da época. O Papa também se preocupava em trazer de volta ou converter os cristãos católicos que haviam perdido a fé ou mudado de igreja, pois muitos fiéis foram para o protestantismo (SOUZA, 2006).

O Papa Pio XI, como demonstrado, tinha grande preocupação com o comunismo e o socialismo, sobretudo, porque naquela época havia uma proposta de ateísmo intrínseca nessas duas propostas políticas. Também havia a enorme perda da Igreja para o protestantismo, como foi citado. Mesmo assim, fica claro que o Sumo Pontífice tinha grande interesse de inclusão do laicato na Igreja e na sociedade, mesmo não sendo algo bem visto pela hierarquia da Igreja naquele período. E preocupado estava também com o aumento da pobreza no mundo.

O Papa Pio XI, como demonstrado, tinha grande preocupação com o comunismo e o socialismo, sobretudo, porque naquela época havia uma proposta de ateísmo intrínseca nessas duas propostas políticas. Também havia a enorme perda da Igreja para o protestantismo, como foi citado. Mesmo assim, fica claro que o Sumo Pontífice tinha grande interesse de inclusão do laicato na Igreja e na sociedade, mesmo não sendo algo bem visto pela hierarquia da Igreja naquele período. E também estava preocupado com o aumento da pobreza no mundo.

Dom Marcelo Pinto Carvalheira foi assessor eclesiástico da ACB na segunda metade da década de 50. Ele escreveu um artigo com o título “Momentos Históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira”, no qual apresenta que a AC foi um acontecimento eclesial de grande importância para a história da Igreja no mundo, mas, sobretudo, no Brasil, e que teve três grandes etapas históricas sendo elas: a ACG e o despertar do Laicato; a ACE e o papel próprio do cristão leigo no temporal; e os desdobramentos da AC nos movimentos missionários, nas comunidades de base e na OPP (CARVALHEIRA, 1983).

Sobre a primeira etapa da AC, em seu início na Itália, Carvalheira diz:

Ela se coloca sob o signo e a inspiração de Pio XI. Ele foi precisamente o Papa da Ação Católica. Pontífice marcado por fé corajosa, “*Fides intrepida*”, Pio XI se sentiu desafiado pelas correntes ideológicas, sócio-culturais e políticas de seu tempo, que ameaçavam a influência da fé na vida das pessoas e da sociedade. O liberalismo se difundia, procurando separar sempre mais a religião da vida e da sociedade. O materialismo se afirmava através da sua dupla vertente: o capitalismo com sua ganância incontrolável, sacrificando o trabalhador ao ídolo do lucro; e

o comunismo, com seu programa de ateísmo, reduzindo o homem a um fator da produção material; enfim, os totalitarismos de direita, o nazismo na Alemanha, e o fascismo na Itália, erigindo a raça e o Estado como valores supremos (CARVALHEIRA, 1983, p. 11).

O objetivo do Papa Pio XI era que o laicato do mundo se unisse e se organizasse em prol de um apostolado no mundo contemporâneo, via AC. Era como um mandato, ou seja, um envio oficial da Igreja Católica a todos os leigos e leigas do mundo. Pio XII chama esse envio de “participação no apostolado hierárquico”. Com isso, houve um reconhecimento solene e oficial do laicato na Igreja, que não ocorria anteriormente. Isso também ocorreu por conta da ruptura da Reforma protestante, na qual a Igreja Católica perdeu muitos de seus fiéis. Nos textos do magistério, sobre a AC, são citados várias vezes os livros do Novo Testamento, como Atos dos Apóstolos e as Cartas de São Paulo e de São Pedro, que falam sobre a vida das primeiras comunidades cristãs, nas quais os leigos e leigas tinham papel fundamental. Com isso, enfatizou-se o aspecto apostólico e missionário do laicato – o que leva a uma evidente dimensão social. A AC, com toda certeza, trouxe uma presença indeclinável do apostolado dos leigos e leigas no mundo (CARVALHEIRA, 1983).

O Papa Pio XI tinha objetivos bem claros com a criação da AC:

A grande intuição inicial de Pio XI e da Ação Católica, nas décadas de 20 e 30, e reforçada depois pela Ação Católica Especializada, chegou na sua lógica, à consequência derradeira: o leigo não é um clérigo mutilado, definindo-se pela ausência de alguns atributos do padre e agindo apenas sob a tutela clerical. Não. Mas ele tem o seu estatuto próprio. Sua condição fundamental o faz digno de constituir o povo de Deus, donde brotam os ministérios e a cujo serviço está a hierarquia eclesiástica. Dentro das realidades terrestres e no coração do mundo, trabalhando por uma nova ordem humana, o leigo [...] (CARVALHEIRA, 1983, p. 26).

Sobre a segunda etapa, chamada de “Ação Católica Especializada, e o papel próprio do cristão leigo no temporal”, Carvalheira apresenta que, nessa nova fase, o novo pontífice, o Papa Pio XII, muda a fala de Pio XI de “participação no apostolado hierárquico” para “cooperação ou colaboração”. Em 20 de outubro de 1939, ele escreve uma carta encíclica chamada *Summi Pontificatus*, em que fala dessa “obra auxiliar” dos militantes da AC. Mesmo assim, a Ação Católica Especializada levou adiante a intuição de Pio XI no que diz respeito ao valor radicado dos leigos na tradição do Novo Testamento e da relevância no apostolado social. Essa ação especializada levou o laicato ao mundo profano, das realidades terrestres, cumprindo uma missão singular dentro da história, através da encarnação no âmbito social. É primaz lembrar

que essas relações da Igreja com o mundo superaram os velhos esquemas da antiga Cristandade, trazendo uma relevância do laicato que, posteriormente, irá ter um grande e pesado fortalecimento com o Concílio Vaticano II (CARVALHEIRA, 1983).

Sobre os desdobramentos da Ação Católica nos movimentos missionários, nas comunidades de base e na opção pelos pobres, Carvalheira afirma que:

A terceira etapa do movimento histórico da Igreja, desencadeado pela Ação Católica coincide com a etapa do Concílio e do Após-Concílio Vaticano II. Para nós, portanto, da América Latina, com a etapa de Medellín e Puebla, que se constituem aplicação e desdobramento do Concílio Vaticano II. Esta etapa está marcada primeiramente pela figura do Papa João XXIII, o grande Papa da virada da Igreja ou do “*aggiornamento*” da Igreja de Cristo, na liberdade do espírito e na fidelidade sponsal ao seu Senhor, conforme a Tradição apostólica. Esta etapa também se deixou marcar pelos sucessores do Papa João XXIII, isto é, Paulo VI, João Paulo I e João Paulo II. E – porque não dizer – pela massa do povo de Deus, sobretudo dos pobres, que começam a ser, eles também, protagonistas da história da sua Igreja, imprimindo-lhe um novo clima teológico-pastoral (CARVALHEIRA, 1983, p. 23).

O Concílio Vaticano II e as Conferências Episcopais Latino-Americanas de Medellín e Puebla oficializaram a vivência eclesiológica e missionária da AC (CARVALHEIRA, 1983).

1.2. Ação Católica Brasileira e Juventude Universitária Católica

A implantação da AC no Brasil tinha como linha de orientação a *Ubi Arcano Dei*, carta encíclica do Papa Pio XI, já citada (CARVALHEIRA, 1983).

A AC chegou ao Brasil com um caráter mais conservador, mas que com o passar do tempo tornou-se progressista, como veremos mais adiante, quanto à evolução e ao progresso na Igreja e na sociedade brasileira. Mas, antes de entrar propriamente na Ação Católica Brasileira, faz-se necessário conhecer o cenário que ocorria no Brasil antes de esses movimentos e grupos chegarem e nascerem no meio universitário. Tudo começa em 1866, com Cândido Mendes de Almeida, que era advogado, jornalista, político e comendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, da Ordem de São Gregório Magno e da Ordem Rosa. Almeida solicitou ao episcopado brasileiro que houvesse uma universidade católica em solo brasileiro. Seu apelo foi respondido pela Faculdade de São Bento, em 1908. Na década de 1930, inicia-se no Rio de Janeiro, o Instituto Católico de Estudos Superiores. A PUC-SP que foi fundada em 1940 e reconhecida oficialmente como Universidade em 1946. Em 1941, teve a UNICAP, em Recife, que foi reconhecida como universidade em 1952. No mesmo ano de 1946, a PUC-SP e, em 1948, a PUC-RS, entre outras nos anos seguintes. Eram chamadas de IESCs (CNBB, 1988).

Antes da vinda oficial ao solo brasileiro, já se falava de AC no Brasil, mas como uma espécie de articulação de variadas atividades do laicato cristão católico. Num congresso ocorrido de 3 a 10 de junho de 1900, em Salvador (BA), isso ficou claro na conferência do Cônego Zacarias Lopes dos Santos Luz, com o tema “*Necessidade da Imprensa religiosa*”, na qual ele diz claramente, num discurso fervoroso, da importância de uma ação católica brasileira (DALE, 1985).

Em outro momento, no II Congresso Católico Brasileiro, de 26 de julho a 2 de agosto de 1908, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no discurso proferido pelo barão paulista Brasília Machado, ele disse sobre a relevância de uma ação católica brasileira, sobretudo para colaborar com os operários e com os mais pobres, alegando que esses últimos são os preferidos de Jesus Cristo no Evangelho (DALE, 1985).

Em 1921, o cardeal Dom Sebastião Leme fala da ação católica, porém, como uma “ação intensa e coordenada na defesa dos interesses religiosos, morais e sociais do povo” (DALE, 1985, p. 13) – uma ação mais conservadora numa atitude mais intereclesial. Em outubro de 1935, o Papa Pio XI enviou para o cardeal Dom Sebastião Leme e para os Arcebispos e Bispos do Brasil uma carta fortalecendo a presença e enaltecendo a ACB (DALE, 1985).

Houve um grupo chamado de UC, que foi organizado pelo sacerdote Júlio Maria e, em 1929, surgiu a AUC, pela ação do leigo e intelectual Alceu Amoroso de Lima, que tinha o objetivo de levar a religião ao meio universitário, mas também fazer política, porém, de cunho cristão, mas apartidária (CNBB, 1988). Lima foi uma das grandes lideranças leigas católicas desse período. Ele usou durante muito tempo o pseudônimo de Tristão de Ataíde e foi um grande crítico literário, professor de literatura, pensador e escritor.

A ACB teve um grande impacto no universo católico brasileiro, sobretudo, no meio operário, rural e universitário. Iniciou-se com um caráter mais eclesial e conservador, conforme a experiência já vivenciada pela AC na Itália e em outros lugares do mundo, porém, teve um forte teor político-social em seu envolvimento com o ME ou com grupos, movimentos e partidos políticos de esquerda, sobretudo com o PCB e, assim, tornou-se mais progressista. Chegou ao Brasil na década de 1930, e teve forte militância na década de 1960 até o início da ditadura militar no país. A ACB se iniciou oficialmente no Brasil com o “*Mandamento dos Bispos do Brasil*”, em 9 de junho de 1935, que assinaram esse documento como “Arcebispos e Bispos do Brasil”, pois nessa época ainda não existia a CNBB. Os Arcebispos e Bispos do Brasil dizem no documento:

Correspondendo aos desejos paternais e elevados propósitos de S. Santidade o Papa Pio XI, que, por toda a parte, quer se organize a Ação Catholica, de maneira efficiente e, quanto possível, uniforme, Nós, Arcebispos e Bispos do Brasil, havemos por bem promulgar, cada um para a própria diocese, os presentes Estatutos da Ação Catholica Brasileira, já revistos e abençoados pela Santa Sé, Portanto, para maior gloria de Deus, salvação das almas e bem espiritual de nossa pátria, ao mesmo tempo que os damos por promulgados mandamos igualmente que, de accordo, com estes Estatutos Geraes, em todas as dioceses e parochias do território nacional, seja, quanto antes, organizada a Ação Catholica Brasileira (ARCEBISPOS, 1935, p. 437).

Esse documento se apresenta como um estatuto da ACB e diz que ela é uma organização do laicato brasileiro, que parte dos princípios do catolicismo para a vida individual ou coletiva, ligada à família e a sociedade. Tem como fim último seguir o que o Papa Pio XI apresentou como “*dilatar e consolidar o reino de Jesus Cristo*” (ARCEBISPOS, 1935, p. 439). Tem como fins próximos a formação e o apostolado laical e apresenta que para alcançar os seus fins deverá se agrupar em organizações próprias seguindo a hierarquia nacional, diocesana e paroquial. Essas organizações serão compostas de jovens, homens e mulheres (ARCEBISPOS, 1935). O documento apresenta também que os participantes devem ter:

1) vida exemplar; 2) prática dos sacramentos; 3) aceitação prévia dos programas da A.C. e da respectiva organização; 4) pagamento de pequena taxa annual, a ser fixada pelos Conselhos Diocesanos, com audiencia do Conselho Nacional (ARCEBISPOS, 1935, p.441).

As organizações hierárquicas dessas diretorias deveriam ser compostas de um assistente eclesiástico, um presidente, um secretário e um tesoureiro, com mandato de três anos. As diretorias diocesanas são nomeadas com o aval do bispo diocesano e nas paroquiais pelos próprios párocos. Nenhum dos que são representantes diocesanos ou paroquiais poderiam ter ligação com política partidária, porém os sócios poderiam se filiar ou participar de partidos políticos, desde que esses não fossem contra as leis de Deus e da Igreja Católica (DALE, 1985).

O cardeal do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme e o leigo intelectual Alceu Amoroso de Lima, já citados anteriormente, estiveram à frente da ACB, no início, em solo brasileiro e foram eles as grandes lideranças do movimento naquele período (DALE, 1985).

Dom Sebastião Leme foi arcebispo de Olinda, Recife e do Rio de Janeiro. Foi o segundo cardeal brasileiro. É importante salientar que, em 1937, a AUC, liderada por Lima, enquadrou-se na ACB, fazendo parte da JUC e da JUCF. Todas com o objetivo de trazer formação intelectual e espiritual aos membros leigos desses grupos (CNBB, 1988).

Além de Alceu Amoroso de Lima e Dom Sebastião Leme, houve outro nome que tinha grande liderança nesse momento inicial da ACB, o Padre João Batista Portocarrero Costa, da

Arquidiocese de Recife. Dom Sebastião Leme e o Padre João Batista Portocarrero Costa tinham uma diferença de idade de uns 20 anos, mas mesmo assim tiveram alguns traços que lhes eram comuns, como uma grande sensibilidade apostólica, inteligência e grande lucidez eclesiológica, ardentes e contagiantes. E era necessário que as lideranças naquele momento fossem assim para poderem tocar a ACB. Ambos foram tocados pelo entusiasmo de Pio XI, com relação à influência da fé na sociedade contemporânea e principalmente quanto à convocação oficial do laicato para se colocar a serviço apostólico da Igreja no mundo. Dom Leme via na implantação da ACB uma maneira singular da presença do laicato católico na sociedade (CARVALHEIRA, 1983).

Tomando mais distância história e olhando a Ação Católica Geral, nos seus vários ramos, temos que reconhecer, por justiça, que desde a sua primeira etapa, a Ação Católica foi admirável escola de formação cristã e de apostolado. Foi ela que lançou, na sociedade autênticos líderes cristãos, ofereceu à Igreja admiráveis vocações para a vida sacerdotal, religiosa e familiar (CARVALHEIRA, 1983, p. 15).

No ano de 1942, alguns padres canadenses da Congregação de Santa Cruz, se instalaram em São Paulo e com eles trouxeram a experiência com a JOC e com a JEC. Foi-lhes confiado o trabalho com a JOC estudantil e universitária. Chegaram também dois frades dominicanos, Frei Romeu Dale e Frei Rosário Jofily, que tinham experiência com a ACF. Os frades ajudaram os padres canadenses com os universitários de São Paulo. Em junho de 1946, ocorre a Segunda Semana da ACB, organizada pelo então Padre Hélder Câmara. Com o contato que Câmara teve como grupo, sentiu a necessidade da criação de um Secretariado que pudesse ter a confiança dos bispos e também afirmar a ACB em nível nacional.

No seu livro *Les Conversions d'un Evêque*, Dom Hélder, que foi um dos assistentes mais qualificados da Ação Católica Especializada, nos diz que “se a Ação Católica Geral já despertava a atenção pelos problemas humanos, a Ação Católica Especializada, mergulhando-nos no coração do mundo operário, do mundo agrário, do mundo estudantil, do mundo independente e do mundo universitário, e aplicando a trilogia de Cardjin – Ver, Julgar e Agir – ia bem mais longe. Estávamos já, antes que a palavra tivesse sido inventada, no pleno trabalho de conscientização (CARVALHEIRA, 1983, p. 20).

A ACB era composta por maioria de jovens que adotaram o Método V-J-A. Foram adaptando esse método para poder ser usado em vários ramos da sociedade, como nos sindicatos, fábricas, indústrias, escolas, universidades, zonas rurais, etc. (SOUZA, 2006).

No Documento de Estudos da CNBB nº 56 – “Evangelização e pastoral da universidade”, é dito sobre o método V-J-A:

O V-J-A tornasse, deste modo, uma atitude prática permanente – o que, hoje em dia, se espalhou em toda pastoral transformadora e até preside à elaboração de documentos da CNBB. Essa “virtude” contribui para que a atuação não seja prática vazia, mero ativismo, mas verdadeiras práxis cristã, coerente e transformadora (CNBB, 1988, p. 169).

A compreensão mais aprofundada do Método V-J-A é de extrema importância, pois perpassa por todos os movimentos e grupos ligados à ação pastoral da Igreja Católica dentro do universo universitário, ou seja, ACB, JUC e PU (esta última será apresentada posteriormente nessa dissertação). Está escrito no Documento de Estudos da CNBB nº 56 – “Evangelificação e pastoral da universidade”:

O método Ver-Julgar-agir (V-J-A), amplamente praticado, ajudava o senso crítico e levou a JUC a abrir-se sempre mais para problemas novos, de militância cristã ainda desconhecida para a maioria dos grupos de Igreja da época. Cresceu nessa fase, gradativamente, o interesse pela militância, no meio da Universidade e no Movimento Estudantil (ME), bem como se desenvolveu a reflexão sobre a conjuntura (CNBB, 1988, p. 38).

Jorge Boran, fundador presidente do CCJ, que é uma entidade paulistana, responsável por realizar o CDL, em todo o país, ainda ministra conferências por todo o mundo e dedica-se há décadas em politizar a juventude ligada à Igreja Católica no Brasil utilizando o Método V-J-A. Em seu livro “O senso crítico e o método Ver-Julgar-Agir” apresenta que:

O Método Ver-Julgar-Agir é um método prático de formação na ação, que força o grupo cristão a sair do seu comodismo e de uma sensação falsa de estar bem consigo mesmo e com Deus, porque pertence a uma comunidade de cristãos que se amam, mas que não se preocupam e não se sentem comprometidos com os que estão fora, na sociedade: os marginalizados espiritual e materialmente (BORAN, 1977, p. 14).

Segundo Boran, o método conduz e capacita o cristão católico a ter uma compreensão da realidade sem ingenuidade, não se deixando influenciar por pessoas que não têm como prioridade a dignidade humana. Faz o cristão reajustar as suas “lentes” sobre os fatos.

Temos que nos lembrar que o método, como qualquer outro, não funciona como passe de mágica. Depende da maturidade do grupo e da capacidade do coordenador da reunião. É importante que o coordenador, ou alguém indicado por ele, esteja bem por dentro do método, para que possa desenvolver a reunião dentro dele, fazendo as perguntas necessárias para levar o grupo a aprofundar cada etapa e depois passar para as próximas. Ele deve preparar as perguntas em casa, mas também ter capacidade de fazer outras perguntas cabíveis e espontâneas durante a reunião, conforme o desenvolvimento da mesma (BORAN, 1977, p. 15).

Com o método V-J-A, podemos analisar qualquer tema, seja ele eclesial ou não. No VER fazemos uma foto da realidade, verificando tudo que vemos ou sabemos do tema, mais próximo do real possível. O VER faz com que conheçamos a realidade tal como ela é, trabalhando os fatos apresentados. Com ele, não sofremos influência de preconceitos e tabus, como divisões de classes sociais, raça, política, religião ou sexo. Nesse primeiro momento, há uma suspensão do nosso julgamento. Portanto é um método científico que limpa os fatos sem se precipitar ou ter subjetividade sobre aquela realidade (BORAN, 1977).

A CNBB propõe sobre o VER:

A realidade é observada, tanto global como analiticamente, numa “rodada” de fatos da vida, entre os quais se escolhe um ou dois mais relevantes, que são em seguida analisados, tentando-se descobrir suas causas, implicações, estruturas, escondidas, consequências, etc. (VER) (CNBB, 1988, p. 168).

Em seguida, com o JULGAR avaliamos a realidade apresentada no VER, segundo o evangelho, sobretudo nos ensinamentos de Jesus Cristo ou na orientação da fé cristã católica, seja em documentos, cartas, encíclicas, exortações apostólicas, pronunciamentos pontifícios etc. Boran apresenta que se fazem as perguntas: “*o que fez, o que disse, para iluminar assim a situação presente*” (BORAN, 1977, p. 64). Para tanto, é necessário ter formação contínua, conhecimento aprofundado da mensagem cristã, dos documentos oficiais da Igreja Católica, a fim de que se possa fazer esse julgamento de maneira adequada sem subjetividade ou “achismos”. Boran apresenta que: “O julgamento é feito não num sentido negativo, mas no sentido de corrigir o futuro. A revelação vem dar o sentido profundo e último ao problema que é levantado e aprofundado no VER” (BORAN, 1977, p. 65).

A CNBB disse sobre a ligação do VER com o JULGAR:

O que assim se observou é avaliado à luz dos critérios fundamentais, que vêm, em última instância, da fé, do evangelho; isto se pode realizar pela colocação de orientações teológicas-espirituais ou pela leitura direta da Bíblia ou outros testemunhos de fé, que sejam capazes de iluminar a realidade e observada. (JULGAR). A interação da observação da vida (VER) e da escuta da palavra (JULGAR) faz com que se manifeste o que significa o fato da vida aos olhos de Cristo e, por outro lado, faz descobrir a que realidade concreta se pode aplicar a Palavra de Cristo que, do contrário, fica, muitas vezes, pairando no ar. Assim, a vida e a Palavra se iluminam mutuamente (CNBB, 1988, p. 168-169).

Em seguida, chegamos à etapa do AGIR, que é a ação que finaliza toda essa reflexão e, por meio dela, tomamos uma atitude concreta de transformação real daquela realidade ou tema

estudado, refletido e apresentado no VER e no JULGAR. O AGIR pode ser isolado, ou seja, uma atitude pessoal relacionada àquela realidade ou em conjunto com o grupo todo, planejando as suas ações para que tenha mais eficácia. Grandes planos ou ações podem trazer frustração, portanto, é necessário um processamento dessa ação. Pode ser “[...] uma tentativa de aprofundar a conversão pessoal de cada um [...] ou uma ação junto aos outros” (BORAN, 1977, p. 67). “Desta correlação é que os militantes podem então concluir pistas para uma ação realista e verdadeiramente evangélica. (AGIR) e assumir seus compromissos concretos (tarefa, missão, compromisso)” (CNBB, 1988, p.169).

Um exemplo concreto do Método V-J-A pode ser aplicado à situação de mendicância ou de pessoas em situação de rua, no centro da cidade de Campinas (SP). No VER, enxergamos a realidade atual, que é a grande quantidade de pessoas morando nas ruas do Centro de Campinas (SP), sobretudo, ao redor da Catedral Metropolitana de Campinas de Nossa Senhora da Conceição, ao lado do Calçadão da Rua 13 de Maio. Vemos que essa quantidade aumentou após os tempos mais severos da pandemia, entre 2020 e 2021. No JULGAR, avaliamos, pelos ensinamentos cristãos, através do Evangelho, que Jesus privilegiava os mais pobres e apartados da sociedade, bem como também podemos avaliar pelos documentos das Conferências Episcopais da América Latina, como Puebla, Medellín e outros documentos e escritos pelo magistério da Igreja. E que seres humanos não podem viver dessa maneira, sem dignidade e sem seus direitos básicos, o que pode ser justificado pelo Compêndio da Doutrina Social da Igreja Católica, o qual o Papa Francisco sempre insiste na leitura e na prática dos ensinamentos. Pelo AGIR, decidimos quais as maneiras de resolver esse problema, ou seja, de maneira pessoal ou comunitária: questionando os órgãos públicos municipais, as entidades assistenciais ou alguma ONG (Organização não governamental), ou criando um projeto social, uma pastoral ou uma ONG de assistência aos moradores em situação de rua. Pode-se, ainda, na discussão, trazer o questionamento do voto, ou seja, na próxima eleição municipal quais candidatos ou partidos políticos poderão realmente solucionar o problema de maneira definitiva. Com isso, o Método V-J-A faz com que a ação seja muito mais refletida e com concordância das reais possibilidades de mudanças naquela situação de moradores de rua da cidade de Campinas (SP).

O método V-J-A já existia antes da ACB, pois ele foi criado por um jovem sacerdote belga, filho de operários, chamado Joseph Léon Cardjin, que, posteriormente, foi nomeado cardeal, em 22 de fevereiro de 1965, pelo Papa Paulo VI. Ele usou esse método durante muitos anos, mas, em princípio, em 1950, quando exerceu um trabalho pastoral junto aos trabalhadores operários da Bélgica, na JOC, que foi um movimento criado por ele (IHU, 2018).

Não foi sem profunda repercussão na Igreja a concepção de Cardjin sobre a missão do trabalhador, partindo daquela visão fundamental do apostolado do leigo dentro do seu meio social. Por outro lado, a noção cardjniana da “Revisão de Vida e da Ação” com o famoso método “*Ver, Julgar e Agir*” foi de certo modo revolucionária para a pedagogia adotada pelos nossos movimentos missionários na Igreja (CARVALHEIRA, 1983, p. 17).

Cardjin conseguiu que seu método fosse reconhecido oficialmente pelo Papa João XXIII, na Encíclica *Mater et Magistra*, em 15 de maio de 1961 (JOÃO XXIII, 1961). O Papa João XXIII apresentou na Encíclica *Mater et Magistra* o Método V-J-A, como segue:

“Para levar a realizações concretas os princípios e as diretrizes sociais, passa-se ordinariamente por três fases. ” E continuou dizendo: “Primeiro, o ‘estudo da situação’ concreta”; segundo, “apreciação da mesma à luz desses princípios e diretrizes”; terceiro, o “exame e determinação do que se pode e deve fazer para aplicar os princípios e as diretrizes à prática, segundo o modo e no grau que a situação permite ou reclama”. São os três momentos que habitualmente se exprimem com as palavras seguintes: “‘ver, julgar e agir’” (JOÃO XXIII, 1961, nº 245).

O Sumo Pontífice, baseado em Cardjin, inseriu o método V-J-A em toda a prática social católica. Em 20 de setembro de 1965, Cardjin, então cardeal, fez um discurso sobre a liberdade religiosa no Concílio Vaticano II, no qual aproveitou para defender a importância e relevância do método dizendo:

“Tenho demonstrado confiança na liberdade [dos jovens] de forma a melhor educar essa liberdade” (...) “Ajudei-os a ver, julgar e agir por si mesmos, mediante a realização de ações sociais e culturais próprias, obedecendo livremente as autoridades, a fim de se tornarem testemunhas adultas de Cristo e do Evangelho, conscientes de suas responsabilidades por seus irmãos e irmãs em todo o mundo” (IHU, 2011, s.p.).

O Método V-J-A era uma espécie de resumo do “método de educação democrática” dos círculos de estudos do Movimento *Le Sillon* de Marc Sangnier. O *Le Sillon* foi um movimento político que tinha o objetivo de aproximar o catolicismo dos políticos socialistas, marxistas e republicanos, na França de 1894. Queria criar uma nova alternativa para os movimentos formados por operários que eram contra a instituição católica e também criar uma “nova humanidade” (IHU, 2011).

Apesar de o método V-J-A ser um resumo desse método educativo e democrático do *Le Sillon*, Cardjin o aperfeiçoou e o fez ser um instrumento fundamental da JOC belga e que, posteriormente, foi utilizado por variadas pastorais, movimentos e organismos da Igreja Católica, através do aval do Papa João XXIII, como já foi apresentado anteriormente. Cardjin

afirmou no I Congresso Internacional da JOC, em 1935, que as lideranças e membros devem aprender o V-J-A, para que possam verificar o problema do seu destino temporal e, assim, julgar a situação presente, com seus problemas, contradições, dificuldades e as demandas. E, assim, agir com o intuito de conquistar o destino temporal e eterno (IHU, 2011).

É importante ressaltar a presença decisiva do Frei Romeu Dale (da Ordem dos Pregadores) na ACB. Ele esteve presente em todo o processo da ACB, sendo assessor da JUC, até o início da ditadura militar em 1964. O Frei Oscar de Figueiredo Lustosa, da mesma congregação de Frei Dale, escreveu na introdução do livro *A Ação Católica Brasileira* (organizado por Dale) que é ele uma testemunha viva dos acontecimentos da ACB, e, sobretudo, um grande estudioso do assunto (DALE, 1985).

Outra grande liderança desse período inicial da ACB foi Jacques Maritain.

Jacques Maritain, não foi apenas o filósofo, que ficou no terreno puro das ideias abstratas. Ele desceu ao terreno concreto das realidades humanas, envolvendo-se em questões de ordem social e política. Assim ele influenciou profundamente o mundo intelectual católico, e seu pensamento penetrou em nosso laicato e em nossa Ação Católica, sobretudo através da JUC. Sua concepção sobre a ação temporal do cristão, dentro da esfera do profano com sua relativa autonomia, seu pensamento sobre “*ideal histórico concreto*”, enquanto essência realizável dentro de um determinado clima histórico, marcaram a linha do comportamento e a reflexão teórica dos militantes da Ação Católica da época, especialmente no meio universitário no Brasil (CARVALHEIRA, 1983, p. 18).

Abrindo um parêntese, em 1952, as IESCs se uniram e criaram a ABESC, que tinha como objetivo organizar, coordenar e estimular ações evangelizadoras conjuntas entre os universitários, porém, por questões financeiras, essa associação acabou caminhando à margem da Igreja Católica. No entanto, a partir de 1983, essa relação se consolidou com diálogo e parcerias. Foram realizados em conjunto: subsídios, painéis, encontros, debates, fóruns, entre outras atividades. Em 2007, a ABESC se incorporou com a AEC e a ANAMEC e tornaram-se a ANEC, conforme apresenta seu estatuto social de 1º de outubro de 2019 (CNBB, 1988).

Fechando o parêntese e retornando à história da ACB, ela teve muito influência no meio católico e na sociedade, porém, com mais intensidade na década de 60, em que nasceram os grupos: JAC, JEC, JIC, JOC e JUC. As grandes lideranças nessa fase foram o arcebispo Dom Hélder Câmara, já comentado anteriormente, e o líder político Aldo Arantes e o sociólogo e ativista Herbet José de Souza (Betinho), que estavam à frente da esquerda católica nesse momento e muito envolvidos com os grupos de evangelização da sociedade provenientes da ACB (SOUZA, 2006).

Além desses grupos, a ACB tinha como organizações fundamentais a HAC formada por homens solteiros acima de 30 anos e casados de qualquer idade; a LFAC, com mulheres solteiras acima de 30 anos ou casadas de qualquer idade; a JCB, para jovens de 14 a 30 anos; e a JFC, para jovens de 14 a 30 anos (DALE, 1985).

Houve uma tentativa de criar um grupo com professores universitários católicos, chamado de LUC, porém, esse grupo não vingou. Ainda assim, chegaram a organizar algumas Semanas de Estudo com intelectuais católicos (CNBB, 1988). É claro que, apesar de não ter um grupo essencialmente de professores, eles participavam das atividades da JUC. Havia muitos professores envolvidos, inclusive, após a criação da Pastoral Universitária. Alguns como voluntários ou como funcionários dos setores de pastoral das universidades de confissão católica.

Os grupos ou núcleos da ACB foram se desenvolvendo, porém, os que estavam ligados a um meio específico, como os operários, os estudantes, os universitários ou no universo agrário, fortaleceram-se e cresceram (DALE, 1985). Carvalheira relata que na década de 1960 houve uma crise, mas que fez parte do processo produtivo da evolução da realidade e isso ocorreu mais na JUC por conta da missão específica do laicato no mundo e na história (CARVALHEIRA, 1983).

Betinho, citado anteriormente, é outro nome que aparece com grande destaque nesse período da década de 60.

No seu depoimento tão lúcido e cristão “Juventude cristã hoje”, Herbet José de Souza confessa que “foi no encontro de dez anos de JUC, realizado em 1960, na Guanabara, que ficou marcada para os universitários uma nova posição diante do social, como exigência fundamental da própria fidelidade ao Evangelho. Não inovamos nada. Repetimos, com todos os papas, a condenação do capitalismo, a necessidade de uma estrutura mais justa e humana... Nossas teses expostas com a maior honestidade foram objeto de uma série de intrigas e apelidos de infiltração marxista... do que era para nós a descoberta de nossa vocação no plano social... decorreu também a reação contra a JUC, a imensa onda de intrigas, levadas a Hierarquia, pelos mais variados meios” (LIMA *apud* CARVALHEIRA, 1983, p. 20-21).

Essa crise foi entre a hierarquia da Igreja Católica e a ACB, sobretudo, entre os universitários ficou tão grave que fez muitos partirem para outras experiências (CARVALHEIRA, 1983).

É importante salientar que na década de 1960 ocorreram vários eventos significativos relacionados à ACB. Os movimentos que surgiram deles se envolveram com a UNE e com o PCB. Essas duas ligações trouxeram grandes conflitos com a ala conservadora da Igreja

Católica brasileira, protagonizados, sobretudo, pelos cardeais Dom Jaime de Barros e Dom Vicente Sherer (SOUZA, 2006). Foi uma fase extremamente ativa de prática política. Os membros da JUC chegaram à direção e até à presidência da UNE inúmeras vezes, inclusive, em algumas chapas comunistas, o que causou mais conflitos com a ala conservadora da instituição católica (CNBB, 1988).

Além da JUC, a ACB criou a “AP” e o “MCD” no universo universitário. Esses movimentos estiveram à frente de várias atividades revolucionárias, inclusive de luta armada (SOUZA, 2006).

A AP foi criada pelos jovens universitários da ACB, pois tinham a certeza de que as encíclicas sociais não deveriam ficar apenas no papel. Mas os bispos da época não tiveram compreensão e com isso a crise entre a hierarquia da Igreja Católica e a JUC ficou mais tensa (CARVALHEIRA, 1983).

A prática da JUC no Brasil estava muito envolvida com política e com a transformação da sociedade. Seus membros tornaram-se mais maduros e autônomos em relação à Igreja Católica, mesmo com o pontificado do Papa João XXIII que foi de uma Igreja em abertura, ou com a atualidade dos reflexos do Concílio Vaticano II. Mas havia muita tensão entre a JUC e a CNBB. A JUC não parecia mais um local confortável para a militância de seus membros, inclusive houve uma crise dentro da própria JUC por conta de identidade, função e prática religiosa (CNBB, 1988).

Logo após, em 1964, com a pressão da ditadura militar, a JUC e a JEC foram desaparecendo aos poucos, sobretudo, por sua ligação a partidos políticos de esquerda, ou comunistas. O mesmo fenômeno foi ocorrendo com os outros grupos, movimentos ou núcleos da ACB. O governo militar queria reprimir a Igreja Católica, sobretudo, em relação a seus grupos mais avançados e esquerdistas. Além disso, muitos padres e bispos ainda não haviam compreendido o conteúdo do Concílio Vaticano II. E com todas essas questões fervilhando no Brasil, exatamente em 8 de novembro de 1966, o Bispo responsável pelo apostolado dos leigos dissolveu a JUC e todos os diversos grupos ou movimentos ligados a ACB. Mesmo com o término oficial em 1966, a JUC ainda tentou sobreviver clandestinamente desligada da instituição católica, mas com várias dificuldades, grupos dispersos, com pouca assessoria e com nucleação quase ínfima, sobretudo, depois do AI 05, que foi o decreto que trouxe um tempo sombrio de ditadura militar no Brasil. Com tudo isso, a JUC se desfez. Mais adiante, no ano de 1972, a AP passou para o PCB. Porém, o espírito dos jovens universitários da JUC não morreu, pois foi sentido nas reuniões da Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, em Medellín, no ano de 1968 e, principalmente, nas raízes da TL (CNBB, 1988).

No plano mundial, o Concílio Vaticano II estava abrindo os caminhos da Igreja, sob a liderança do Papa João XXIII, porém, como visto anteriormente, no Brasil, ocorria a ditadura, que dificultou a ação da ACB trazendo muitos traumas e afastamentos da militância (CARVALHEIRA, 1983).

Mesmo assim, é importante salientar que o Concílio Vaticano II, as Conferências Episcopais de Medellín e de Puebla, na América Latina, e a AC levaram às últimas consequências teológicas e pastorais um grande despertar da Igreja. A AC teve grande importância metodológica, pois levou a Igreja a converter-se à realidade, descobrindo, assim, os apelos da Palavra de Deus. O Método V-J-A, preconizado pelo Papa João XXIII, foi renovador para a Igreja, pois levou a saída de um puro idealismo a uma articulação dialética entre fé e vida.

É por isso que somos levados a dizer que a Ação Católica no seu processo, e nas suas expressões mais avançadas, contribuiu potentemente para que a Igreja da América Latina identificasse a multidão dos pobres do nosso Continente e detectasse as causas estruturais da nossa miséria e do subdesenvolvimento. Afinal de contas, entre as forças, na história da Igreja, responsáveis pela consciente “opção preferencial pelos pobres”, aqui em nosso continente, está sobretudo a Ação Católica, em virtude do processo que ela desencadeou no seio da comunidade católica. Ninguém pode acender um estopim, proteger o pavio aceso, nutrir sua chama, e depois estranhar a explosão da bomba (CARVALHEIRA, 1983, p. 27).

É salutar lembrar que vários assessores da JUC tiveram que sair do Brasil e que, com o AI 5, da ditadura militar brasileira, houve uma grande repressão do ME e de todos os movimentos e grupos com envolvimento de universitários (BEOZZO, 1982).

A ACB teve grande influência no surgimento de pastorais e movimentos católicos dos nossos dias como, MTC, PJ e diversas Pastorais Sociais (SOUZA, 2006).

A PU também nasceu da influência da ACB e seguiu suas bases, ou seja, o Método V-J-A, a OPP e a TL, sobretudo até meados dos anos 2000. Apesar dessa base progressista na atualidade muitos grupos não têm essa tendência. Veremos todo o processo de caminhada da PU a seguir.

1.3. Pastoral Universitária

Neste subitem, será apresentado o que é PU, qual a sua história, seus desafios e crises. Também será apresentado que, nos últimos anos, ela está sendo articulada pelo SU da CNBB. O Estudos da CNBB nº 56 – “Evangelização e pastoral da universidade” afirma que:

No Brasil, quando se fala em “PU” ou “Pastoral Universitária”, geralmente não se entende todo o conjunto de atividades, providências e cuidados pastorais da Igreja para com o mundo universitário. Por motivos históricos, entende-se por “PU” apenas o conjunto de grupos de estudantes universitários organizados na Igreja para fazer pastoral universitária. Seria mais correto, porém, defini-la como “Pastoral Universitária de estudantes” ou “Pastoral Universitária jovem”, sobretudo quando houver mais iniciativas de Pastoral Universitária para as outras categorias da população da universidade (CBBB, 1988, p. 42-43).

A CNBB, em 2010, no documento “Pastoral Universitária: Documentos e Conferências”, no qual apresenta a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* do Sumo Pontífice João Paulo II sobre as universidades católicas, afirma que:

A Pastoral Universitária é aquela atividade da Universidade que oferece aos membros da própria Comunidade a ocasião de coordenar o estudo acadêmico e as atividades para-acadêmicas com os princípios religiosos e morais, integrando assim a vida com a fé. Ela concretiza a missão da Igreja na Universidade e faz parte integrante da sua atividade e da sua estrutura. Uma Comunidade Universitária, preocupada em promover o caráter católico da instituição, deverá estar consciente dessa dimensão pastoral e ser sensível aos modos com os quais pode influir em todas as suas atividades (CNBB, 2010, p. 26).

O documento da CNBB demonstra que a *Ex Corde Ecclesiae* do Papa João Paulo II apresenta que os envolvidos com as atividades da pastoral no meio universitário serão mais conscientes da responsabilidade pessoal de estarem atentos ao pobre, a quem sofre injustiça no campo econômico, social cultural e até mesmo religioso, não somente no meio acadêmico, mas em toda a sociedade. Sendo assim, acreditam que a PU seja indispensável para que os universitários católicos assumam o seu compromisso batismal e participe ativamente na Igreja e no mundo (CNBB, 2010).

Afirma ainda que a PU deve ser orientada ou no mínimo aprovada pelo bispo diocesano, e para tanto se vale do Código de Direito Canônico para justificar:

O Código de Direito Canônico indica a responsabilidade geral do Bispo em relação aos estudantes universitários: “O Bispo diocesano tenha uma intensa cura pastoral dos estudantes, erigindo também uma

paróquia, ou pelo menos através de sacerdotes para isso designados de modo estável, e providencie no sentido de que nas Universidades, mesmo a não católicas, existam centros universitários católicos, que ajudem a juventude sobretudo espiritualmente” (CIC cân 813 *apud* CNBB, 2010, p.27).

Faz-se necessário compreender como surgiu a PU no meio de todos esses fatos e ações eclesiais e laicais. Como ela teve início, provinda da experiência da ACB, sobretudo pela experiência vivenciada pela JUC, e que encerrou as suas atividades com a ditadura militar no Brasil, como já foi apresentado anteriormente.

Além disso a PU estava extremamente envolvida com a TL. Inclusive havia uma forte ligação da PU com o processo de implantação da TL no qual era bem explícita uma maneira diferenciada de compreensão do mundo através da atuação dessa teologia na história e na vida do povo, nas suas lutas e vivências, principalmente com a juventude universitária (AGNOLI, 2023).

A Pastoral Universitária (PU) teve suas raízes na antiga JUC (Juventude Universitária Católica) e recebeu atenção da Igreja no Brasil desde o 2º Plano Bienal – 1973 – 1974. De fato, a articulação nacional iniciou em 1979, no estado do Espírito Santo (AGNOLI, 2023, p. 4).

Após o fim oficial da JUC, em 1966, a Igreja Católica, por um bom tempo, não realizou nenhum trabalho ou atividade com o meio universitário que não fosse o já realizado pelas IESCs. Com isso, houve uma grande atuação de diversos movimentos eclesiais como Emaús, Focolares, TLC e o MUC, ligado à RCC, entre outros (CNBB, 1988).

Todos esses movimentos eclesiais trabalham nos grupos universitários apenas com momentos oracionais, como rezas, terços e, em alguns momentos, com palestras e retiros espirituais – que não tinham o objetivo de transformação da sociedade, como ocorria com a ACB e com todos os movimentos e grupos ligados à JUC. Eram atividades mais ligadas a problemáticas existenciais e pessoais, como namoro, amizade, família, sentido da vida, entre outros temas.

Nesse período, as universidades católicas estão mais preocupadas com a expansão do ensino superior e, aparentemente, muito pouco com a finalidade apostólica no meio universitário. Com isso, as aulas de cultura religiosa foram provavelmente o último sinal de intenção evangelizadora, mas que, mesmo assim, tinham uma abordagem meramente humanista apresentando as problemáticas daquela época. Os movimentos de juventude que ali existiram não engajavam os universitários, visto que no Brasil vivenciava-se uma grande vigilância

política e ideológica, pela qual a polícia reprimia as universidades, por conta da ditadura militar (TABORDA, 1982).

Em um momento de excursão: ministrei uma disciplina na USF, de 2008 a 2018, que se chamava “Estudo do Homem Contemporâneo”, a qual tinha como objetivo trabalhar com os temas de sentido da vida, ética e moral, política e cidadania, responsabilidade social e o fenômeno religioso. As aulas eram de grande troca com os universitários. Apesar da proposta inicial ser mais ligada ao catolicismo, trabalhava na linha do Ecumenismo e do Diálogo Inter-Religioso, com grande êxito.

Voltando à linha anterior, o sacerdote e doutor em História Social José Oscar Beozzo escreveu uma comunicação na REB, com o tema PU, no qual ele apresenta que houve uma iniciativa da CNBB, por meio do antigo SNALE, de fazer contato com os ex-militantes da JUC. Isso se concretizou na XI Assembleia Geral da CNBB, ocorrida em Belo Horizonte, de 16 a 27 de maio de 1970. A discussão chegou à conclusão de que o SNALE deveria reiniciar e intensificar uma ação para reorganizar os movimentos de juventude dentro do meio universitário. Porém, na década de 1970, já não havia mais nenhum movimento ou grupo organizado de juventude universitária. Levando em conta que no Brasil havia grande repressão política, durante o Governo Médici, sendo impossível renascer movimentos universitários, pois estes sempre visavam à transformação da sociedade. Beozzo cita que o que havia eram ações de movimentos eclesiais como o TLC. Ele cita também o Movimento de Cursilhos de Cristandade, porém, direcionados para jovens-adultos (BEOZZO, 1982).

Mais um momento de excursão: participei por mais de 25 anos do Movimento de Cursilhos de Cristandade, no Núcleo Jovem na Arquidiocese de Campinas. O Cursilho, que é uma palavra da língua espanhola que significa “pequenos cursos”, tinha e ainda tem o objetivo de evangelizar os ambientes em que os cristãos leigos e leigas estejam inseridos. Para tanto usavam o Método V-J-A. A universidade é um ambiente no qual o jovem está inserido, portanto, era um dos alvos desse movimento. Porém, nesse período citado por Beozzo, a prioridade do movimento eram pessoas adultas, casadas, portanto, que já haviam deixado o meio universitário. Posteriormente a esse momento, o Cursilho Núcleo Jovem, sobretudo na Arquidiocese de Campinas, irá fazer núcleos de universitários nas IES de Campinas e região, porém, sem muita expressão, diferente do que foi o trabalho da JUC e da PU ou mesmo de outros movimentos eclesiais ligados ao meio universitário.

Na ausência de grupos organizados, a CNBB entra em contato com as Faculdades e Universidades Católicas brasileiras nas quais houvesse algum tipo de serviço ligado a pastoral universitária e, assim, descobriram-se vários esforços de ação pastoral. O que mais marcou

nessa pesquisa ou inventário foi a PUC-São Paulo, que tinha no início dos cursos universitários disciplinas que traziam reflexões antropológicas, filosóficas e religiosas, para além de paróquias e capelarias universitárias com serviços sacramentais e de aconselhamentos aos estudantes (BEOZZO, 1982).

É relevante citar que, além do Método V-J-A, muito praticado pela ACB, sobretudo pela JUC, a PU também tinha como identidade espiritual a RdV, com grande relevância na vida dos grupos até meados dos anos 2000. A RdV são momentos específicos da vivência dos militantes da PU. É uma análise da vida inteira do agente de PU, ou seja, aquilo que ele faz, executa, vive, vê ou percebe em todos os ambientes em que está inserido e que possa transformar em uma ação coerente e concreta. Ele faz um momento de parada para observar (Ver) a sua vida, analisando, avaliando e aprimorando a suas práxis num sentido de conversão permanente de abertura ao evangelho (CNBB, 1988).

A RdV é uma atividade comunitária, porque diz respeito a práxis assumida pela comunidade de referência, que é o grupo-núcleo de PU. Mas é evidente que ela acontece também, de certo modo, na verdadeira meditação individual de nossa vida e experiências. Assim ela chega a ser clima e pedagogia que perfeita a vida toda do militante. Sendo comunitária ela exige naturalmente um clima de confiança entre os participantes. Seria o caso de se falar de “amizade”, no sentido nobre e profundo (Infelizmente pouco conhecido entre nós) desta palavra (cf. Jo 15,15). Isto se dá em grupos pequenos, como são os da PU (10 pessoas no máximo). Uma RdV com 300 pessoas pode ter apenas sentido metafórico (CNBB, 1988, p. 170).

Outro momento de excursão: tive a oportunidade de participar de vários momentos de RdV quando fui militante da PU, entre os anos de 1997 e 2002, a convite do Pe. Luiz Roberto Benedetti, que era da PU da PUC-Campinas. Eu coordenava um grupo de universitários da PU na PUC-Campinas, no Campus Central, de 1997 a 1999. Fui articulador estadual da Equipe de Articulação do Estado de São Paulo, de 1998 a 2000, e depois fui um dos cinco coordenadores da Coordenação Nacional, de 2001 a 2002, na CNBB, em Brasília (DF), responsável pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. As RdV eram momentos tão singulares, intensos e profundos que muitas dessas pessoas que eram militantes, nesse período, são amigas até os dias atuais, mesmo estando em outras cidades ou até estados diferentes do Brasil. Inclusive, em diversos momentos, tive a incumbência de animar os momentos de RdV em todos esses grupos e instâncias de que participei. Todo grupo de PU tinha que fazer um encontro ao menos uma vez por semestre ou por ano, o que era cobrado pela Coordenação Nacional ou Equipe de Articulação Estadual, pois era algo que fazia parte da identidade da

militância da PU. Era um momento oracional que ocorria em um local mais reservado. Alguém do grupo iniciava com uma oração, uma música, um vídeo ou um texto para reflexão. Em seguida, cada um partilhava a sua vida pessoal, como relações familiares, de amizade ou amorosas, o que estava vivenciando no ambiente acadêmico, no trabalho ou mesmo em relação a suas angústias, crises ou problemas existenciais do seu cotidiano. Após a partilha de cada membro, num segundo momento, cada um que tivesse uma função ou cargo naquela instância se autoavaliava, apresentando seus acertos e erros em sua função. Não havia nenhum tipo de julgamento, apenas partilha de vida e de prática pastoral dentro da PU. No final de todas as partilhas, havia uma oração, música, vídeo ou texto e, assim, encerrava-se a RdV, com uma confraternização. Esse segundo momento era chamado de RdP, mas como fazia parte da RdV nem era comentado como algo à parte.

A RdV acontecia de maneira espontânea nos momentos propícios de cada grupo de PU. Fazia com que os militantes vivenciassem um processo diário de autoanálise de sua postura e prática, graças ao Método V-J-A. A RdV era o momento de verdade para a militância da PU, em que, à luz do evangelho, suas vidas e práticas tornavam-se transparentes entre todos os membros e, além de tudo, era o momento alto de espiritualidade, de amizade e até de uma espécie de terapia de grupo (CNBB, 1988).

A Irmã Maria Eugenia Lloris Aguado, missionária religiosa da Fraternidade Missionária Verbum Dei (FMVD), dedicou-se à PU da PUC-Minas, desde 1988, e foi assessora do SU da Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e Educação da CNBB. Em seu artigo “A presença no meio universitário”, para a Revista Encontros Teológicos, em 2012, apresenta que, a partir de 1973, houve algumas iniciativas em que foram formados centros ou grupos de PU, com base na TL e na OPP, com o objetivo de vivência de uma pastoral transformadora da sociedade. Porém, esses centros e grupos tiveram grandes problemas de cunho político e não foram reconhecidos pela Igreja Católica, com exceção da Arquidiocese de São Paulo e de Recife, nas quais eles se intitularam de CUBs, propositalmente semelhante à nomenclatura das CEBs, para que ficasse bem assinalado sua identidade ligada a TL e a OPP (AGUADO, 2012).

Alguns grupos antigos conseguiram continuar caminhando como o grupo de Bauru (SP) e Ponta Grossa (PR), mas sobretudo o grupo de Lins (SP) que deu continuidade a um grupo local da JUC e que perpassou o período mais duro da ditadura militar de maneira clandestina, porém firmes na caminhada e na fé (CNBB, 1988).

De 31 de janeiro a 2 de fevereiro de 1974 a ABESC na sua II Assembleia Extraordinária, decidiu organizar um encontro nacional sobre Pastoral Universitária em conjunto com a CNBB. E com isso no Encontro Nacional da ABESC realizado de 29 de janeiro a 01 de fevereiro de

1975, teve como tema central um estudo das IESCs e da análise da PU e de disciplinas ligadas ao ensino religioso nas mesmas. Com esses temas vários assuntos foram debatidos como a ligação do jovem com a Igreja, a ação dos universitários dentro do meio acadêmico, entre outros (BEOZZO, 1982).

Nos anos seguintes, os grupos de PU começaram a se multiplicar por conta do envolvimento de vários desses grupos com o ME. A PU caminhou com vínculos precários ou totalmente sem vínculos com a Igreja institucional em praticamente todo o território brasileiro. O que os levou a fazer um encontro nacional clandestino no Espírito Santo, depois do qual se iniciou uma articulação nacional. Estrutura-se a PU em cinco regiões do Brasil, com coordenadores regionais e uma coordenação nacional. Portanto, uma coordenação nacional constituída por cinco membros, sendo um de cada região, mais um tesoureiro e um secretário. Caminhou por alguns anos com forte envolvimento político e por esse motivo tiveram problemas com várias Igrejas locais. A CNBB limitou-se a observá-los, nomeando um sacerdote assessor que os acompanhasse (AGUADO, 2012).

Essa divisão organizacional da PU por regiões não seguiu a divisão dos estados por regiões como é conhecido na CNBB, mas sim da maneira que eles resolveram dividir, por conta de terem mais ou menos grupos oficiais, ou seja, as vezes a região não tinha todos os estados ou tinha estados que não eram daquela região. Era assim, no Norte os estados da Amazônia, Maranhão, Piauí e Ceará. No Nordeste estavam os estados de Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia. No Centro, os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Espírito Santo e Distrito Federal. No Sul os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E no Sudeste os estados de Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso do Sul (CNBB, 1988).

Em outro momento de excuro: quero fazer memória de que, nos anos de 2000 a 2002, como já comentei anteriormente, fiz parte da Coordenação Nacional da PU, na CNBB, em Brasília (DF), na qual eu era responsável por três estados do Sudeste; e, com isso, tive a oportunidade de viajar pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul, sobretudo, no estado de São Paulo, onde se concentravam mais grupos militantes da PU. Nesse momento, além de uma coordenação por região, havia uma secretária (do estado do Rio de Janeiro) e um padre assessor (do estado de São Paulo). As poucas reuniões presenciais ocorriam na cidade de São Paulo, pois um grande número dos membros estava mais próximo. Como não havia a tecnologia de hoje, a maioria das reuniões ocorriam por telefone. Um dos membros agendava uma reunião por telefone em um dia e horário programado, para depois passar os números fixos de todos os componentes para a empresa de telefonia. A mesma, no dia acordado,

ligava para cada um e, assim que atendiam, eram incluídos automaticamente no que era chamado de “Sala de bate-papo”. E, quando o último saísse, a sala era desligada automaticamente. Eu participei de várias reuniões dessa maneira. A base desse grupo era o Método V-J-A, a RdV, a OPP e a TL. Essa foi a última Coordenação Nacional da PU no Brasil, pois, depois disso, não houve mais essa organização representativa nacional com leigos e leigas e um assessor padre. Mais adiante, será apresentado como a PU se organiza nacionalmente na atualidade, através das orientações do SU da CNBB.

Após esse excuro, retornando à história da caminhada da PU, no ano de 1977, ocorreu um encontro de jovens universitários, o II Concílio de Jovens, na cidade de Lins (SP), organizado pela PJ, no qual houve uma grande rearticulação nacional (CNBB, 1988). Esse encontro foi primordial e singular para a PU.

Estiveram presentes em torno de 3000 jovens, sendo que 120 eram universitários. Com isso, os jovens universitários começaram uma grande articulação em diversos encontros nacionais posteriores, nos quais havia representatividade em todo o Brasil, com a criação de coordenações regionais. (AGNOLI, 2023).

A proposta desse encontro de Lins foi resgatar as experiências da extinta JUC e criar uma nova identidade para a juventude universitária. De 1977 a 1986, foram criadas equipes de articulação, que caminharam pelo país verificando quais eram as experiências existentes em todos as IES (CNBB, 1999). Muitos outros grupos foram formados nesse período no Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Juiz de Fora, sob a assessoria do sacerdote jesuíta e teólogo, João Batista Libânio (AGNOLI, 2023).

É necessário fazer memória de que a PU estava estritamente articulada com a PJ, naquele período, tanto que ela organizou o encontro de Lins (SP), em 1977. A PU também estava articulada com a PJE, que eram os jovens engajados na Pastoral das escolas secundárias do Brasil (CNBB, 1988).

Em 1978, ocorreu outro encontro desses, mas dessa vez em Juiz de Fora (MG) e, sucessivamente, seis encontros Nacionais da PU: em 1979 e 1980, em Vitória (ES), em 1982 e 1984, em São Paulo (SP), em 1986, em Nova Iguaçu (RJ) e, em 1988, em Brumadinho (MG), além de outros encontros e eventos regionais e nacionais. É importante ressaltar que foi no encontro de 1984, em São Paulo (SP), que se desenvolveu melhor o conceito de PU Pluralista, segundo o qual os partícipes teriam de conviver em clima de paz e diálogo com as diversas experiências de pastoral no meio universitário, isto é, naquele período, as CUBs, o MCL, o

MCU, e diversos grupos que não eram filiados a movimentos eclesiais. Neste mesmo encontro foi solicitado o reconhecimento da CNBB pela PU (CNBB, 1988).

Desses encontros, é importante ressaltar que o que ocorreu em Vitória (ES), em 1979, foi nacional, chamado de ENPU. O 2º ENPU também ocorreu em Vitória, em 1980. Agnoli apresentou o que foi debatido nesse segundo encontro nacional: “com a discussão do método *Ver-Julgar-Agir* (ver/confrontar/agir a partir das realidades) e a metodologia da Revisão de Vida em pequenos grupos chamados *pequenas nucleações*” (AGNOLI, 2023, p. 5).

O 3º ENPU ocorreu na cidade de São Paulo (SP), em 1982, e foi assessorado pelo jesuíta Hilário Dick, que provocou um novo dinamismo nas atividades e ações pastorais dentro do âmbito universitário. Dick afirmou com veemência que a juventude não era valorizada e muitas vezes era controlada, por estar em jogo o exercício do poder. Dizia que os jovens apenas eram valorizados se fizessem o que os adultos, padres ou bispos solicitassem. Dick afirma que apenas a AC os valorizou no fim da década de 1930, mas que ainda foi de modo tímido, pois apenas em 1950, com a ACE, foi que eles se tornaram importantes (AGNOLI, 2023).

O 4º ENPU ocorreu em São Paulo (SP), em 1984, no qual houve articulação e a criação da PU Pluralista, na qual outras expressões começaram a fazer parte como as CUBs, o MCU, e diversos outros grupos das dioceses e igrejas locais no Brasil (AGNOLI, 2023).

Essa PU Pluralista se confirmou no 5º ENPU em Nova Iguaçu (RJ), no ano de 1986, ligada a dioceses e respeitando os variados carismas dos grupos existentes no Brasil. A proposta inicial foi de que seguissem os princípios da JUC, sobretudo, a OPP e o Método V-J-A. Eles incluíram no Método V-J-A o CELEBRAR (CNBB, 1999). Incluíram também o REVER para fazer uma análise da ação (Agir) realizado na reunião anterior. Uma espécie de avaliação (CNBB, 1988).

Nesse processo de inserção de outros grupos vieram outros movimentos que eram antagônicos a identidade da PU como o Movimento Carismático, no qual tinha o PUR, conhecida como PUR, que hoje se chama MUR, com seus conhecidos GOUS dentro das universidades (AGNOLI, 2023).

A MUR está presente não somente nas IES de confissão católicas, mas também outras como, por exemplo, na UNICAMP onde há um grupo bem presente a décadas.

Faz-se necessário lembrar que o sacerdote jesuíta, escritor e doutor em Teologia, Francisco Taborda, em seu artigo “Pastoral Universitária – reflexões teológicas sobre uma prática eclesial”, relata que, em Goiânia, em julho de 1981, houve uma reunião extraordinária na qual foi realizado um levantamento quantitativo de universitários nos grupos de PU. O

resultado de 1325 membros surpreendeu, pois havia em torno de um milhão e trezentos mil universitários no Brasil. Sobre esse resultado, Tabora comenta:

Por estas simples datas e números, já se pode concluir que a PU é uma plantinha jovem e débil ainda. Cinco anos de existência não são suficientes para grandes realizações nem para a aquisição de uma clara consciência de si, especialmente num movimento estritamente participativo que não apresenta de antemão plataformas ou programas de ação brotadas de alguma cabeça iluminada. A identidade da PU vai surgindo, a partir dos acontecimentos, num penoso e lento processo de aprendizagem. É assim que a própria PU se compreende. Ela sabe não estar pronta. Por isso a palavra mais frequente em seus documentos oficiais é “caminhada” e a pergunta mais crucial e constante é pela identidade. Quem tiver sensibilidade e respeito para com os processos de crescimento próprios a todos os fenômenos humanos, deverá ter compreensão para com as insuficiências que possa apresentar a PU. E quem dá importância à presença da Igreja no meio universitário, deve estar disposto a dar uma contribuição positiva de apoio e estímulo à PU na sua caminhada (TABORDA, 1982, p. 192).

De 6 a 10 de setembro de 1987, ocorreu o I Encontro Nacional dos Grupo de PU das IESCS na Fraternidade Betânia Franciscana na cidade de Campinas (SP). Estavam reunidos nesse encontro estudantes universitários, reitores, assessores e agentes dos serviços de Pastoral (CNBB, 1988).

Nesse encontro, foi usada a concepção de *Universidade em Pastoral*, que era uma expressão muito usada por Hilário Dick. Foi escrito um documento chamado de *Carta de Betânia*, que definiu a pastoral nas IES de confissão católicas (AGNOLI, 2023).

O objetivo fundamental é evangelizar o mundo universitário buscando impregnar o ambiente acadêmico dos valores que nós, cristãos/ãs, professamos (ética, justiça, verdade, solidariedade, fraternidade), buscando propagação do Evangelho no cotidiano do ensino superior (CNBB, 1999, p. 08).

Após o término, chegaram à conclusão de que toda IESC deve ser uma “Universidade em Pastoral”. Porém, para que isso ocorresse, era necessário que as pessoas que estivessem à frente da ação pastoral dentro da IESC tivessem formação, informação e visão pastoral. Que o Serviço de Pastoral da Universidade promovesse formação adequada aos universitários, sobretudo as lideranças. Que as decisões tomadas nos conselhos superiores ou em outras instâncias da universidade tivessem uma visão pastoral. E que houvesse um Conselho Colegiado de Pastoral dentro da IESC (CNBB, 1988).

Este I Encontro Nacional da PU das IES de confissão católica, chama a PU de “Serviço de Pastoral da Universidade” e apresenta a necessidade de que em toda IESC tenha esse serviço,

ou seja, um atendimento religioso de toda comunidade universitária, sendo fiel à linha de pastoral da Igreja (CNBB, 1988).

O texto da Carta de Betânia, citada anteriormente, apresenta que os grupos vigentes no Brasil, nesse ano de 1987, eram bem variados. Havia grupos de reflexão, de liturgia, de oração, de catequese e os grupos de PU, que eles chamaram de grupo de militância e de RdV. O texto segue apresentando sugestões para que os grupos sigam uma caminhada pastoral universitária profética e que transformem a sociedade. Estando eles ligados ao Serviço de PU, que criassem grupos convergentes com essa base eclesial; tendo assessores, que não eram coordenadores, mas escolhidos pelo próprio alunado; que tivessem um projeto de pastoral através de um planejamento de suas ações em conjunto com o Serviço de PU; que houvesse grupos de professores e de funcionários; que houvesse diálogo com os setores acadêmicos; que houvesse encontros nacionais e regionais; que se realizassem novas nucleações e formação articulada entre teoria e prática. A OPP aparece na Carta de Betânia, a orientar a prática ligada ao ME, porém, sem ligação com política partidária (CNBB, 1988).

O sociólogo e sacerdote da Arquidiocese de Campinas, Luís Roberto Benedetti, foi assessor da PU Nacional por muitos anos e também fez parte da Equipe de PU na PUC-Campinas. Em um artigo chamado “Por um novo paradigma Pastoral”, comenta sobre a Carta de Betânia e afirma que ela propunha uma “universidade em pastoral” e que essa expressão defendia uma presença mais expressiva nas IECs. Betânia pensava uma unidade significativa com a sociedade, na qual os alunos seriam privilegiados (BENETTI, 2009). Benedetti apresenta algumas questões que permearam os anos seguintes da ação pastoral, de 1987 a 2009:

O que mudou de lá para cá? Pode-se falar em mudança? Não, se mudança for sinônimo de ruptura. O que ocorreu, desde então, foi um aguçamento e aprofundamento dos problemas e desafios. Mesmo porque, salvo exceções, a universidade rendeu-se ao mercado. Transformou-se em “multiversidade”, formadora de mão-de-obra qualificada (com caráter mais simbólico que real), prestadora de serviços de assessoria e consultoria. Face que se sobrepõe ao de “produtora de saber”, mesmo porque este se integra ao cotidiano. As discussões sobre células-tronco são assunto jornalístico, tema de conversas de rua, objeto de “opinião” (no limite, cada um fica com a sua) (BENEDETTI, 2009, p. 52).

Benedetti faz uma crítica severa ao posicionamento das universidades brasileiras. Segundo ele, o contexto da Carta de Betânia demonstrava um dilema conflitante entre a hierarquia católica e os militantes universitários, já vivenciado na década de 60 entre a ACB e a hierarquia eclesiástica, ou seja, da Igreja ser “patrão” e os militantes “agitadores”. Ele

apresenta que o encontro nacional ocorrido em Campinas veio depois de um grande silêncio que se iniciou na crise da ACB e da JUC. Porque, com a ACB e a JUC, o local de pensar e agir dos estudantes cristãos se direcionou para o mundo estudantil por conta da ligação que tiveram com o Movimento Estudantil, e com isso o ideal histórico deles se reverteu na secularidade e na transformação do mundo, e que eles só viam saída através da ação política.

Segundo Benedetti, a secularização não era aceita pela hierarquia católica vigente. E a ACB trazia uma nova consciência que não se encaixava com a da Igreja. Benedetti ainda afirma que o encontro na Fraternidade Betânia Franciscana teve uma ressonância, que, mesmo num processo lento, retomou o vigor da dimensão pastoral da universidade, apesar de que, em sua opinião, esse movimento era ditado pelas demandas sociais e não por um ideário religioso (BENEDETTI, 2009).

A PU tem um forte protagonismo laical e estudantil e queria ser presença singular dentro do universo acadêmico, para assumir o seu papel de serviço à sociedade priorizando os marginalizados e excluídos, conforme a OPP orientava. Ela tinha formação permanente para os universitários para que pudessem ter conteúdo e competência para realizarem o trabalho dentro de suas realidades, em seus grupos de base. Além da formação, tinham como base serem eticamente comprometidos e espiritualmente inspirados. Tudo isso culminaria em profissionais com ações transformadoras dentro da sociedade e com todos os povos tornando-se discípulos, conforme apresenta o evangelho de São Mateus 28,19, *“Portanto, vão e façam com que todos os povos se tornem meus discípulos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo”* (CNBB, 1999). Além dessa experiência de evangelização no meio universitário da PU havia também a PdU. Vicente Paulo Alves, doutor em Ciências da Religião, em seu livro *Universidade em Pastoral. Uma nova visão sobre o jeito convencional de fazer pastoral na universidade*, apresenta que:

Antes de iniciar qualquer reflexão, talvez seja interessante esclarecer os termos *Pastoral da Universidade* (PdU) e *Pastoral Universitária* (PU) para que não levem a possíveis confusões. Esta diferenciação ocorre, sobretudo, aqui no Brasil e dentro da Igreja Católica, devido ao surgimento mais remoto da Pastoral Universitária (PU) nos anos da Ação Católica e seu método Ver-Julgar-Agir (1922). A PU tem uma longa estrada já percorrida e uma estrutura mais bem definida, com uma coordenação nacional, regional, diocesana e paroquial. A PU está ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e se articula com seus setores e linhas pastorais. A Pastoral da Universidade (PdU) surgiu mais recentemente, com a organização e estruturação nas universidades, faculdades e instituições e institutos católicos, congregados pela Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas (ABESC). A PdU não obedece a uma hierarquia nacional, regional ou setorial, ela se organiza nas próprias universidades e

faculdades. A diferença básica entre PU e PdU é de onde parte iniciativa de fazer pastoral: enquanto na PU a iniciativa é dos próprios alunos (apoiados pela estrutura acima descrita), na PdU, a iniciativa é da própria universidade ou faculdade, que cria um setor responsável pela animação da pastoral no seu âmbito (ALVES, 2002, p. 7-8).

A CNBB também explica a diferença entre as duas:

Sabemos que não somos a única experiência de evangelização no meio universitário. Aí estão também a PdU – Pastoral da Universidade, uma iniciativa da própria instituição universitária (geralmente confessional), que oferece serviço de pastoral aos estudantes, professores e funcionários, e movimentos eclesiais como a RCC, Focolares, Comunhão e Libertação, etc. (CNBB, 1999, p. 8).

Aguado, assessora do SU, também apresenta a diferença entre PU e PdU:

Durante esses anos, cunharam-se os termos de Pastoral Universitária (PU), para identificar as iniciativas que se dedicavam à organização de grupos de jovens universitários; e Pastoral da Universidade (PdU) à pastoral que era desenvolvida nas Universidades Católicas, serviço que oferece a Instituição pela sua própria identidade católica (AGUADO, 2012, p. 4).

A PU sempre foi voltada para todas as IES, sejam elas federais, estaduais, particulares ou católicas com cunho social, sempre baseada na OPP e na TL, além de usar em toda a sua metodologia o Método V-J-A, a RdV e a RdP. Já a PdU estava estritamente ligada as universidades católicas e seguia orientações do carisma da congregação religiosa ou diocese que estivesse administrando a instituição. A PdU normalmente estava em um setor da universidade ou mesmo em capelarias ou paróquias universitárias executando, em sua maioria, atividades litúrgicas, sacramentais ou oracionais, com raras exceções que saíam dessa identidade pastoral. Até os dias atuais se encontra essa realidade em universidades de confissão católicas, porém se denominam “Pastoral Universitária” ou “Setor da Pastoral Universitária”, quando, na verdade, por suas atividades e ações dentro do âmbito universitário, nada mais é do que PdU, conforme foi explicado anteriormente. Se observarmos as universidades católicas atuais, perceberemos claramente essa diferença, pois a maioria tende a priorizar atividades litúrgicas e sacramentais, com raras exceções.

A PU, do final da década de 1980 aos anos 1990, procurava seguir os documentos da Igreja Católica no tocante à evangelização do universo universitário, como, por exemplo, a Constituição Apostólica *Ex-Corde Ecclesiae*, de 1990, o documento do Pontifício Conselho para a Cultura, chamado “A presença da Igreja na Cultura Universitária”, de 1994, e “As linhas

da Ação da Pastoral Universitária na América Latina”, apresentadas no relatório do Seminário Taller de PU, de Guadalajara, no México, em 1993 (CNBB, 1999) – além de seguir a TL, OPP e usarem o tempo todo o Método V-J-A, como já foi apresentado anteriormente.

A *Ex Corde Ecclesiae* do Papa João Paulo II é um documento de 1990 que apresenta a identidade e a missão das Universidades Católicas, quais seus serviços à comunidade, diálogo com a sociedade e evangelização. E em uma parte trata sobre a PU (CNBB, 2010). O Documento do Conselho para a Cultura, de 1994, citado anteriormente, traz de maneira geral a presença da Igreja no meio universitário. Ao falar de PU, apresenta-a como PdU, porém, chamando de “pastoral universitária”, sem apresentar o nome em letras maiúsculas, como ocorreu em alguns documentos das Conferências Latino-Americanas e Caribenhas, que serão apresentadas no segundo capítulo desta dissertação. Traz a atuação pastoral ligada ao carisma da congregação religiosa que estiver à frente da universidade, como segue:

As Ordens religiosas e as Congregações asseguram uma presença específica nas Universidade e contribuem pela riqueza dos seus carismas em particular o seu carisma educativo para a formação cristã dos professores e dos estudantes. Essas comunidades religiosas, muito solicitadas no ensino primário e secundário, devem, nas suas opções pastorais, considerar a vantagem da sua presença no ensino superior, tendo cuidado em não se fecharem em si mesmas, sob pretexto de confiar a outros a missão conforme à sua vocação (CNBB, 2010, p. 51).

O Documento apresenta em seguida a PU:

[...] convêm sublinhar que a pastoral universitária empenha profundamente uma instituição acadêmica, que é “*católica*” por definição, ao nível da finalidade que se propõe alcançar, isto é, a formação integral das pessoas, dos homens e das mulheres, que, no contexto acadêmico, são chamados a participar ativamente na vida da sociedade e da Igreja (CNBB, 2010, p. 52).

Portanto, esse documento apresenta uma espécie de setor administrativo da universidade, em comunhão com a Igreja Católica e por conta disso deve preservar a religião entre o meio universitário. Em seguida, fala novamente de PU, quando traz algumas iniciativas que são fecundas quando colocadas em prática, como, por exemplo, a sugestão de capelães universitários para assessorarem os trabalhos; a criação de equipes diocesanas de PU formadas pelo laicato; a promoção de movimentos eclesiais dentro do meio universitário, entre outras atividades específicas de IES com confissão católica (CNBB, 2010).

E traz mais uma definição de PU:

[...] uma pastoral universitária que não se limite a uma *pastoral de jovens* geral e indiferenciada, mas que tome como ponto de partida este

fato: numerosos jovens são profundamente influenciados pelo *ambiente universitário*. Aí se decide em grande parte o seu encontro com Cristo e o seu testemunho de cristãos. Essa pastoral tem em vista, por conseguinte, a educação e acompanhamento dos jovens que fortes na fé têm de enfrentar a realidade concreta dos meios e das atividades nas quais estão comprometidos (CNBB, 2010, p. 54).

A CNBB apresenta a importância e a relevância da existência de variadas capelarias ou paróquias universitárias com pároco e vigários paroquiais, que possam assessorar o meio universitário das variadas universidades católicas que houver na diocese, oferecendo serviços sacramentais e de orientação espiritual (CNBB, 2010).

O que vem a confirmar o que já foi apresentado anteriormente de que muitas das ações de pastoral dentro do âmbito universitário são PdU, com apenas serviços sacramentais e orientações espirituais e com raras exceções possuem grupos de reflexão e vivência, ou mesmo eventos que tragam debates e discussões aos alunos, independentemente de serem ou não católicos. Se faz necessário que na universidade a PU traga eventos, como fóruns, mesas redondas, colóquios e, principalmente, incentive criações de diversos grupos de reflexão católicos, ecumênicos ou ligados ao diálogo inter-religioso. Mas o que é visto, sobretudo atualmente, é uma grande quantidade de eventos litúrgicos e sacramentais, retiros espirituais e momentos oracionais (em sua maioria ligados ao MUR, como o GOU, ou a um tipo de oração ou retiro que não traduzem a linguagem do jovem universitário, mas que agradam a padres e bispos, por se parecerem muito com o que rezavam nos seminários ou em seus retiros com outros sacerdotes). Se faz necessário que esses momentos oracionais e retiros tenham a cara dos jovens, tragam cantos que não precisem ser necessariamente de Igreja. Sejam dinâmicos e criativos e toquem em assuntos que façam parte da vida deles dentro e fora da universidade, e que, principalmente, sejam criados por jovens ou por quem consiga mesmo com a maturidade da idade falar sua linguagem. O que se ouve muito nessas universidades de confissão católica é que “estamos ou não estamos em uma universidade católica?”. E, com isso, o que se apresenta não traduz a juventude atual e muito menos a universitária.

1.4 Pastoral Universitária hoje - Setor Universidades

Finalizando este capítulo, apresento, através de artigos do site da CNBB, do Documento de Estudos da CNBB nº 102 – “O seguimento de Jesus Cristo e a Ação Evangelizadora no Âmbito Universitário” (CNBB, 2016) e do Documento de Estudos da CNBB nº 112 – Setor Universidade da Igreja no Brasil – Identidade e Missão” (CNBB, 2019), os últimos acontecimentos da PU até o ano de 2019. Posteriormente no terceiro capítulo dessa dissertação

será apresentado algumas bibliografias já existentes sobre a questão da juventude universitária, como as experiências de quatro Pontifícias Universidades Católicas: PUC-Minas, PUC-RS, PUC-SP e PUC-Rio. Este capítulo prioriza a relação atual da PU pelo SU da CNBB, que organiza nacionalmente toda a ação no meio universitário.

O SU da CNBB pertence à Comissão Episcopal para a Educação e Cultura. Esse setor foi criado em 1997, quando a CNBB retomou a caminhada da ação evangelizadora no meio universitário. Naquele ano a CNBB além de criar o SU também nomeou um bispo referência como assessor, sendo escolhido para essa função Dom Eduardo Benes. O Documento da CNBB nº 102 apresenta o SU:

O Setor Universidades da CNBB está subordinado à Comissão Episcopal para a Educação e a Cultura. Busca ser um espaço de diálogo, comunicação e articulação que dinamiza a ação evangelizadora no meio universitário junto as dioceses e regionais. Vem dedicando-se, sobretudo, à formação de jovens colaboradores e professores (consultores), à articulação com os regionais e a estabelecer uma rede de comunicação entre as dioceses e as universidades nos regionais. A formação e a capacitação são realizadas através dos subsídios e congressos (encontros diocesanos e regionais e assessorias), bem como da comunicação (redes sociais, projetos de universitários cristãos) (CNBB, 2016, p. 47).

Essa Comissão Episcopal para a Cultura e Educação, da qual o SU faz parte, compreende, atualmente, além do SU, o Setor Cultura, o Setor Educação, o Setor Ensino Religioso e o Setor Bens Culturais. E o público-alvo dessa comissão atualmente é mais amplo, pois atinge, além da comunidade universitária, os educadores, professores, estudantes e os atores do mundo da cultura e da educação de maneira geral (AGNOLI, 2023).

O SU buscou unificar todas as experiências do universo universitário, ou seja, os movimentos como o GOU ou a PUR, as novas comunidades que tiveram presença nas universidades nesse período, a própria PU, a PdU das paróquias e capelarias universitárias, e outras iniciativas diocesanas com universitários. O SU tem como objetivo retomar um caminho de diálogo, articulação, organização, pluralidade e comunicação. Tem o objetivo de incentivar a presença da Igreja no meio acadêmico, procurando ter no jovem universitário o protagonismo que o caracteriza (AGUADO, 2012).

O SU tem como atribuições: promover a ação de evangelização no meio universitário; articular e revitalizar a pastoral dentro das universidades e com todas as experiências e instituições envolvidas; articular iniciativas das IES com a sociedade, assim como promover a inclusão dos jovens no meio acadêmico; fomentando o diálogo entre a fé com a ciência, política

e cultura, e buscando o resgate da experiência histórica da presença da Igreja no meio universitário. (CNBB, 2016).

O SU foi criado pela CNBB com o intuito de priorizar as iniciativas vindas dos próprios universitários. A assessoria desse setor tem dado mais ênfase em dinamizar um grupo de reflexão sobre todas as variadas ações desenvolvidas no meio universitário para, assim, unificar as experiências e, com isso, trazer um enriquecimento da atuação da Igreja católica no âmbito universitário (BROLLO, 2009).

O artigo do site da CNBB, de 15 de outubro de 2009, com o título “Pastoral Universitária fecha calendário para os próximos dois anos”, traz que, em 14 de outubro de 2009, na ANEC, ocorreu uma reunião entre coordenadores regionais da PU e PdU. Esse encontro foi assessorado pelo Irmão Adriano Brollo, da Congregação Religiosa dos Irmãos Maristas, que, nesse período, era o Coordenador Nacional, e pela Irmã Maria Eugenia Lloris Aguado, que era assessora nacional do SU da CNBB. Aguado relata que esse encontro foi de grande importância para a articulação do SU com a ANEC. Ela relata, ainda, que nesse encontro foram debatidas as linhas das pastorais nas universidades católicas, fechando o calendário durante um período de dois anos. A assessora destacou também dois encontros importantes que ocorreram nesse período, ou seja, o Encontro Nacional de Universitários Cristãos, que tinha o objetivo de preparar os membros da PU para a JMJ, que iria acontecer no ano de 2011, em Madri, e, posteriormente, em julho de 2011, em Recife, e o Encontro Nacional de Agentes de PU, com a presença de coordenadores, bispos de referência e demais interessados (Site CNBB, 2009).

O artigo do site da CNBB, de 10 de fevereiro de 2011, com o título de “Pastoral Universitário debate ação evangelizadora nas instituições de Ensino Superior”, traz que de 8 a 11 de fevereiro de 2011, ocorreu o Encontro Nacional da Ação Evangelizadora, nas Instituições de Ensino Superior no Centro Marista Marcelino Champagnat, em Curitiba (PR), em que se debateram os princípios norteadores e linhas de ação para toda as ações pastorais dentro do âmbito acadêmico. Conheceram a ANEC e o SU, e puderam verificar o papel de cada um dentro da dinâmica da PU. E ainda debateram os cenários das universidades brasileiras para poder facilitar a ação evangelizadora nas mesmas (Site CNBB, 2011).

No artigo do site da CNBB, de 24 de abril de 2012, com o título “Caminhos de Articulação da Pastoral Universitária na diocese e regionais”, apresenta-se um Encontro que ocorreu com os jovens universitários da UFOP, em abril de 2012. A missionária Irmã Alba Galvez, da Fraternidade Missionária Católica Verbum Dei, representando o SU, apresentou um projeto amplo de visitas aos diversos grupos de PU existentes no Brasil, para fazer uma articulação nacional. Além disso, ela expôs os diversos encontros que ocorreram, como o

Congresso Universitário latino-americano, em Gramado, no ano de 2011, e o Congresso Universitário Nacional, em 2010, além dos congressos universitários regionais na Bahia, Minas Gerais entre outros estados. Explicou, depois, sobre as diretrizes dos trabalhos pastorais no meio universitário. Esses encontros terminam com partilhas para discutir as demandas de cada grupo existente. Têm o objetivo também de que estes grupos vejam na PU um local de acolhida, partilha, reflexão e de crescimento, usando o conhecimento acadêmico para fortalecer uma sociedade com valores cristãos (Site CNBB, 2012).

Acredito que muito mais do que ser um local de acolhida, partilha e reflexão, a PU deve apresentar aos seus participantes subsídios que os ajudem a vivenciar os valores cristãos dentro da sociedade, em todos os ambientes no qual estiverem inseridos. Além dos universitários, é de grande importância que estejam envolvidos também os professores e funcionários técnico-administrativos das universidades.

O artigo do site da CNBB, com o título “Curso forma agentes para a Pastoral Universitária”, de 28 de maio de 2014, trouxe que o SU reuniu, de 23 a 25 de maio de 2014, no Mosteiro de Itaiaci na cidade de Indaiatuba (SP), na Arquidiocese de Campinas, mais de 70 pessoas, entre padres, diáconos, religiosos, leigos e leigas, no Curso de PU que teve como objetivo formar agentes de pastoral com abordagem teórico-prática. Eles tiveram como subsídio o Documento de Estudos da CNBB nº 102, “O seguimento de Jesus Cristo e a Ação Evangelizadora no Âmbito Universitário” (Site da CNBB, 2014).

O artigo do site da CNBB de 7 de dezembro de 2016, com o título “Regional Sul I da CNBB inicia a articulação da Pastoral Universitária”, apresenta que a articulação dos regionais foi uma prioridade do SU. O artigo ainda apresenta que houve uma reunião de articulação na Casa de Retiro Nossa Senhora do Cenáculo, em Taboão da Serra (SP), em 2 e 3 de dezembro de 2016. Nesse encontro, participaram os representantes da ação evangelizadora no meio universitário do Regional Sul I da CNBB. Houve uma grande partilha de experiências de articulação e foi apresentado todo o processo histórico de formação de todos os regionais da CNBB que possuem grupos de PU articulada com o SU. O padre Danilo Pinto dos Santos, assessor do SU da Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e Educação da CNBB, trouxe para esse encontro as atribuições que um coordenador regional necessita ter, ou seja, colaborar com a formação e articulação das pastorais diocesanas do seu determinado regional. O padre Danilo tem como prioridade essa articulação de todos os grupos de PU. O encontro contou com a presença do bispo referência do SU, Dom Carlos Lema, que colaborou com a definição dos critérios para escolha de coordenadores e para a articulação pastoral. Um outro fato ocorrido, nesse encontro, é que por conta de muitos movimentos eclesiais envolvidos nas IES regionais,

criou-se uma coordenação para articulá-los. Decidiu-se também mapear as IES que possuem PU, PdU ou movimentos eclesiais para o Congresso Regional de Universitários Católicos de São Paulo, em 2018 (Site CNBB, 2016).

Do ano de 2016 até 2019, a CNBB apresenta a PU como uma ação de evangelização da Igreja no meio universitário em comunhão com o bispo da diocese. Ela diz no Documento de Estudos da CNBB nº 102 sobre a PU:

É uma pastoral de fronteira, âmbito privilegiado do diálogo da Igreja com a cultura, com o mundo acadêmico e com as perguntas existenciais de estudantes, professores e funcionários. Esse diálogo se estende a todos, pois a universidade é um lugar importante para as transformações da sociedade e do pensamento. Sem a presença da Pastoral Universitária, a Igreja perde tanto a oportunidade de fecundar tal espaço quanto de enriquecer-se com o diálogo e os questionamentos próprios de âmbito universitário, perdendo paulatinamente a sua relevante incidência cultural (CNBB, 2016, p.11).

A proposta que a CNBB apresenta é de que a PU evangelize o meio universitário, partindo de Jesus Cristo para que os estudantes se tornem futuros profissionais que tenham os valores cristãos como base de suas vidas e que, com isso, construam um mundo mais justo e solidário para todos. A CNBB acredita que isso pode ocorrer não somente em IES de confissão católica, mas também em universidades públicas e privadas, mas que tenham ligação com a diocese e que tenham necessariamente um assessor ou coordenador para articular o trabalho. Também pensa em outras realidades, como as paróquias ou capelanias universitárias, centros e núcleos culturais nos quais se debatem fé e cultura, grupos de convivência e experiências, formados por movimentos eclesiais, grupos orientados por congregações religiosas ou Institutos de Vida Consagrada, ou mesmo no âmbito de serviços e variadas atividades ligadas ao Ensino, Pesquisa e Extensão (CNBB, 2016).

A CNBB apresenta como objetivos específicos da PU a promoção da presença da Igreja Católica no ambiente universitário, por meio de pequenas comunidades de estudantes, professores e funcionários que sejam promotores dos valores de Cristo; incentivadores dentro do âmbito acadêmico da pesquisa, extensão e do diálogo entre fé e razão, da ciência, política e cultura; promotores de projetos e atividades na linha de espiritualidade, reflexão-formação e ação social solidária; motivadores de estudantes para que se tornem profissionais que tenham como base os valores evangélicos; que resgatem a dimensão religiosa sendo testemunhas no meio universitário; incentivadores de união entre as diversas expressões católicas existentes dentro da universidade; que tragam o diálogo ecumênico e inter-religioso visando a tolerância religiosa; que incentivem a participação dos universitários em iniciativas e ações em defesa de

uma sociedade sustentável e ecológica, e que promovam o protagonismo do jovem universitário na construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária (CNBB, 2016).

Acredito que seja de grande importância a CNBB apresentar que os universitários egressos se tornarão profissionais que trazem em suas vivências os ensinamentos cristãos e que como isso tornem o mundo mais justo e solidário. Se todos os universitários se tornassem profissionais com esse compromisso teríamos uma sociedade mais justa, ética e igualitária.

O Documento de Estudos da CNBB nº 102 ainda apresenta no final do texto algumas orientações gerais e pistas para um trabalho de PU, independentemente de ocorrerem em IES de confissão católicas, privadas ou públicas. O documento apresenta que a PU precisa estar articulada como a Igreja local, por meio do bispo e seguir o Plano de Pastoral Diocesano; com as demais experiências eclesiais que também trabalhem com o meio universitário; com as iniciativas de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade em que estiverem inseridas; com outras ações de evangelização existentes nas cidades próximas ou regionais, criando grupos ou pequenas comunidades de alunos, funcionários e professores, alimentando a fé, estimulando espiritualidade, incentivando o diálogo aberto com a ciência, fé, razão e cultura. (CNBB, 2016)

O Documento 102 apresenta ainda que a universidade é ambiente de formação intelectual e com isso a Igreja quer fazer a sua contribuição com formação integral, vasta, ampla e com um humanismo enraizado no Evangelho que entra em contraste com a mentalidade instrumental e pragmática da sociedade atual. Com isso apresenta ser primaz um amadurecimento no encontro com Jesus fortalecido com as fontes da fé, ou seja, o Evangelho, a Tradição apostólica e o Magistério da Igreja. Apresenta ainda que novenas, consagrações, práticas devocionais e vidas de santos devem fazer parte com hermenêutica para o meio universitário (CNBB, 2016).

Com isso, se vê que a proposta do documento é de uma vivência de paróquia ou capelanias universitárias, fugindo do que foi visto anteriormente sobre a vivência da PU dos anos 1990 e início de 2000, com um grande viés político-social. Como vimos anteriormente, a PU sempre caminhou em comunhão com a Igreja Católica, ligada à CNBB e às dioceses que faziam parte, porém, as orientações, os encaminhamentos eram debatidos em assembleias regionais e nacionais, e repassadas aos grupos existentes em todo o Brasil através da Equipe de Coordenação Nacional, formada por representantes das regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) e por diversas equipes de articulação regionais. Esses grupos deixarem de existir e quem faz esse trabalho atualmente é o SU da CNBB, que já foi apresentado anteriormente. Como vimos anteriormente a PU sempre caminhou em comunhão com a Igreja Católica, ligadas a CNBB e as dioceses que faziam parte, porém as orientações, os encaminhamentos eram

debatidos em assembleias regionais e nacionais e repassadas aos grupos existentes em todo o Brasil através da Equipe de Coordenação Nacional formada por representantes das regiões (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste) e por diversas equipes de articulação regionais. Esses grupos deixarem de existir e quem faz esse trabalho atualmente é o SU da CNBB, que já foi apresentado anteriormente.

Em 2019, a CNBB lançou os Estudos da CNBB nº 112 com o tema “Setor Universidades da Igreja no Brasil: identidade e missão”, que apresenta toda a prática da pastoral no âmbito universitário. O texto foi produzido partindo das contribuições das experiências relatadas pelo próprio SU Regional, Diocesano e Arquidiocesano, a PU nas IES (públicas, privadas ou comunitárias), as universidades de confissão católica, ANEC, movimentos eclesiais, Novas Comunidades, congregações, Capelarias e das Paróquias Universitária (CNBB, 2019).

Esse documento de estudo também é fruto do Seminário da Ação Evangelizadora no Âmbito Universitário, ocorrido nos dias 3 e 4 de fevereiro de 2018, no Centro Cultural Missionário na cidade de Brasília (DF), do qual saiu um documento com o título “Contribuições do Seminário”, no qual consta a contribuição de várias experiências no meio acadêmico de todo o Brasil (CNBB, 2019). O resultado do Documento nº 112 da CNBB passou pelo crivo do CONSEP e do Conselho Permanente da CNBB, com o acolhimento dos pareceres de assessores, bispos presidentes das comissões e dos regionais da CNBB (CNBB, 2019).

Segundo Dom João Justino de Medeiros Silva, bispo referencial para o SU, na abertura do Documento de Estudos nº 112, esse material tem ainda a função de atualizar o Documento nº 102, para apresentar a organização, formação e articulação do SU nas IES, dioceses e nos regionais (CNBB, 2019). O documento, em seu primeiro capítulo, apresenta a importância da missionariedade no âmbito universitário, tendo o apóstolo Paulo como modelo de discipulado para os dias atuais. Paulo conheceu Jesus e com a experiência desse encontro começou a caminhar com Ele. O documento, com isso, apresenta o grande desafio da PU que é como promover esse encontro pessoal com Jesus Cristo, com um compromisso com a missão e com seu projeto dentro do meio universitário (CNBB, 2019).

Portanto, a orientação atual aos militantes da PU é de serem missionários no ambiente universitário e de promoverem um encontro com Jesus Cristo e com seu projeto.

Em mais um excursão analiso que tudo isso é um trabalho árduo. Partindo de minha experiência na PU, como aluno militante de 1997 a 2002 e, depois, como funcionário da do Setor Pastoral Universitária da USF de Campinas, Itatiba e Bragança Paulista, por treze anos, e, atualmente, do Setor PU da PUC-Campinas, há quase três anos, vivi e vivo essa proposta e com isso reflito que muitas vezes o projeto de Cristo entra em contradição com a vivência dos

universitários e do meio acadêmico. Isso podemos ver na história da ação da Igreja dentro do âmbito universitário, desde o tempo da ACB, perpassando pela atuação da PdU e da PU por décadas e que ainda veremos com a apresentação de algumas experiências relatadas no último capítulo desta dissertação.

No segundo capítulo do Documento 112 da CNBB, são apresentadas as perspectivas da ação evangelizadora no âmbito universitário, nas quais não se abrange apenas o espaço universitário nas IES, mas também tudo que está em torno e que se irradia para a sociedade. Além dos universitários, estão conectados os professores, funcionários, estagiários, monitores, pós-graduandos e todos que fizeram parte do universo acadêmico (CNBB, 2019).

O tripé indissociável, ensino, pesquisa e extensão, pelos quais a missão da universidade se realiza, pode ser vivido à luz do Evangelho e, desse modo, potencializado. São fundamentais para a construção da Civilização do Amor, renovadas formas de transmissão do saber e de valores, investigações científicas conduzidas por uma reta consciência e razão e um olhar compassivo e profético às mazelas da sociedade. Os discípulos missionários no âmbito universitário são chamados a buscar uma renovação desse tripé, para que sirvam melhor ao ser humano (CNBB, 2019, p. 36).

Em seguida, o Documento 112 apresenta os atores da PU, ou seja, os universitários, os professores, os colaboradores e os estudantes egressos. Inicia falando o quão é importante a escolha profissional dos universitários e o espaço que a PU apresenta pode ajudar na realização profissional deles, além do encontro com Jesus e sua proposta transformadora. Os colaboradores/funcionários das IES, sobretudo, os professores, também fazem parte da comunidade acadêmica e têm grande importância na formação humana, além da profissional. Os docentes são chamados a serem mestres e a seguirem o exemplo de Jesus Cristo e, assim, darem testemunho profissional dessa conexão com o projeto cristão (CNBB, 2019).

Acredito que essa proposta do Documento 112 sobre os professores estarem ligados ao cristianismo poderá causar polêmica no âmbito universitário pois muitos irão questionar a universidade ser um ambiente laico e que os professores devem ser laicos na relação com seus alunos, assim como os demais profissionais das IES. Esse comentário terá maior êxito se for realizado com o viés do ecumenismo e do diálogo inter-religioso. Mais para frente do documento será comentado sobre o ecumenismo e o diálogo inter-religioso.

Na continuação do segundo capítulo do Documento 112 da CNBB é apresentado que os estudantes egressos também são atores da PU, sobretudo se mantiverem vínculo com a universidade. Eles estão no mundo onde poderão se doar pelo outro, transformarem o mundo.

O documento propõe que sejam criados espaços para debates desses egressos. A CNBB diz que:

A ação e a missão da Igreja nunca estiveram restritas apenas aos espaços ditos eclesiais. Na verdade, desde o princípio, os primeiros cristãos empenharam-se em atender ao mandato de Jesus: “Ide, pois, e fazei discípulos todos os povos” (Mt 28,19). Aos poucos, foram compreendendo que ser “suas testemunhas em Jerusalém, em toda a Judeia e na Samaria, até os confins da terra” (At 1,8) não se referia apenas a uma questão geográfica, mas a partilhar “as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje, sobretudo dos pobres e de todos aqueles que sofrem” (CNBB, 2019 p. 42).

Com isso, vemos que o documento apresenta que as fronteiras da PU vão além dos muros da universidade e que os egressos terão como missão evangelizar e transformar o mundo. Acredito que a experiência que tive com a Pastoral Universitária nos anos 1990 a meados de 2000 me fizeram um profissional comprometido com essa missão de evangelização da sociedade através da minha profissão.

O texto do Documento 112 da CNBB segue apresentando que, dentro das marcas atuais de fronteira no ambiente universitário, destacam-se: a mobilidade urbana e rural; os estudantes indígenas, migrantes internacionais e os refugiados; a mulher no cenário do Ensino Superior; a pobreza na vida acadêmica e as políticas públicas educacionais; as pessoas com deficiência; o Ensino a distância e o universo da internet e redes sociais. Com isso, conclui que os meios universitários contêm, em suas fronteiras, uma grande diversidade de sujeitos e saberes. E, sendo assim, a PU precisa ter diálogo, saber acolher e escutar, respeitando a diversidade e os saberes ligados à fé, ciência, razão e cultura, propondo espaços dentro das IES em que isso possa ocorrer, num diálogo horizontal (CNBB, 2019).

No terceiro capítulo, apresenta a identidade da ação evangelizadora no âmbito universitário, apresentando eixos norteadores da atividade pastoral como o eixo da espiritualidade, o da reflexão e o socioeducativo, que é a dimensão transformadora da fé (CNBB, 2019).

No quarto capítulo, trata-se da articulação da ação evangelizadora no âmbito universitário. Apresenta os órgãos da CNBB que são responsáveis por articular, organizar e acompanhar pastoralmente as atividades pastorais dentro do meio universitário. O SU já foi apresentado anteriormente nessa dissertação, mas é importante lembrar que ele fomenta a caminhada conjunta, visando o anúncio da vivência de Jesus Cristo e das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil que estiver vigente como base e que possui forças de ação evangelizadora, como os Seus regionais, os Movimentos Eclesiais, as IES de confissão

católicas, a ANEC e as Paróquias e Capelarias Universitárias. Apresenta com mais especificidade o que é e faz a Comissão Episcopal Pastoral para a cultura e a Educação:

A Comissão Episcopal Pastoral para a Cultura e a Educação, é o órgão da CNBB responsável por acompanhar pastoralmente os cristãos leigos e leigas presentes nos ambientes de cultura e saber. A Comissão atua a partir de duas linhas: formação de agentes de pastoral e articulação dos regionais. Possui quatro setores: Educação, Cultura, Universidades e Ensino Religioso. Constituem seu público-alvo: educadores, comunidade universitária, professores de Ensino Religioso, agentes de pastoral, atores no mundo da cultura e da educação, pessoas de notório saber e dirigentes de empresas. A atuação da Comissão abrange os 18 regionais do país, que reúnem 277 (arqui) dioceses e 9 prelazias (CNBB, 2019, p. 53).

Em seguida, o Documento 112 apresenta as forças da ação evangelizadora no Ensino Superior, valorizando os SUs Regionais, que são um desdobramento do SU Nacional da CNBB. Uma estrutura pastoral e não jurídica. O SU Regional conta com o SU Diocesano que deve estar em comunhão com o bispo ou coordenadores regionais (CNBB, 2019).

O Documento 112 vem apresentar uma proposta inusitada de que a PU nas arquidioceses ou dioceses passe a se chamar Setor Universidades Diocesano. E justifica dizendo:

Essa mudança deve-se à uma dupla consideração, qual seja, à natureza e histórico de contribuição específica da Pastoral Universitária na Igreja no Brasil e às expressões eclesiais que surgiram no âmbito universitário, nas últimas décadas. Nesse sentido, a nomenclatura de Pastoral Universitária permanecerá para os grupos com atuação nas IES, que possuem a identidade histórica da pastoral universitária e que não possui vínculo institucional com o carisma dos movimentos, congregações e novas comunidades. Além das Pastorais Universitárias das IES, integram o tecido do Setor Universidades Diocesano os movimentos eclesiais, congregações religiosas e novas comunidades, a IES Católicas e as paróquias e capelarias universitárias (CNBB, 2019, p. 54-55).

Acredito que se isso realmente ocorrer, a PU, como a dos anos 1990 a meados de 2000, com um legado tão singular da ACB, e, sobretudo, da JUC, com o passar do tempo e mudanças de lideranças universitárias, corre o risco de se perder e deixar de existir. Até o presente momento, do ano de 2023, nada saiu de oficial da CNBB, concretizando a proposta do Documento 112.

O documento continua citando os importantes agentes da ação evangelizadora, colocando o Espírito Santo como agente primordial que conduz a missão da Igreja Católica. Segue apresentando os outros agentes: os membros da comunidade universitária (docentes, discentes, colaboradores e os egressos); coordenadores leigos e leigas, religiosos e religiosas,

diáconos, padres e bispos, designados para a atividade pastoral dentro do âmbito universitário (CNBB, 2019).

A CNBB apresenta critérios para a escolha de coordenadores e assessores para a ação evangelizadora dentro do meio universitário. Primeiramente, que sejam um dos atores das IES (docente, discente ou colaborador), que esteja em contato com o coordenador, assistente ou assessor eclesialístico do SU diocesano. Este deve ter clareza quanto à dinâmica do Ensino Superior e a sua estrutura de ensino, pesquisa e extensão, assim como sobre o Plano de Pastoral Diocesano adequado dentro da universidade. É primaz que seja uma pessoa de leitura e estudo sobre o diálogo da Igreja com a sociedade, respeitando a diversidade eclesial que existe dentro do meio universitário. Deve ser nomeado pelo bispo diocesano. No SU Regional, o assistente e equipe de coordenação devem também conhecer a dinâmica do Ensino Superior e, assim, acompanhar os diocesanos do SU facilitando a comunicação com as expressões e instâncias eclesiais. Deve seguir e aplicar as orientações dos documentos da Igreja (Santa Sé, CELAM e CNBB), também respeitando as diversidades eclesiais, estando em comunhão com o Bispo Referencial regional, bem como do SU Nacional, participando dos encontros anuais da SU Nacional. Existe dentro dessa organização o Bispo Referencial do SU Regional, que é o animador das coordenações diocesanas, fortalece o SU diocesano, acompanha todo o processo, nomeia assessores ou equipes, promove encontros de formação e participa do Encontro dos Bispos Referenciais Regionais da Comissão Pastoral para Cultura e Educação. O mesmo ocorre com o Bispo Referencial e com o assessor no SU Nacional, que devem ter todas essas especificidades citadas, mas de maneira nacional (CNBB, 2019).

A mudança da PU da década de 1990 a meados de 2000, apresentada pela SU da CNBB, fica bem visível nessa parte do documento. Naquele período, já citado anteriormente, a PU apenas tinha conexão com a CNBB, via um Bispo referencial, que só acompanhava o processo sem interferir. Os objetivos, as atividades e toda a ação pastoral ficavam a cargo da Equipe de Coordenação Nacional, Equipes de Articulação Regionais e coordenadores diocesanos, quase sempre leigos e leigas, com a assessoria de padres, e seguindo as assembleias nacional.

O documento apresenta, ainda, que a ação evangelizadora ocorrerá de maneira diversa nas IES, dioceses, regiões ou no âmbito nacional, pois essas possuem dinâmicas e estruturas diferentes de funcionamento (CNBB, 2019). O Documento 112 termina, apresentando que seu conteúdo está baseado no trabalho da SU, que foi retomado na Conferência Episcopal de 2007. O material representa as diversas expressões eclesiais de ação evangelizadora dentro do meio universitário em todo o território brasileiro.

O trabalho chega ao público geral em profunda sintonia com o Pontificado do Papa Francisco, desde a sua elaboração até às suas conclusões, que nos convidam à sinodalidade missionária na Igreja. “A vida sinodal da Igreja é essencialmente orientada para a missão”. No específico da Igreja no Brasil a organicidade proposta ao Setor Universidades, a partir do novo estudo, permitirá que a sala ação pastoral seja renovada a cada proposição quadrienal das Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora (DGAE), deste tempo e dos tempos futuros. A metodologia sinodal e o espírito de comunhão eclesial, que fizeram parte da elaboração do Estudo, devem continuar em nossas dinâmicas pastorais (CNBB, 2019, p. 65).

Agnoli, porém, apresenta alguns questionamentos sobre a ação evangelizadora dentro do âmbito universitário.

Cabe, portanto, os questionamentos a respeito da participação e da mobilização sociopolítica das juventudes e da ação da Pastoral Universitária, nos dias de hoje, diante tantas mudanças na organização e nas diretrizes pastorais, a partir do processo histórico do envolvimento das juventudes universitárias nas transformações dos cenários e realidades socioculturais, políticas, religiosas. Torna-se importante perceber os movimentos da participação política, cultural e religiosa das juventudes (AGNOLI, 2023, p. 7).

A PU das universidades atuais, sobretudo as de confissão católicas, em sua maioria, não trazem eventos ou ações que levem o jovem universitário à participação ou mobilizações sociopolíticas ou mesmo que transformem os cenários e realidades socioculturais. Em sua grande maioria, como já foi apresentado, trazem serviços sacramentais, variados momentos litúrgicos ou retiros espirituais. Tudo isso usando uma linguagem para padres e que não chega nem perto da que a juventude realmente fala e entende. Usa como base que a universidade é católica e pouco se veem grupos de reflexão e vivência, eventos que levem ao debate, a consciência crítica cristã ou a reflexão sobre que tipo de profissionais serão os estudantes após a formatura. Se faz necessário deixar de serem paróquias ou capelarias universitárias para serem realmente PU e não PdU, para, assim, chegarem realmente ao jovem universitário e fazerem com que eles transformem a sociedade, sobretudo, nos ambientes em que estiverem inseridos.

2.A INFLUÊNCIA DO CONCÍLIO VATICANO II, DO PAPA JOÃO XXIII E DA “IGREJA EM SAÍDA” DO PAPA FRANCISCO NO MEIO UNIVERSITÁRIO

Vamos encontrar a temática da ação católica no meio universitário em vários pontificados. Porém, se faz necessário um recorte a tratar apenas do Papa João XXIII e do Papa Francisco, por ambos terem uma singularidade em suas ações pastorais em seus pontificados. Com o Papa João XXIII a Igreja Católica se abre para uma relação mais próxima do mundo, via Concílio Ecumênico Vaticano II. E, com o Papa Francisco, com a sua proposta missionária de uma “Igreja em saída”, isso fica mais concreto. É como se o Papa João XXIII abrisse as portas da Igreja e o Papa Francisco incentivasse os estudantes a saírem ao encontro do outro no mundo. Mesmo assim, essa temática da ação católica no meio universitário não é tratada de maneira específica nos documentos, cartas encíclicas ou em declarações públicas. Normalmente, encontraremos essa temática apenas sobre as IES de confissão católica ou de uma ação no meio universitário de maneira mais generalizada.

Segundo João Décio Passos, no artigo “Epicentros do Ensino Superior Católico. Um olhar sobre os textos do Magistério”, na Revista Eclesiástica Brasileira, não são muitos documentos do Magistério da Igreja Católica que apresentam algo mais específico sobre o meio universitário. O tema vai aparecer após o Concílio Vaticano II, quando se fazem necessárias orientações conciliares em cada realidade particular. Mesmo assim, permeiam pelo âmbito das universidades de confissão católica, mas, em outros casos, são citados quando o assunto é a evangelização social da Igreja (PASSOS, 2019).

Mesmo assim, é importante apresentar a influência do Concílio Vaticano II, das Conferências da Igreja na América Latina e de algumas cartas encíclicas dos papados de João XXIII e Francisco para o fortalecimento da ação pastoral dentro do âmbito universitário e da ação do laicato que se reflete na sociedade. Passos observa que, após o Concílio Vaticano II, somente em 15 de agosto de 1999 é que há um documento específico do Magistério sobre o Ensino Superior, que é a Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae*. É certo que o Papa João Paulo II publicou outra constituição, chamada *Sapientia Christiana*, sobre a mesma temática, porém, especificamente, sobre as faculdades eclesiais. A declaração conciliar irá trabalhar a linha da educação no ensino superior num viés de diálogo da Igreja Católica com o mundo moderno e não de maneira específica da ação da Igreja no meio universitário. Tem, portanto, o objetivo de que as instituições de ensino superior católicas formem sujeitos que sejam realmente preparados para a atuação dentro da sociedade com testemunhos de fé (PASSOS, 2019).

Alves diz que a *Ex Corde Ecclesiae* de João Paulo II apresentam que as universidades católicas são importantes e são como uma espécie de células de corresponsabilidade, onde possuem atividades internas e externas fundamentadas por princípios éticos e morais que condizem com o ensinamento evangélico (ALVES, 2002).

Paulo Sérgio Lopes Gonçalves apresenta em seu texto “Universidade Católica: fé e cultura”, no Caderno Fé e Cultura de Campinas, que a *Ex Corde Ecclesiae* honra a tradição conceitual e considera outras experiências no meio universitário, sobretudo, a relação da Igreja Católica com o mundo contemporâneo, que definiu a universidade de confissão católica como “comunidade acadêmica” que, sendo rigorosa e crítica, irá contribuir como o desenvolvimento da dignidade humana e, assim, com a herança cultural, que ocorrerá com a pesquisa, ensinamento e de diversos serviços oferecidos (GONÇALVES, 2016):

“Porque o objetivo de uma Universidade Católica é o de garantir de forma institucional uma presença cristã no mundo universitário diante dos grandes problemas da sociedade e da cultura, essa deve possuir, enquanto católica, as seguintes essenciais características: 1. uma inspiração cristã da parte não apenas dos indivíduos, mas também da comunidade universitária como tal; 2. uma incessante reflexão, à luz da fé católica, sobre o crescente tesouro do conhecimento humano, ao qual procura uma contribuição com as próprias pesquisas; 3. a fidelidade à mensagem cristã tal como é apresentada pela Igreja; 4. o empenho institucional ao serviço do povo de Deus e da família humana em seu itinerário rumo aquele objetivo transcendente que dá significado à vida (Ex Corde Ecclesiae, nº 13 *apud* GONÇALVES, 2016, p.24).

2.1. O Concílio Ecumênico Vaticano II

Antes de apresentar a influência do Concílio Vaticano II na evangelização do meio universitário, é primaz compreender o que é um concílio e o que foi esse momento tão importante da história da Igreja Católica. O Concílio Ecumênico não é uma conferência ou reunião comum de bispos do mundo todo. Ele é convocado pelo sumo pontífice e com isso tem a suprema autoridade de Cristo, quando se volta para seu Colégio apostólico. Também não pode ser visto como um simples Congresso Internacional ou como um “congresso de técnicos”, pois é, na verdade, uma majestosa manifestação da Igreja Universal. É um gigantesco organismo que emana a todos com a luz e o amor de Jesus Cristo. Reúne toda a hierarquia da Igreja Católica (KLOPPENBURG, 1966).

O Concílio Ecumênico é, pois, a assembleia dos Bispos da Igreja Católica e de outros Prelados que ao mesmo têm o direito de ser convocados, para estudarem e resolverem, juntamente com o Papa e sob

sua autoridade, as mais importantes questões doutrinárias e disciplinares que interessam à vida da Igreja. “Eis o Concílio – escreve João XXIII na Carta de 19-03-61: - o Papa no ápice e, em torno dele e com ele, os Cardeais, os Bispos de todos os ritos e de todos os países, os doutores e mestres mais competentes nos diversos graus de suas especializações” (KLOPPENBURG, 1966, p.8).

O Papa João XXIII tinha dois objetivos básicos como finalidade do Concílio Vaticano II, que eram o de união e adaptação da Igreja Católica aos tempos modernos e o de renovação das forças apostólicas da Igreja. Isso é o que ele apresentava quando falava de maneira informal sobre o Concílio, porém, falou de maneira formal na primeira Encíclica, *Ad Petri Cathedram*, de 29 de junho de 1959, exatamente no capítulo terceiro:

Profundamente animado por esta suavíssima esperança, anunciamos publicamente o Nosso propósito de convocar um Concílio Ecumênico, em que hão de participar os Sagrados Pastores do Orbe Católico para tratarem dos graves problemas da religião, principalmente para conseguirem o incremento da Fé Católica e a saudável renovação dos costumes no povo cristão e para a disciplina eclesiástica se adaptar melhor às necessidades dos nossos tempos (KLOPPENBURG, 1966, p.15-16).

Com esse texto, o sumo pontífice deixa claro que o Concílio Vaticano II tem três finalidades primordiais: o crescimento da Fé, a renovação dos costumes e a adaptação da Igreja Católica aos tempos atuais. E, após esse texto, ele ressalta a importância de unir as comunidades cristãs separadas, a missionariedade, uma melhor compreensão da doutrina católica e a reorganização do organismo eclesiástico (KLOPPENBURG, 1966).

João XXIII em sua exortação aos fiéis, de Castel Gandolfo, em 11 de setembro de 1960, afirma:

Hoje não há, na Igreja, disseções e lutas; reina, porém, em várias regiões do mundo, a tentativa de renegar toda a civilização cristã. Mas a Igreja vibra e anseia por uma generosa retomada, por uma adaptação das normas para a vida individual, coletiva e social. Trata-se, pois, de tornar cada vez mais difundida e compreensível a doutrina, sempre mais claras as ordenações constitutivas, as normas para a tutela e o desenvolvimento da moral. Enfim, trata-se de apresentar no justo modo as leis especiais frente às necessidades dos tempos, para que a Igreja não seja apenas qualquer coisa que se aceita com constrangimento, mas que entre de cheio na convicção das inteligências e a todos inspire a provida ação de seu magistério (KLOPPENBURG, 1966, p.16-17).

O Santo Padre quer que o clero se revista de um novo fulgor e santidade e que o povo seja esclarecido sobre a doutrina e moral cristã, cultivando o apostolado social através da missão e desenvolvendo a vida civil, econômica, política e social (KLOPPENBURG, 1966).

Carvalheira apresenta o quão foi importante o Concílio Vaticano II para a história do Laicato no Brasil:

No tempo do Concílio Vaticano II, a Ação Católica, no Brasil, já contava três, e, no mundo, já tinha atravessado quatro décadas gloriosas. Para o laicato, ele foi o grande momento de definição do seu estatuto próprio e de reconhecimento oficial de sua prática eclesial, abrindo, ao mesmo tempo, novas perspectivas (CARVALHEIRA, 1983, p. 23).

Após o falecimento do Papa João XXIII, em 3 de junho de 1963, toma posse o seu sucessor, o Papa Paulo VI, que governou a Igreja Católica até 1978. João XXIII conseguiu encerrar a primeira das três fases do Concílio Vaticano II e as duas restantes foram assumidas por Paulo VI. O Sumo Pontífice, ao retomar os trabalhos do Concílio Vaticano II, no lugar de seu antecessor, disse que o Vaticano II promoveria um grande diálogo com o mundo moderno. O Cardeal Secretário de Estado escreveu uma Carta Apostólica, em que cita várias vezes a palavra “diálogo” e esclarece que esse diálogo ocorreria com os governos, com a imprensa que deveria ser livre, com a economia e com o Estado. A Igreja Católica se coloca, através do Papa e do Concílio, em profundo diálogo com o mundo moderno, deixando claro que o diálogo se coloca como obstáculo ao monólogo, pois supõe liberdade, convivência pacífica, debate de ideais e vai diretamente contra o autoritarismo político e espiritual. É salutar recordar que, antes, a Igreja se posicionava contra o mundo moderno, o que ia contra a tudo que nesse momento ela prega e coloca como objetivo primordial de atuação. Foi o Papa Leão XIII, cujo pontificado foi de 1823 a 1829, que teve a primeira atitude de rever essa ideia de que no mundo moderno só havia coisas ruins. Ele reconheceu que havia coisas novas na civilização moderna que eram boas e que não necessitariam serem combatidas pela Igreja Católica. Com ele, iniciou-se um novo caminho, com base no apelo à justiça, numa sociedade que era nova por conta da Revolução Industrial Inglesa, pela Revolução Francesa e pela Revolução colonial americana (LIMA, 1966).

Ney de Souza, em seu capítulo “Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II” no livro “Concílio Vaticano II análise e perspectivas”, organizado pelo Prof. Dr. Pe. Paulo Sérgio Lopes Gonçalves e pela Prof.^a Dr.^a Irmã Vera Ivanise Bombonato, apresenta que os períodos do Concílio Vaticano II. O primeiro foi em 11 de outubro de 1962 com a sessão pública de abertura, onde estiveram presentes cerca de 2540 padres conciliares com direito a

voto, número este nunca antes ocorrido. Estavam ali os cinco continentes devidamente representados. Inclusive é importante ressaltar a presença da imprensa e de todos os meios de comunicação da época. O Sumo Pontífice, em seu discurso de abertura apresenta que quer aproximar as pessoas a tradição católica, através da doutrina, porém levando em consideração as mudanças do mundo atual. Ele quer estreitar as relações entre a Igreja e o mundo. Houve grandes debates entre as forças conservadoras e progressistas presentes no Concílio Vaticano II onde havia um maior número do segundo grupo. O segundo período foi em 29 de setembro de 1963 onde o sucessor do Papa João XXIII, o Papa Paulo VI fez o discurso de abertura apresentando de maneira mais sucinta os objetivos do Concílio, sendo eles: a exposição da doutrina, a reforma interna da Igreja, a unidade dos cristãos e o diálogo da Igreja com o mundo. O terceiro período foi aberto no dia 14 de setembro de 1964 marcada por uma missa. E o quarto período de 4 de janeiro de 1965 a 8 de dezembro de 1965, onde foi o término e conclusão do Concílio Ecumênico Vaticano II (SOUZA, 2004).

No Compêndio do Vaticano II, vemos na Declaração *Gravíssimo Educationis – Sobre a Educação Cristã* que é apresentado o Concílio Vaticano II como de grande importância para a educação na vida do ser humano, como consequência, promovendo progresso social. Considera a educação como algo emergencial na vida dos seres humanos, pois estes anseiam estar ativos na vida social, econômica e política. A Declaração apresenta que os progressos técnicos, científicos e os novos meios de comunicação social poderão oferecer ao homem a oportunidade de obter cultura intelectual. Por isso, é primaz favorecer a educação e, com isso, se vê o aumento dos centros educacionais. A Igreja Católica deve se preocupar com a vida do homem, sobretudo, no que diz respeito à educação (CONCÍLIO VATICANO II, 1995).

O Documento *Gravissimum educationis* do Concílio Vaticano II, apresenta que a missão da universidade católica é de realizar uma presença pública permanente da mentalidade cristã para assim construir uma cultura que seja mais profunda, testemunhando que a fé e a razão contribuem numa verdade única. Apresenta ainda que os primeiros sujeitos que irão protagonizar essa ação serão os professores (ALVES, 2002).

O Concílio Ecumênico Vaticano II é uma grande abertura ao mundo, pois aprova a cultura, a ciência e a tecnologia como algo primordial para a vivência do homem. O documento tangencia o universo educacional, para, mais adiante, tratar de maneira específica sobre o universo universitário. O Concílio Ecumênico Vaticano II propõe sobre o ensino superior:

A Igreja cerca da mesma forma com interesse e carinho as escolas de ensino superior, sobretudo as Universidades e Faculdades. Mais ainda. No que dela depende, esforçar-se por uma organização metódica, as

disciplinas todas sejam cultivadas com os princípios próprios, com métodos próprios e com liberdade própria de pesquisa científica, de forma que se atinja uma sempre mais profunda compreensão delas. De maneira muito conscienciosa, levem-se em conta novos problemas e pesquisas do progresso atual, para chegar-se a perceber com mais profundidade com a fé e a razão colaboram para uma só verdade. Sigam as pegadas dos Doutores da Igreja, principalmente de S. Tomás de Aquino. Assim se realiza uma como que pública, estável e universal presença da mentalidade cristã em todo o esforço de promover cultura mais profunda. Os alunos desses institutos se formem de fato como homens de grande saber, preparados para enfrentarem tarefas de maior responsabilidade na sociedade e para serem também no mundo testemunhas de fé (CONCÍLIO VATICANO II, 1995, p. 593).

O Concílio indica que nas Universidades católicas, nas quais não haja faculdade de teologia, que se deem lições adaptadas aos alunos leigos. O Concílio quer que sejam distribuídas universidades e faculdades católicas por todo o mundo e que estejam dedicadas à ciência. Pede também que seja facilitada a entrada ao universo acadêmico de alunos desafortunados (CONCÍLIO VATICANO II, 1995).

A PUC-Campinas promoveu, em setembro de 2015, o Colóquio “A Universidade Católica à Luz do Concílio Vaticano II”. Um dos conferencistas foi o Cardeal Dom Sérgio da Rocha, que apresentou a conferência “Universidade Católica em diálogo, à luz do Concílio Vaticano II”. Ele inicia sua conferência, apresentando que no encerramento do Concílio Vaticano II, o Papa Paulo VI afirmou que a Igreja sentia necessidade de conhecer a sociedade e de próxima e em serviço a ela. Disse da importância do diálogo com a sociedade. Que a relação da Igreja com a sociedade, muitas vezes, teve uma compreensão equivocada, com destaque para dois casos. O primeiro é o da tendência de exclusão, pelo qual a Igreja se fechou em si mesma, priorizando questões internas sem se preocupar com a ligação com a sociedade. E o segundo é de que havia uma postura dominadora ou de pretensão de controlar a sociedade, o que não era justificável, visto que a sociedade é plural e muito complexa (ROCHA, 2015).

Isso nos faz recordar que o Papa João XXIII sonhou o Concílio como instrumento para que a Igreja se abrisse ao mundo. Esse diálogo é primaz para que o trabalho de evangelização dentro do universo acadêmico tenha sentido e seja retomado pela Igreja Católica, visto que a JUC e todos os grupos e movimentos envolvidos com a Ação Católica Brasileira haviam desaparecido por conta da ditadura militar no Brasil. O Cardeal cita também a Carta Encíclica *Ecclesiam Suam*, do Papa Paulo VI, de agosto de 1964, que fala que a Igreja só se faz no diálogo.

Mas é preciso ter presente a compreensão de diálogo do Concílio Não tem como ponto de partida o convencimento do outro, na perspectiva de que “eu estou certo e ele errado”. No diálogo, a primeira postura pode ser resumida pelos verbos “escutar”, “compreender” e “respeitar”.

A Igreja quer primeiramente escutar, compreender e respeitar, numa atitude de estima e solidariedade, reconhecendo os esforços dos homens de boa-vontade na busca sincera da verdade espalhada pelo mundo, além das fronteiras da Igreja, como “sementes do Verbo”. Por isso, é preciso “admitir tudo o que há de bom no dinamismo social de hoje”, e “apreciar muito o que as outras Igrejas cristãs ou comunidades eclesiais realizam” para tornar o mundo mais humano (ROCHA, 2015, p. 48).

Em seguida, apresenta que a universidade almeja um diálogo, à luz da fé, com todos os cristãos, sejam eles separados ou dos que estão dentro da Igreja Católica, não fazendo exclusão de ninguém, mesmo os que são oposição. E através desse diálogo ocorrerá uma ajuda mútua entre a Igreja e o mundo. Isso fica mais claro quando a Igreja Católica reconhece, na *Gaudium et Spes*, que não tem resposta a todos os variados problemas da sociedade atual e, com isso, solicita a colaboração de todos, não renunciando à sua missão evangelizadora nem sua identidade eclesial, mas sim em busca de fidelidade de dialogar com o mundo atual. Rocha diz ainda que o diálogo com o mundo moderno é um diálogo crítico e profético, pois é através dessa denúncia que os graves problemas sociais e culturais, que atentam contra a vida e dignidade humana, são apresentados. Confirma, categoricamente, que a Igreja que está em diálogo é uma Igreja profética (ROCHA, 2015).

O Cardeal termina a sua conferência dizendo que:

Hoje, são muitas as dificuldades na vida dos estudantes e dos que se dedicam à educação, na busca de um ensino de qualidade e de uma formação integral. São grandes os desafios enfrentados pelos que não se deixam prender pelos esquemas de mercado que a todos quer abarcar e tudo transformar em mercadoria. Nesse contexto, torna-se ainda mais importante ter presente as grandes linhas e orientações do Concílio Vaticano II para a Igreja e as instituições católicas de ensino, especialmente para as universidades. Construir uma “Universidade em diálogo” é tarefa permanente, sempre aberta ao aprimoramento, que necessita da colaboração de todos. Para tanto, no ambiente universitário, torna-se cada vez mais necessário o cultivo da fé em Deus, sentido mais profundo da vida, assim como a vivência do amor fraterno, buscando caminhar juntos, conviver fraternalmente e assumir de modo corresponsável a vida acadêmica (ROCHA, 2015, p. 52).

2.2. Encontros e conferências episcopais da Igreja na América Latina

Dentre os encontros e conferências episcopais da Igreja na América Latina, o mais importante para o meio universitário foi o “Encontro Episcopal sobre a presença da Igreja Católica no Mundo Universitário da América Latina”, organizado pelo CELAM – Conselho

Episcopal Latino-Americano, que ocorreu de 19 a 25 de fevereiro de 1967, em Buga na Colômbia. Alves diz sobre o Documento de Buga:

No Documento de Buga (cidade da Colômbia, a sudoeste de Bogotá), escrito por um grupo de peritos a pedido do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM), no início de 1967, aparece pela primeira vez na América Latina uma reflexão sobre a universidade católica como “centro elaborador de cultura”, isto é como “consciência viva da sociedade em que está”. E para acontecer esse centro, concebe-se a universidade em permanente diálogo com disciplinas, estruturas e membros da comunidade universitária, entre si e com a sociedade em que estão inseridos, pois a universidade não é outra coisa senão o diálogo institucionalizado em todos os níveis da criação de cultura. Como universidade católica, deve sobressair-se por seu clima de liberdade e caridade e por um sério diálogo entre a fé e a ciência que permita uma autêntica integração cristã do saber em alunos e professores (ALVES, 2002, p. 45-46).

Esse encontro apresentou algumas recomendações pastorais, como, por exemplo: reconhecer que o mundo universitário é um local de missão e de presença de uma nova mensagem cristã; que é preciso dar ajuda a quem tem fé; que haja um anúncio do evangelho de maneira pedagógica e ligada a todos os problemas do ambiente universitário; que as ações sejam baseadas nos documentos do Concílio Vaticano II, sobretudo, no que diz respeito ao ecumenismo e liberdade religiosa; deve oferecer formação necessária; deve trabalhar os elementos do humanismo moderno; deve trabalhar a dimensão da justiça e da caridade. O Encontro pede que a Igreja tenha uma atenção especial à Ação Católica, valorizando, apoiando, inclusive com recursos financeiros, pois é a ação pastoral que responde melhor às exigências do ambiente universitário na América Latina (CELAM, 1968).

Para esse encontro poder apresentar alguns pressupostos socioeducativos para uma pastoral universitária na América Latina, indicam-se alguns aspectos sobre o momento vivenciado pela pastoral, que apresentam três etapas características da evolução do ensino superior na América latina. A primeira é que eles dizem que a educação do ensino superior é dominada por uma concepção individualista, com orientação aristocrática, ou seja, de elite, na qual se buscam valores humanistas tradicionais, o que não contempla a realidade social em todas as suas dimensões, não satisfazendo as necessidades. A segunda etapa é que o processo de industrialização pede uma resposta às crescentes necessidades socioeconômicas. Com isso, há uma perspectiva de desenvolvimento em que surge um planejamento educacional que irá satisfazer as exigências qualitativas e quantitativas do novo momento. E, mesmo reconhecendo todos os aspectos positivos e necessários desse empenho, acaba reduzindo a aspectos econômicos, que consideram o ser humano como um simples elemento de produção e a

educação como um pré-investimento de capital. A educação se concebe como adaptação às estruturas existentes, porém, sem considerar a fundo a sua mudança. E, por fim, a terceira etapa, que se chama “libertadora” da pessoa humana, porque a capacita econômica, cultural e politicamente para que possa assim assumir suas tarefas na sociedade, de maneira livre e responsável. Essa terceira etapa tenta superar as fases anteriores, integrando os valores positivos que nelas se encontram, tanto os que dizem respeito ao bem pessoal, apresentado na primeira etapa, como os relativos ao desenvolvimento socioeconômico, apresentados na segunda etapa, colocando-os em uma perspectiva de transformação estrutural (CELAM, 1968).

Com isso, podemos concluir que nessa conjuntura, apresentada pelo Encontro de Buga, a educação está se integrando ao movimento ascendente das classes populares, e que assim assume, como tarefa primordial, sua libertação num projeto nacional renovado. Assim, conclui-se que as tarefas urgentes cabíveis à educação, no momento do Encontro, eram as de afluir na liberação das energias criadoras de toda a pessoa humana, de uma população que, na sua grande maioria, se encontra em situação de dependência econômica, cultural e política, submetida à vontade e aos interesses de grupos (CELAM, 1968).

Alves entende que o grupo de peritos de Buga, que estiveram refletindo sobre a atuação das universidades católicas nos anos 1960, deram um juízo negativo acerca do caso:

[...] porque não deram respostas efetivas a uma necessidade real da sociedade”, mas só responderam à necessidade “de um setor particular da mesma”. Aqui se faz referência não só ao problema da democratização da universidade católica, mas também ao problema do enfoque geral que se tem da própria universidade: oferecer uma boa carreira em benefício do setor minoritário e mais acomodado da sociedade” (ALVES, 2002, p. 46).

Segundo o Encontro de Buga, a educação tem como grande objetivo e desafio o cultivo dessa cultura popular, como condição de desenvolvimento. E, nesse projeto de uma educação libertadora, a universidade tem uma missão decisiva, pois ela é consciência do processo histórico, em que o passado se torna presente na criação de novas formas de cultura. E, com isso, a consciência da cultura, que é expressa através do conhecimento, será institucionalizada no meio universitário e no diálogo dos seus membros entre si e com a sociedade, participando de maneira crítica na personalização e socialização do ser humano através da transformação do mundo. Na prática, toda a tarefa específica e permanente da universidade, como, por exemplo, a investigação e a formação dos profissionais, deve ser incorporada, mantendo-se fiéis a suas próprias demandas. Desse modo, a universidade deve oferecer condições para que os universitários tenham responsabilidade crítica e participem no processo político para o bem

comum. Porém, para que isso ocorra, se faz necessário que haja a politização adequada dos universitários e, ainda, liberdade de investigação, expressão e diálogo dos variadas correntes de pensamento. Se a universidade orientar e apressar a transformação social, ela irá se abrir e se aproximar mais do povo. Com isso, a orientação e a gestão da IES devem ser compartilhadas por todos os membros do âmbito universitário, conforme cada função exercida. E, partindo dessas reflexões, o Encontro de Buga apresenta que há necessidade de que a ação pastoral seja missionária e dê testemunho de Deus em todo o mundo (CELAM, 1968).

Benedetti apresenta, em artigo para a *Revista de Pastoral da ANEC*, que o papel da Universidade Católica naquele momento histórico, do Encontro em Buga, na Colômbia, tinha um caráter duvidoso na sociedade. Ele cita uma parte do que foi debatido em Buga, na qual é apresentado que o papel da Universidade Católica foi muito importante, porém, naquele momento, vivia um outro período de sua existência e que provavelmente perdera a razão de ser. Benedetti afirma sobre o resultado dessa discussão em Buga:

Isso quer dizer que a própria instituição universitária se repensava em termos “seculares” próprios à modernidade. E foram esquecidas ou, pelo menos, relegadas a um plano secundário, no pensamento e ação da Igreja no Brasil. De um lado, entraram com tudo no processo de expansão do ensino superior protagonizado pelo governo militar. Cresceram via incentivo ao ensino privado e de natureza utilitária como uma resposta ao mercado de trabalho. A reflexão crítica sobre a sociedade e sua transformação à luz da fé não aparece, em nenhum momento, como o farol que iluminou o processo de expansão das instituições de ensino superior católicas (BENEDETTI, 2009).

Segundo Passos, o Encontro de Buga compôs um conjunto de orientações valiosas para a ação das universidades da América Latina, sobretudo, no que diz respeito à missão social delas. Apresenta uma visão cristã de cultura e propõe um diálogo da cultura com o cristianismo. E, nesse diálogo, está intrínseca uma articulação com a fé e a ciência. Apresenta que a missão da Igreja Católica é a de estar a serviço do mundo e apresenta as universidades como um órgão que irá gerir o desenvolvimento das comunidades latino-americanas. Portanto, é claro que esse documento é uma resposta imediata às orientações conciliares, sobretudo, de sua eclesiologia de serviço e da teologia do mundo. Com isso, Buga situa a convergência de uma Igreja que acolhe os apelos do mundo moderno e se coloca a serviço da sociedade pelo viés da educação e que leva a uma abordagem mais social como tarefa primaz da universidade (PASSOS, 2019).

Com isso se faz necessário compreender, mesmo que de maneira sucinta o que os documentos das Conferências da Igreja na América Latina dizem sobre esse momento da ação

da Igreja no meio universitário que no Brasil, foi quase que inexistente por conta da ditadura militar e com o fim da JUC e toda Ação Católica Brasileira.

O Documento da CNBB, com o título “Pastoral Universitária: Documentos e Conferências”, ainda apresenta de maneira sintética sobre o que os Documentos da Igreja da América Latina e Caribe apresentaram sobre o universo da ação pastoral do meio universitário em suas Conferências de Medellín (1968), de Puebla (1979), de Santo Domingo (1992) e, finalizando, com a de Aparecida (2007).

O Documento da CNBB apresenta que na Conferência de Medellín foram apresentadas características da educação na América Latina e no Caribe. Medellín apontou que a democratização da educação, sobretudo, no ensino universitário é um ideal que não foi realizado. E justifica dizendo que isso não ocorre por conta de as IES trasladarem esquemas de países desenvolvidos e, com isso, não levarem em conta as particularidades latino-americanas e caribenhas. As universidades apresentavam cursos mais tradicionais, quase sem currículos e de período intermediário, e que não eram aptos à situação socioeconômica da América Latina, não estando abertas ao diálogo interdisciplinar, à cultura e nem ao desenvolvimento integral da sociedade. Apresentou orientações pastorais, porém, mais ligadas a IES de confissão católica, não especificamente sobre a PU. Discorre sobre planejamento e sobre a relação das disciplinas com o saber teológico (CNBB, 2010).

O Documento da CNBB traz, ainda, que Medellín apresenta uma realidade específica daquele período, relacionado à atuação de grupos conservadores e progressistas dentro do meio universitário:

No grupo dos conservadores ou tradicionalistas se encontra, com maior frequência, a separação entre fé e responsabilidade social. A fé é mais adesão a um credo e a princípios morais. A pertença à Igreja é mais de estilo tradicional, e, às vezes interesseiras. Dentro desses grupos, mais que verdadeira crise de fé, se verifica uma crise de religiosidade. Entre os progressistas podem ser encontradas diversas gamas de fé, desde o indiferentismo até a vivência pessoal. Tem tendência a considerar a Igreja instrumento mais ou menos favorável ao desenvolvimento. Nesses grupos se percebe mais claramente o impacto da dessacralização devida a mentalidade técnica (CNBB, 2010, p.70).

Em relação aos progressistas, principalmente aos professores e universitários mais jovens, diz que muitos apresentavam uma tendência ao indiferentismo religioso ou mesmo a uma visão mais humanística que muitas vezes acabava excluindo a religião por conta de uma grande preocupação com problemas sociais. E encerra dizendo:

Os revolucionários tendem a identificar unilateralmente a fé com a responsabilidade social. Possuem um sentido muito agudo do serviço ao próximo e, ao mesmo tempo, experimentam dificuldades no relacionamento pessoal com Deus transcendente na expressão litúrgica da fé (CNBB, 2010, p. 70).

Vemos, com Benedetti, que Medellín apresentou uma nova forma de presença da ação da Igreja católica no mundo que teria como parâmetro a Teologia da Libertação. Ele apresenta ainda que a Opção Preferencial da Igreja deixou a Universidade de lado, sendo considerada irrelevante nas prioridades da ação evangelizadora da Igreja naquele período. O que houve foi, na verdade, um redirecionamento. As universidades católicas seguiram um direcionamento de formar um laicato consciente, militante, ortodoxo, para, assim, manter a integridade católica, pois a Igreja se sentia ameaçada pelo modernismo. E naquele momento vivia a separação entre Igreja e Estado, proposta primordial da República. Para tanto, Benedetti cita uma parte do texto de um padre redentorista, chamado Júlio Maria, que queria a Igreja desligada do poder. O livro tinha o título *A Igreja e a República*, no qual se pode ler:

[...] mostrar aos pequenos, aos pobres, aos proletários que eles foram os primeiros chamados pelo Divino Mestre, cuja Igreja foi, desde o seu início, a igreja do povo, na qual, os grandes, os poderosos, os ricos também podem entrar, mas se têm entranhas de misericórdia para a pobreza (JÚLIO MARIA *apud* BENEDETTI, 2009, p. 53).

O Documento da CNBB apresenta que, na Conferência de Puebla, foi observado que, de 1969 a 1979, houve uma grande demanda no ensino superior com muitos jovens latino-americanos entrando nas universidades brasileiras em razão do desenvolvimento do Brasil. Porém, segundo Puebla, entre os jovens universitários houve grandes decepções, pois apesar do desenvolvimento do país as IES não estavam preparadas para todas as demandas. Muitos jovens não conseguiam entrar nas universidades e os que conseguiam ao saírem não conseguiam arranjar emprego. Além disso, houve problemas relacionados à secularização da cultura, dos progressos tecnológicos e dos estudos antropológicos e sociais, que trouxeram muitas dúvidas a respeito do ser humano, de Deus e do mundo, causando uma acentuada crise no meio universitário (CNBB, 2010).

Não podemos esquecer que esse período apresentado pela análise da Conferência de Puebla, ou seja, de 1969 a 1979 foi um período de ditadura militar no Brasil.

O Documento de Puebla apresenta um discurso de que a universidade é um ambiente propício de preparação de lideranças que irão construir uma nova sociedade e com isso a Igreja precisa ajudá-los, preparando-os, com base no Evangelho, na ética, na educação política e

social. Apesar de o texto dar a impressão de fracasso eclesial nesse período, reconhece o empenho de cristãos dentro do meio universitário que colaboraram com a missão evangelizadora da Igreja Católica. Reconhece também que houve um trabalho nas IES que não tinham confissão católica. Acredita que num mundo pluralista não é nada fácil manter identidade católica nesse universo acadêmico (CNBB, 2010).

Nesse momento, aparece o trabalho da ação pastoral dentro do meio universitário, nessa década, porém, não apresenta nenhuma denominação, pois como já foi citado anteriormente, após 1964, a ditadura militar coibiu o trabalho da JUC e de toda a ACB, o que resultou, em 1966, em seu término oficial para a Igreja Católica no Brasil. Porém, o espírito da JUC e de toda a ACB apareceu na Conferência Latino-Americana e Caribenha de Medellín de maneira mais acentuada e intrínseca nas entrelinhas da apresentação da Conferência de Puebla.

A Conferência de Puebla aponta que a universidade deve ter uma missão educadora primaz, com o intuito de promoção da cultura integral do jovem universitário para que este se torne uma pessoa que sobressaia pelos conhecimentos científicos, mas também humanísticos, sendo testemunha de fé no mundo através da prática da moral cristã e do compromisso de uma sociedade mais justa e solidária em toda América Latina. E acredita que a universidade católica deve ser exemplo nessa empreitada. Para isso, ela terá que estar sempre se autoavaliando para tornar a estrutura que possui operacional e flexível para trazer respostas aos desafios regionais ou nacionais. E, com isso, oferecer cursos curtos de especialização, extensão universitária de educação continuada com ofertas principalmente para os marginalizados e pobres da sociedade (CNBB, 2010).

Passos afirma, em seu artigo para a REB, que esse favorecimento de acesso de estudantes pobres a cursos de ensino superior pelas universidades católicas já foi algo incentivado na Declaração *Gravissimum educationis* em seu número 10 do Concílio Ecumênico Vaticano II (PASSOS, 2019). Apesar de esse discurso final ser muito parecido com os objetivos da ACB, sobretudo, do trabalho da JUC, e de demonstrar estar ligado à OPP, não aparece a denominação explícita dessas instituições e muito menos uma nova proposta de uma pastoral específica no âmbito universitário, mas sim, claramente, uma missão das universidades católicas.

O Documento da CNBB (2010) traz uma apresentação breve da Conferência de Santo Domingo, no que diz respeito à ação da Igreja Católica no universo universitário. Como ocorreu com a Conferência de Puebla, o documento de Santo Domingo, não traz nada específico de uma pastoral dentro do meio universitário, mas sim novamente apresenta uma missão das universidades católicas (CNBB, 2010). É importante salientar que Santo Domingo ocorreu em

1992, portanto, numa fase de redemocratização política no Brasil. Veremos posteriormente, nessa dissertação, que a PU nasce nessa década.

O Conferência de Santo Domingo apresenta que a universidade católica tem o papel de produzir um projeto cristão humano. Com isso deve ter um diálogo com o Humanismo e com a cultura técnica e acadêmica, perpassando pela sabedoria cristã.

Só assim poderá apontar soluções para os complexos problemas não resolvidos da cultura emergente e para as novas estruturas sociais, com a dignidade da pessoa humana, os direitos invioláveis da vida, a liberdade religiosa, a família como primeiro espaço para o compromisso social, a solidariedade nos seus distintos níveis, o compromisso próprio de uma sociedade democrática, a complexa problemática econômico-social, o fenômeno das seitas, a velocidade da mudança cultural (CNBB, 2010, p. 74).

Como ocorreu no Documento de Puebla, o Documento de Santo Domingo, apresenta vestígios dos objetivos da JUC e da ACB, porém não denominando de maneira específica e novamente apresenta apenas como missão das universidades de confissão católica, como já foi apresentado anteriormente.

Como ocorreu com o Documento de Puebla, o Documento de Santo Domingo apresenta vestígios dos objetivos da JUC e da ACB, porém, não denominando de maneira específica e, novamente, apresenta apenas como missão das universidades de confissão católica, como já foi apresentado anteriormente.

A Conferência de Aparecida, ocorrida no Brasil, em 2007, foi a última realizada na América Latina e Caribe e compreende um período em que, como veremos mais adiante, a PU já existia e seguia em comunhão com a Igreja Católica, via CNBB. O Documento da CNBB apresenta que a Conferência de Aparecida inicia falando da grande importância da Universidade Católica, pois presta uma grande colaboração à Igreja Católica, em sua missão evangelizadora no âmbito acadêmico, sendo de ordem institucional um testemunho de Cristo, principalmente, nas culturas impregnadas pelo secularismo. Com isso, as atividades das universidades católicas devem estar em sintonia com esse projeto e colocar os novos descobrimentos humanos a serviço das pessoas e da sociedade. Deve, no entanto, oferecer formação adequada, em um contexto de fé preparando os jovens universitários a terem um juízo racional, crítico, consciente da dignidade transcendente da pessoa humana e em diálogo com a cultura e com a ética. O documento ainda apresenta que as outras IES, que não possuem confissão católica, não têm obrigação de realizar esse projeto (CNBB, 2010).

O Documento de Aparecida convida as Universidades Católicas a fomentarem o diálogo de fé e razão, fé e cultura e a trabalharem na formação de professores, alunos e corpo administrativo, via Doutrina Social da Igreja, com o intuito de serem solidários e testemunharem de maneira profética o cristianismo no meio da sociedade (BROLLO, 2009).

Isso que é apresentado, de certa maneira, sempre fez parte da vivência da ACB, da JUC e da PU no Brasil. É importante lembrar que havia grupos de PU em IES que não tinham confissão católica como universidades estaduais, federais ou particulares. Esses grupos estavam envolvidos nesse projeto evangelizador entre o seu nascimento até meados de 2000, eram assessoradas por equipes de articulação ou coordenações nacionais da PU.

Em outro momento de excuro, registro que, quando fui membro da Equipe de Articulação da PU no Estado de São Paulo ou mesmo da Equipe de Coordenação Nacional na CNBB em Brasília (DF), estive em vários encontros com militantes da PU de IES federais, estaduais e particulares, inclusive visitei grupos nessas instituições nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Essas IES não estavam a frente desses encontros, pois estes eram realizados pelos grupos de PU nessas instituições.

O Documento de Aparecida cita a grande importância da formação de alunos, professores e funcionários das IES católicas, principalmente, sobre a Doutrina Social da Igreja Católica, para que assim tenham capacidade de ter um compromisso solidário com a dignidade humana e com a sociedade latino-americana e caribenha (CNBB, 2010). Diferentemente de Medellín, Puebla e Santo Domingo, o Documento de Aparecida apresenta a denominação “Pastoral Universitária (PU)”, com letra minúscula, (“pastoral universitária”), o que deixa subentendido que é mais uma ação evangelizadora do que uma pastoral propriamente dita.

É necessária uma pastoral universitária que acompanhe a vida e o caminhar de todos os membros da comunidade universitária, promovendo um encontro pessoal e comprometido com Jesus Cristo e múltiplas iniciativas solidárias e missionárias. Também deve-se procurar uma presença próxima e dialogante com membros de outras universidades públicas e centros de estudo (CNBB, 2010, p. 75).

O documento informa que nas últimas décadas na América Latina foram criadas variados institutos teológicos e pastorais adequados a formarem agentes de pastoral, leigos e leigas, que colaboram para o fortalecimento da identidade, potencializando a criatividade e a ação pastoral no meio universitário, possibilitando o enfrentamento da nova realidade social que é pluralista, diferenciada e globalizada (CNBB, 2010).

Alves apresenta que Medellín, Puebla e Santo Domingo têm como preocupação central a dignidade humana. Estão preocupados com as situações de exploração, apartação e miséria.

Incentivam os cristãos a tomarem um posicionamento em defesa da vida e da justiça social. Entendem, ainda, que o sistema educacional muitas vezes aliena a dignidade cidadã e, com isso, mantém muitas pessoas na ignorância, o que facilita serem dominadas e oprimidas. Alves diz que Medellín foi bem enfática em alertar para essa situação e, inclusive, apontou que a educação deve ser a base para o desenvolvimento da América Latina, pois resgatará a cidadania do povo e a sua libertação da opressão e dominação (ALVES, 2002).

Puebla também será enfática sobre a questão de a educação ser libertadora:

A educação humaniza e personaliza o homem quando consegue que este desenvolva plenamente seu pensamento e sua liberdade, fazendo-os frutificar em atitudes de compreensão e de comunicação com a totalidade da ordem real pelos quais o mesmo homem humaniza seu mundo, produz cultura, transforma a sociedade e constrói história. [...] Nossa reflexão sobre este panorama nos conduz a propor uma visão de educação, que esteja em conformidade com o desenvolvimento integral que almejamos para nosso continente; chamá-la-íamos a “educação libertadora”, isto é, a que converte o educado em sujeito do seu próprio desenvolvimento (CELAM, 1979 n. 1025 *apud* ALVES, 2002, p. 46-47).

Alves apresenta que, em 1992, em Santo Domingo se confirma o que foi dito em Medellín e Puebla: a universidade católica tem o desafio de ter educação com o viés do humanismo, para que haja consciência cidadã e para um projeto de sociedade mais democrática. Nesse sentido, o grande desafio será de a universidade católica estar em diálogo presente, permanente e progressivo, ligado ao humanismo e à cultura técnica, ensinando a verdadeira sabedoria cristã, ou seja, culminando em Jesus Cristo:

A pastoral no meio universitário precisa estar disposta ao diálogo e à aprendizagem de qualquer cultura, pois aí é o lugar primário e privilegiado para um frutuoso diálogo entre evangelho e cultura. Estar cada vez mais atenta às culturas do mundo de hoje, bem como também às várias tradições culturais é a missão de uma Universidade em pastoral. Uma Universidade em pastoral estimula uma pastoral da cultura quando coloca frente a frente pesquisadores de diversas áreas e lhes propõe uma busca pela multirreferencialidade, incentivando-os ao debate entre o conhecimento científico e o conhecimento de fé. Este diálogo entre *iguais*, entre professores de áreas diferentes, onde atuam também os professores das disciplinas de fundamentação religiosa, realiza uma pastoral da cultura profícua e que pode ser enriquecedora para todos os campos do saber, complementando uma formação humana integral. Ao considerarmos os valores de uma cultura vêm em primeiro lugar o sentido da pessoa humana, a sua liberdade, a sua dignidade, o seu sentido de responsabilidade e o zelo administrativo pela instituição (ALVES, 2002, p. 49).

2.3.O Papa Francisco e a Igreja em saída

O Instituto Humanitas Unisinos publicou em seu site um artigo chamado “O dom de Francisco” de Zygmunt Bauman. Este artigo foi publicado em março de 2017, após o falecimento de Bauman, que ocorreu em janeiro daquele mesmo ano. Ele fala sobre o Papa Francisco:

O Papa Francisco é o dom mais precioso (ou, melhor, inestimável) que a Igreja Católica Romana nos ofereceu, além de ser o presente de que a sociedade mais precisava nestes tempos atormentados pela incerteza, sem direção, à deriva, sem um propósito e sem confiança. Mais do que qualquer outra coisa, o mundo de hoje, caracterizado por desordens, catástrofes e crises, é um conjunto de problemas que requerem atenção e devem levar à ação. Entre os personagens em vista e dotados de autoridade em nível mundial, somente Jorge Mario Bergoglio compreendeu e definiu claramente as prioridades a serem enfrentadas (BAUMAN, 2017, s.p).

Bauman cita essas prioridades iniciando com a arte do diálogo que, segundo ele, é uma conversa que leva a considerar os pontos de vista, valores e prioridades, que podem ser diferentes de uma pessoa para outra. Essa conversa não visa derrota, humilhação ou ridicularização do adversário de debate, mas sim permeia um diálogo empático e voltado à compreensão recíproca. Depois, apresenta a questão da luta contra a desigualdade, pobreza e falta de respeito pela dignidade humana. E Bauman encerra o seu artigo dizendo: “O dom chamado Papa Francisco oferece ao mundo um propósito e, à nossa vida, o seu significado” (BAUMAN, 2017, s.p.).

O Papa Francisco apresenta a proposta renovadora de uma “Igreja em saída”, que está a permear todo seu pontificado. A “Igreja em saída” vem ao encontro desta dissertação, pois ao sair para o mundo a Igreja irá também se encontrar com a universidade e, assim, a proposta da Pastoral Universitária de evangelizar o meio acadêmico se fortalece.

Segundo Rosana Manzini, o Papa Francisco faz uma retomada do Concílio Vaticano II, que fica claro em suas palavras e gestos. Ele tem o Vaticano II como uma semente viva ainda nos dias atuais e que irá ainda permear pela ação da Igreja no futuro (MANZINI, 2016).

O Sumo Pontífice Francisco inicia sua exortação, baseando-se na leitura de Mateus (Mt 28, 19-20), que diz: “Ide, pois, fazei discípulos de todos os povos, batizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos tenho mandado”. E,

em seguida, cita outras passagens do Antigo Testamento que falam de envio ao mundo, justificando a “saída missionária” (FRANCISCO, 2013).

Francisco provoca uma renovação eclesial improrrogável:

Sonho com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal proporcionado mais à evangelização do mundo atual que à autopreservação. A reforma das estruturas, exigida pela conversão pastoral, só se pode entender neste sentido: fazer que todas elas se tornem mais missionárias, que a pastoral ordinária em todas as suas instâncias seja mais comunicativa e aberta, que coloque os agentes pastorais em atitude constante de “saída” e, assim, favoreça a resposta positiva de todos aquele a quem Jesus oferece sua amizade (FRANCISCO, 2013, p. 25).

Ele convida toda a hierarquia católica a entrar num processo de discernimento, purificação e reforma para se tornar uma Igreja missionária, que vai, sobretudo, ao encontro dos pobres nas periferias das cidades quanto a espaços socioculturais. Ele cita a passagem de Atos dos Apóstolos (Atos 4,32): *“A multidão dos fiéis era um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles”*, que apresenta o ideal das primeiras comunidades cristãs ao falar de partilha e do bem comum (FRANCISCO, 2013).

É assim que o Papa Francisco apresenta a definição de “Igreja em saída”:

A Igreja “em saída” é uma Igreja com as portas abertas. Sair em direção aos outros para chegar às periferias humanas não significa correr pelo mundo sem direção nem sentido. Muitas vezes, é melhor diminuir o ritmo, pôr de lado a ansiedade para olhar nos olhos e escutar, ou renunciar às urgências para acompanhar quem ficou caído à beira do caminho. Às vezes, é como o pai do filho pródigo, que continua com as portas abertas para, quando ele voltar, poder entrar sem dificuldade (FRANCISCO, 2013, p. 35).

Com a proposta de uma “Igreja em saída”, o Papa Francisco quer uma nova perspectiva de posicionamento pastoral de uma Igreja que se envolve com o mundo, interagindo e agindo. Ele propõe tornar o mundo que está caótico numa experiência de fraternidade e de solidariedade (BOARETO, 2021).

O Papa Francisco faz uma ligação direta com o Concílio Vaticano II quando abre a Porta Santa e cita que a Igreja continua com as portas abertas, retomando aquela que foi uma fala do Papa João XXIII na abertura conciliar. O Sumo Pontífice João XXIII fez um discurso numa

perspectiva de esperança para uma Igreja além dos muros do Vaticano, dialogando com o mundo, o que foi uma corajosa renovação de Igreja Católica naquele momento. E outro aspecto dessa ligação é a questão dos pobres pregada por ele, que é uma das prioridades de Francisco em seu pontificado (MANZINI, 2016).

Para o Papa Francisco, a questão dos pobres é primordial:

Para a Igreja, a opção pelos pobres é mais uma categoria teológica que cultural, sociológica, política ou filosófica. [...] Essa preferência divina tem consequências na vida de fé de todos os cristãos, chamados a possuir “os mesmos sentimentos que estão em Cristo Jesus” (Fl 2,5). Inspirada por tal preferência, a Igreja fez uma *opção pelos pobres*. [...] Por isso desejo uma Igreja pobre para os pobres. Estes têm muito para nos ensinar (FRANCISCO, 2013, p. 119).

O Papa Francisco questiona os agentes de pastoral e os consagrados que priorizam atividades que não proporcionam o encontro com o outro e um compromisso mais atuante no mundo, que, segundo o Sumo Pontífice, é o lugar prioritário de evangelização. Ele afirma que evangelizar é um dever da Igreja Católica, que chega aos fiéis através do Batismo, que traz um compromisso de discipulado missionário. Diz que a evangelização vai tornar o Reino de Deus mais presente no mundo (FRANCISCO, 2013).

A Carta de Exortação propõe um diálogo entre a fé, a razão e as ciências, pois acredita que elas fazem parte da ação evangelizadora da Igreja Católica. O Papa diz que a Igreja deve propor um caminho de harmonia e pacificação, no qual haja uma síntese entre o uso das metodologias científicas empíricas, com responsabilidade, assim como de outros saberes como a Filosofia e a Teologia. Afirma ainda que a fé não tem medo da razão e a procura pois tem confiança nela. E a Evangelização deve estar atenta aos progressos científicos para que estes sejam iluminados à luz da fé e da lei natural, e pede que sempre respeitem o valor supremo da pessoa humana (FRANCISCO, 2013).

A Igreja não pretende deter o progresso admirável das ciências. Pelo contrário, alegra-se e reconhece o enorme potencial que Deus deu à mente humana. Quando o progresso das ciências, mantendo-se com rigor acadêmico no campo do seu objeto específico, torna evidente determinada conclusão que a razão não pode negar, a fé não a contradiz. Nem os crentes podem pretender que uma opinião científica que lhes agrada – e que nem sequer foi suficientemente comprovada – adquira o peso de um dogma de fé. Em certas ocasiões, porém, alguns cientistas vão mais além do objeto formal da sua disciplina e exageram com afirmações ou conclusões que extravasam o campo da própria ciência. Nesse caso, não é a razão que se propõe, mas determinada ideologia que fecha o caminho a um diálogo autêntico, pacífico e frutuoso (FRANCISCO, 2013, p. 138).

2.4. O Pacto Educativo Global

A ligação da “Igreja em saída” do Papa Francisco, relacionada ao âmbito universitário, fica clara com o Pacto Educativo Global. Desde o início do pontificado do Papa Francisco, a Educação é um ponto primordial. Ele apresenta uma proposta de educação integral que seja humanizada e transformadora. Ele quer uma nova visão, uma nova consciência e um novo modo de viver no que diz respeito a educação. Com o Pacto Educativo Global, o Papa Francisco visa causar uma mudança realmente estrutural na educação. Ele visa um futuro com mais esperança no qual a humanidade irá vivenciar uma nova solidariedade universal e, assim, uma sociedade mais acolhedora (CAMPOS, 2021).

A fraternidade é a categoria cultural que funda e guia paradigmaticamente o pontificado de Francisco. Inserir-la nos processos educativos, como Ele sugere em sua Mensagem, significa reconhecê-la como dado antropológico fundamental, a partir do qual enxertar toas as principais e positivas “gramáticas” da relação: o encontro, a solidariedade, a misericórdia, a generosidade, mas também o diálogo, o confronto, e, de modo mais geral, as variadas formas de reciprocidade (VATICANO, 2020, p. 4).

O Pacto Educativo Global se fundamenta nas encíclicas “*Evangelii Gaudium* – A alegria do Evangelho sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual” e a “*Laudato Si* – Sobre o cuidado da Casa Comum”, que possuem total sintonia com o Concílio Ecumênico Vaticano II e com a vivência do pós-concílio. Em 12 de setembro de 2019, o Papa Francisco faz uma mensagem em que lança o Pacto Educativo Global, porém, por causa da pandemia do COVID 19, ele adiou o evento. Em 15 de outubro de 2020, remotamente, do Vaticano, houve o lançamento oficial (BOARETO, 2021).

Com a Mensagem para o lançamento do Pacto Educativo, de 12 de setembro de 2019, o Papa Francisco convocou, em Roma, os representantes da Terra para assinarem um compromisso comum, com o objetivo de reconstruir o pacto educativo global. Uma tal iniciativa não é uma ideia nova e repentina, mas a concretização de uma visão e de um pensamento que o Papa manifestou várias vezes em seus discursos. Além disso, essa proposta coloca-se na linha do seu magistério, claramente formulado na exortação apostólica *Evangelii Gaudium* e na carta encíclica *Laudato Si*, que fazem referência às orientações do Concílio e do pós Concílio (VATICANO, 2020, p.2)

Ao lançar oficialmente o Pacto Educativo Global, o Papa Francisco deseja que seja um chamado para que todas as pessoas do mundo, instituições, igrejas, governos e políticas

educacionais e institucionais priorizem uma educação que seja mais humanista e solidária para que possa transformar a sociedade (ANEC, 2020).

O Sumo Pontífice destacou que a pandemia de COVID 19 trouxe uma crise sobre a maneira como as pessoas se relacionam e, com isso, a educação foi extremamente afetada. Desde o começo da pandemia, os educadores se esforçaram para manter contato com seus estudantes mesmo em muitos casos tendo estruturas frágeis. Infelizmente, o mundo da educação vem sofrendo há muitos anos com oportunismos, descasos e propostas que não resolvem os problemas complexos e dificuldades que a educação possui atualmente (BRUSTOLIN, 2022).

Na apresentação do projeto, apelou à necessidade de “reavivar o compromisso em prol e com as gerações mais jovens” e de estimular “uma ampla aliança educativa para formar pessoas maduras capazes de superar fragmentações e contrastes e reconstruir o tecido das relações em ordem a uma Humanidade mais fraterna”, “uma aliança entre os habitantes da Terra e a “casa comum” à qual devemos cuidado entre as religiões” (DIAS, 2021 p. 5).

Um dos princípios do Pacto Educativo Global tem ligação com a questão da diversidade, pois tem uma abertura ao outro, ou seja, quem sofre por ser negro, pobre, mulher, indígena ou de grupos de minorias. Por exemplo, ele especifica a questão do processo histórico de superação do racismo, ainda presente, sobretudo, no meio universitário. Apresenta o quão é importante haver nas IES políticas afirmativas de cotas e outros meios que possam trazer igualdade racial. E afirma que isso é um dos desafios do Pacto Educativo Global a favor dos negros e na linha da OPP, que é uma opção da Igreja da América Latina (BOARETO, 2021).

O Santo Padre propõe através desta Mensagem um compromisso por um pacto educativo global. Não propõe uma ação educativa, tampouco convida a elaborar um programa, mas concentra-se num pacto ou [...] em uma aliança educativa. A escolha das palavras revela muito do estilo com o qual o Papa convida a executar tal tarefa: para que possa haver um pacto, de fato, deve haver duas ou mais pessoas diferentes que se comprometam por uma causa comum (VATICANO, 2020, p. 3).

De fato, quando se fala de um “pacto”, são necessárias ao menos duas pessoas envolvidas para que seja firmado e, com isso, forma-se essa aliança educativa apresentada pelo Papa Francisco. E o termo “aliança” vem de uma tradição hebraico-cristã que tem o significado de algo que é estabelecido por meio de um vínculo de amor promotor da paz (BOARETO, 2021).

O Pacto tem o objetivo de concretizar uma educação com direito universal para assegurar a todos a construção da paz por um viés de engajamento sistemático e com

planejamento prévio, para mobilizar educadores, famílias, instituições, organizações da sociedade civil e as instituições religiosas para que se comprometam com a educação das crianças, adolescentes e jovens (ANEC, 2020).

O Papa usa um provérbio africano que diz “para educar uma criança é necessária uma aldeia inteira” e, com isso, solicita o empenho de todos se unirem para que o Pacto Educativo pela Educação ocorra plenamente (VATICANO, 2020).

Papa Francisco quer dar valor e motivação aos educadores, famílias, instituições educacionais, universidades e todos os instrumentos sociais de educação, sejam eles formais, informais ou populares, para que contribuam com esse propósito. E com isso resgatar a aliança entre escolas, universidades, famílias e toda a sociedade a uma cidadania global. Dessa maneira, será promovido um encontro das diferenças, havendo diálogo entre culturas, religiões e todas as gerações buscando um empenho em formação para se coloquem a serviço, sobretudo, dos que mais precisam. O Papa denuncia a redução da educação a apenas um produto, que atende aos objetivos do mercado e do lucro. Incentiva a promoção de uma Economia Solidária em que haja uma inclusão verdadeira, zelando pela Casa comum. Ele anuncia uma união da força profética e o embasamento científico que leve a uma Ecologia Integral, alterando o estilo de vida das pessoas e encaminhando a justiça socioambiental e o resgate da harmonia entre todos os seres humanos com a criação (ANEC, 2020).

O convite de uma “Igreja em saída” abrange não somente cristãos, mas todos os homens e mulheres do mundo, que reconheçam a educação e a formação como prioridade para o bem comum e para a paz. E isso não pode ocorrer se não houver um modelo mais humanista de educação. E, mais que isso, uma educação integral e inclusiva que tenha um diálogo construtivo. O papa deseja que sejam feitos processos de partilha e transformação para um futuro de esperança e de paz no mundo. Faz-se necessário ressaltar o que o Papa chama de “Vila da Educação”, que é uma rede de interação mais humana, aberta e onde as pessoas se colocam a serviço da comunidade. E com isso o conceito de educação estará além da escola e da universidade, dirigindo-se também para a família, a Igreja e as associações sociais (BOARETO, 2021).

Faz-se necessário superar as propostas educativas com foco na utilidade, no resultado, na funcionalidade e na burocracia, pois conduzem a um entendimento errôneo de educação, que a confunde com instrução, fragmentando assim as culturas. É primordial que haja uma cultura integral e mais participativa. Para o Papa Francisco, a educação é um dos caminhos mais certos para a humanização do mundo e da história. Ela irá bater de frente com a cultura individualista e da indiferença, propondo uma nova educação para o mundo. Nessa perspectiva,

ele aumenta a compreensão habitualmente guardada sobre o respeito à educação. É através da educação que os seres humanos adquirem cultura, memória e a sua própria identidade. É nas escolas e nas universidades que isso irá ocorrer, porém a educação pode transcender esses espaços (BRUSTOLIN, 2022).

A grande preocupação do Papa Francisco é de uma “idolatria do eu”. Faz-se necessário entrar em diálogo com a juventude e valorizar os idosos. Isso está estritamente ligado à cultura do descartável e, com isso, o Papa apresenta o desafio da construção de uma identidade pessoal a partir dos outros, sobretudo, dos idosos. O Sumo Pontífice chama de “fraturas” os conflitos de gerações, entre os povos e as culturas diversas que trazem sempre dualidades entre pobres e ricos, masculino e feminino, economia e ética, a humanidade e o planeta Terra, causando diversos conflitos (BOARETO, 2021).

O Papa Francisco lançou um alerta aos responsáveis pelo desenvolvimento do Pacto Educativo Global, pedindo-lhes que não abandonem esta aposta, fundamental para acabar com a cultura do descarte nas escolas (BASTANTE, 2022, s.p.).

Sobre a questão de o Pacto promover uma educação mais fraterna e humanista, no que diz respeito à educação no Ensino Superior, sobretudo nas IES que são de confissão católica, há um grande desafio, que é o de abrir diálogo. Com isso, alguns instrumentos se fazem necessários, como o Método V-J-A, a Doutrina Social da Igreja e as Ciências Sociais. Com a ajuda desses instrumentos, é possível alcançar uma compreensão mais ampla sobre a realidade. Boareto afirma que, se for realizado o VER na realidade das universidades no Brasil, pode-se afirmar que aquilo que o Papa Francisco diz na sua encíclica *Laudato Si'* tem ocorrido, ou seja, há uma falta de consciência sobre os problemas que afetam a vida dos excluídos da sociedade, pois são hoje a maioria em todo o mundo. A questão dos pobres é até debatida, mas muitas vezes de maneira periférica e até considerada, por muitos, como danos colaterais. E, quando se decide implementar algo mais concreto, as pessoas mais pobres acabam ficando em último lugar. E isso ocorre, de fato, pois existe um grande abismo que separa os mundos dos pobres do de muitos profissionais, formadores de opinião, com acesso aos meios de comunicação sociais. A qualidade de vida e a comodidade dessas pessoas e instituições nem sempre permitem visualizar o clamor dos pobres. O Pacto Educativo Global tem uma perspectiva fraterna de “viver e servir o outro”, como já foi apresentado, e esse outro é o pobre e marginalizado na sociedade.

Muitas vezes, nossas universidades católicas são apenas o reduto da elite brasileira. A inclusão social ainda é muito incipiente em nossas universidades. Faltam reflexões profundas que possam levar as universidades a assumir com coragem às novas perspectivas educativas, incluindo, como propõe o Pacto a superar a fratura entre Economia e Ética (BOARETO, 2021, p. 28).

Para que o Pacto Educativo da Educação se torne uma realidade no meio universitário será necessário que haja um maior compromisso de justiça, com o viés da Doutrina Social da Igreja, no que diz respeito à subsidiariedade. Faz-se necessário repensar a atuação das IES católicas junto à cultura liberal atual, que desfavorece os grupos minoritários, sobretudo, negros, mulheres e indígenas.

Ser uma “universidade em saída”, indo às periferias existenciais, irá favorecer um maior encontro com os problemas reais da sociedade. Escapar do efeito “bolha social” é uma possibilidade de promover uma cultura do diálogo, onde a proximidade efetive-se como rede, nas palavras do Pacto, uma “vila da educação” É urgente ouvir o clamor da terra e dos pobres. Em nosso país, sabemos o quanto a desigualdade social é antes racial. É preciso repensar a formação da elite brasileira que está em nossas universidades (BOARETO, 2021, p. 29).

O discurso que fala da centralidade da pessoa, em todo o processo ligado à educação, torna-se muitas vezes abstrato se não estiver comprometido a abrir os olhos para a situação do pobre, do sofrimento, da exploração e da negação de possibilidades (VATICANO, 2020).

A política de cotas precisa ser promovida com mais afinco, pois é uma política afirmativa, sobretudo, da população negra a quem foi negado o direito de compreender-se ser humano, por mais de duzentos e cinquenta anos. O desafio de contratar em seus quadros funcionais pessoas negras e mesmo promover em espaços de gerência, como também superar uma relação de desigualdade de gênero que, muitas vezes, mostra-se em rendimentos. E também o desafio da interculturalidade. Muitas vezes, as culturas de outros povos são tratadas como mero folclore, apesar de haver esforço por reconhecê-las. A fratura entre ricos e pobres está em evidência em nossas universidades (BOARETO, 2021, p. 30).

É necessário que cada IES, sobretudo as católicas, faça uma autoavaliação, lembrando que o “VER” é mais que um olhar sobre uma determinada realidade, mas um olhar misericordioso, como o de Jesus Cristo. Com isso, torna-se possível enxergar aquilo que o Papa Francisco quer que vejamos, ou seja, a abertura e a relação com o mundo. E, ao olharmos com essa profundidade, veremos não somente a beleza do mundo, mas a realidade de muitos seres humanos, que é de fome, miséria, dor, violência, guerra, falta de teto, desemprego, falta de

saúde e falta de educação – além disso, destruição de florestas, extermínio de indígenas, cultura do estupro, situação de violência com pessoas em situação de rua ou descarte de jovens e idosos (BOARETO, 2021).

O Papa Francisco confia à educação a desafiadora tarefa de um renascer dos critérios morais perdidos, para, assim, restaurar os valores espirituais e levar todos de volta à magnificência e à eminência destruídas pelo materialismo e consumismo exacerbados, que levam à busca de lucro desmedida e desonesta (BAUMAN, 2017).

Outro fato extremamente importante nessa discussão do Pacto Educativo Global, apresentado pelo Papa Francisco, é a questão das redes sociais, que é uma consequência do processo de globalização. Ele considera que educar de maneira humanística para as redes e mídias sociais exige um grande discernimento. O papa diz que existe uma “desintegração psicológica” promovida pela difusão das novas tecnologias. É necessário um compromisso educativo com a interioridade e identidade, para que não seja rompido o vínculo com o que é mais amplo na sociedade, cultura e ambiente em que as IES estão inseridas. A razão é que, ao faltar com o cuidado da interioridade, isso se reflete na falta de cuidado com a exterioridade (BOARETO, 2021).

Internet e mídias sociais estão neste modo alterando de maneira radical tanto as relações entre os seres humanos, como os desejos e a própria formação da identidade dos indivíduos, prejudicando diversas capacidades humanas, como a memória, a criatividade ou a capacidade de concentração e introspecção (VATICANO, 2020, p. 7).

O Papa Francisco propõe uma nova visão para a educação, uma visão humanista, com um novo pensamento, em que pode haver a união entre a diversidade e a unidade, a igualdade e a liberdade, a identidade e a alteridade. Nessa nova visão, a diversidade não é um obstáculo, mas sim um horizonte de possibilidades, pois Francisco crê que unidade e diferença não se excluem, pois estão entrelaçadas. Trata-se esse novo pensamento de um exercício de diálogo, que leva a uma cultura do encontro e enriquece a relação e ampliação da escuta fraterna. E essa relação também apresenta um viés do diálogo inter-religioso, pois, segundo o Sumo Pontífice, é condição primordial para a paz no mundo (BOARETO, 2021).

O Papa Francisco propõe uma nova visão para a Educação. Uma visão humanista com um novo pensamento onde poderá unir a diversidade e a unidade, a igualdade e a liberdade, a identidade com a alteridade. Nessa nova visão a diversidade não é um obstáculo, mas sim um horizonte de possibilidades, pois ele crê que unidade e diferença não se excluem pois estão entrelaçadas. Esse novo pensamento será um exercício de diálogo que levará para uma cultura do encontro, que irá enriquecer a relação e ampliar a escuta fraterna. E essa relação também

terá um viés do diálogo inter-religioso, pois segundo o Sumo Pontífice é condição primordial para a paz no mundo (BOARETO, 2021).

Na prática educacional, o novo pensamento inaugura, conseqüentemente, um exercício de diálogo amplo, que envolve livremente quem quer que queira trabalhar para uma autêntica cultura do encontro, do enriquecimento recíproco e da escuta fraterna [...] (VATICANO, 2020, p. 11).

O Pacto Educativo Global coloca a pessoa no centro da relação educacional e, com isso, é primaz a relação, muito mais que a preparação do professor ou das habilidades dos alunos, sempre valorizando os pobres e excluídos da sociedade que passam por privações, exploração e negação de possibilidades (BOARETO, 2021).

Boareto entende que, a partir da reflexão do conceito sobre uma nova visão da educação, a ênfase está no “JULGAR”, pois é possível avaliar os processos educativos. E isso ocorre se for seguido o que o Papa pede, ou seja, ouvir o clamor da juventude. Com isso, dentro do meio universitário, se faz necessário aumentar o diálogo. E isso pode ocorrer se houver mais grupos de vivência e cooperação solidária, que vão ouvir os jovens em situação de vulnerabilidade, assim como dar apoio a projetos em que o jovem é o protagonista e tenha poder de decisão universitária, via extensão, movimento estudantil ou pastoral universitária (BOARETO, 2021).

Nesse sentido, é interessante a cultura da juventude periférica, por exemplo, trazer para a universidade algumas artes praticadas pelos jovens – o que vem para promover um diálogo cultural dos pobres, negros ou mesmo dos excluídos. Isso se faz necessário para que as universidades possam ter uma compreensão mais ampla da realidade social. Segundo o Papa Francisco, para a compreensão da realidade, se faz necessário partir da periferia,

[...], portanto, fica a provocação para que a universidade “pegue a visão” que está sendo proposta pelo Pacto e pergunte-se sobre o quanto, em seu planejamento educacional tem promovido uma cultura de solidariedade junto às periferias, sobretudo, inserida na cultura da juventude negra periférica e pentecostal. Outro desafio é o diálogo com os movimentos sociais. O Papa Francisco tem enfatizado a importância de dar voz aos grupos sociais que, muitas vezes, são silenciados pois não são considerados em seus coletivos. Favorecer o espaço de participação dos movimentos sociais que são marginalizados junto às universidades é fortalecer a democracia pelo princípio da participação. De alguma forma, como diz o Papa Francisco, o mundo vai mudando mesmo que não vejamos. Há um provérbio africano que diz: “Pessoas simples, em lugares simples, fazem coisas simples e geram mudanças extraordinárias!” (BOARETO, 2021, p. 35-36).

Outra questão importante é ter a força como comunidade eclesial, social, associativa e política, para que dessa forma seja oferecida a educação. Com isso, o desafio é colocar os melhores jovens universitários graduados e as melhores mentes a serviço do bem comum, em detrimento das grandes empresas que possuem fins apenas lucrativos e que os alunos a responderem a estímulos da propaganda ou de uma vivência consumista e individualista. O Papa Francisco quer formar pessoas que estejam disponíveis para se colocarem a serviço da comunidade humana. Incentiva a prática do exercício de se colocar a serviço, num viés fraterno.

Podemos afirmar que o AGIR está sintetizado aqui como *A Missão* que é criar uma “vila da educação”, por meio de redes de relações humanas abertas. Para isto, importante é assumir a tríplice coragem. Ao considerar os desafios do Pacto Educativo Global no Ensino Superior, procuramos demonstrar que, em contexto brasileiro, a coragem de colocar a pessoa no centro, a abertura para o outro como fundamento do Pacto está na pessoa do negro, pobre e periférico. Com isso, não estamos desconsiderando os outros grupos sociais, mas a ênfase sobre este grupo dá-se por uma tomada de consciência negra necessária que compreende a dívida social histórica que temos para com esta população. A coragem em assumir a questão racial pela universidade brasileira é colocar a pessoa no centro. A coragem de investir as melhores energias em criatividade e responsabilidade em particular, apoiando iniciativas de projetos sociais e pastorais de comunidades vulneráveis. E a coragem de formar pessoas disponíveis para o serviço da comunidade, por meio de estudo e das atividades práticas de inserção junto à periferia e, desta forma, vivenciar uma Educação ao serviço dos outros (BOARETO, 2021, p. 37).

Boareto incentiva que, ao construir a “Vila da Educação” proposta pelo Papa Francisco, seja considerada a sabedoria indígena, que trará harmonia num estilo de vida mais sóbrio. Incentiva também a aproximação com as comunidades quilombolas, pois acredita que as universidades ficarão comprometidas com a história, com a luz da justiça do Evangelho e com base na OPP (BOARETO, 2021).

Nossas universidades ainda reproduzem modelos de formação semelhantes a “Casa Grande” e tratam a periferia, as favelas, como “senzalas”. A abolição não libertou o negro, dando-lhe condições de homem livre. O preconceito prevaleceu e não houve política afirmativa de inclusão, e, portanto, foi relegado à margem. A Igreja reconheceu que a escravidão, da qual ela mesma foi incentivadora, é um pecado do passado. E agora os Bispos do Brasil afirmam que tal “pecado do passado não nos deve impedir, porém, de combatermos hoje, com veemência, toda forma de exclusão, de discriminação e de racismo” (CNBB, 2013, p.61) Os desafios do Pacto Educativo Global, para o Ensino Superior no Brasil, exigem de todos nós um profundo discernimento sobre o empenho em promover a fraternidade a que

somos chamados, seja na busca por viver com os outros e servir aos outros. Considerando que toda questão social é antes antropológica, reconhecemos que precisamos assumir a causa dos negros como causa do Brasil e da pastoral da Igreja no Brasil, e necessariamente, na universidade brasileira (BOARETO, 2021, p. 38).

3. ANÁLISE DO MATERIAL EMPÍRICO DAS PONTIFÍCIAS UNIVERSIDADES CATÓLICAS

Neste capítulo, apresento uma análise do material empírico de quatro Pontifícias Universidades Católicas sobre a religiosidade do jovem universitário. Inicialmente, trato do jovem contemporâneo e a sua relação com a religiosidade e, depois, apresento algumas experiências baseadas em pesquisas realizadas na PUC-Minas, PUC-RS, PUC-SP e PUC-Rio.

Com isso, elaboro alguns pressupostos para finalizar minha dissertação e responder a minha problemática inicial acerca da hipótese de uma incoerência entre a fé professada com a fé vivida dos universitários no meio acadêmico e na sociedade.

3.1. O jovem contemporâneo e a relação com a e religião

Se lembrarmos do significado etimológico, a palavra “religião” vem do latim “*religare*”. Essa palavra significa “religar” o que traz o entendimento de uma relação de ligação do ser humano com Deus.

A religiosidade é a busca de um indivíduo por formas de piedade, através de determinadas expressões, tais como as peregrinações, o uso de símbolos e as relíquias. Ainda mais, a religiosidade dá sentido à vida do ser humano, impedindo que ele vire uma mera máquina ou apenas um número. Além disso, a religiosidade também liga a pessoa à história religiosa de um determinado povo, com expressões religiosas características [...] A religiosidade, diferentemente da religião, é uma prática que implica uma visão pessoal, ou seja, cada pessoa expressa a sua prática religiosa a partir de seu entendimento próprio e age conforme aquilo que crê, mesmo que não tenha tido por fonte uma revelação (FRIZZO, 2012, p. 26).

Um ponto importante é compreender que, na atualidade, vivenciamos um processo de secularização e de secularismo, dentro e fora do cristianismo, que buscam manter uma dialética entre os valores terrenos e celestiais, e que existem pessoas que conduzem as suas vidas tendo como prioridade exclusiva as realidades terrenas, assim, eliminando qualquer tipo de referência do humano ao sagrado, como se o divino não tivesse mais nada de importante a ser dito.

Os termos *secularização e secularismo* são derivados do latim *saeculum*, que significa “mundo”, “era”, indicando, portando, uma concentração especial da edição humana sobre o mundo em que se vive. Atualmente, as palavras “secularização” e “secularismo” são empregadas com acepções diferentes. Secularização adquiriu um sentido mais positivo ao indicar as características próprias do mundo, ou deste século, e o respeito pela autonomia, ao passo que secularismo,

como uma conotação mais negativa, por não apenas acentuar a autonomia das realidades terrestres, mas também, a autonomia diante do transcendente, negando qualquer referência a Deus (FRIZZO, 2012, p. 30).

Há também o relativismo, cuja postura é a de que tudo é relativo, sem nenhuma referência, ideia absoluta ou mesmo categórica. Prega valores, verdades políticas, religiosas e até mesmo morais que podem variar conforme a época, lugar, cultura e até mesmo diversidade dos variados grupos sociais. E que se tornou um dos principais problemas da fé, por conta de não aceitar a verdade válida para todos. Ele ainda pode conduzir ao ateísmo, pois nega a existência de uma verdade confiável. Com isso, é racionalista e subjetivo (FRIZZO, 2012).

Relativista é a pessoa que mantém uma atitude de indiferença sistemática em relação ao conhecimento, à moral, à política, etc. Para ela, as coisas são consideradas boas ou más e as opiniões verdadeiras ou falsas, em função das circunstâncias e dos interesses. “Depende...” é a palavra mais ouvida. “O que é verdadeiro para mim pode ser falso para você; o que é justo para mim pode ser injusto para você, se não lhe interessa” (POZZEBOM, 2006, p. 61).

Há também o pluralismo religioso, que designa a multiplicidade de variadas confissões de fé e religiões. Pelo olhar empírico, o pluralismo religioso determina a multiplicidade de variadas confissões de fé e religiões, ao passo que se diferencia do pluralismo de valores, que possui uma convivência simultânea de vários valores e do pluralismo social (FRIZZO, 2012). Partindo de dados mensurados no Censo do IBGE do ano de 2000, nota-se um declínio de adeptos da religião católica, que somaram 72,8% – em face do grande crescimento da igreja pentecostal. Mas, é claro, o Brasil continua a ter uma pertença cristã em todo o território, porém, é inegável, há uma situação nova, marcada pela destradicionalização e por uma pluralização do meio religioso (TEIXEIRA, 2005).

Frizzo apresenta e relembra que o cristianismo é uma religião missionária:

Jesus Cristo quer que todos os seres humanos se salvem. Por essa razão, o Cristianismo é uma religião missionária, embora nada proselitista pois respeita a consciência de cada pessoa e a sua dinâmica pessoal na busca da verdade. [...] Contudo, a Igreja Católica tem uma atitude de respeito para com as outras religiões. No seu dever de promover a unidade e a caridade entre homens e mesmo entre povos, entende que nelas manifestam as “sementes da verdade”. Respeita o modo de interpretar as próprias doutrinas os seus princípios éticos, buscando, com humildade e prudência o diálogo, sem perder a identidade de sua fé (FRIZZO, 2012, p. 23-24).

A Igreja Católica participa do ecumenismo e do diálogo inter-religioso, em contrapartida, há grupos ligados a movimentos conservadores que não aceitam esse diálogo, sobretudo, com religiões de matriz africana. Mesmo com o Papa Francisco apoiando e realizando encontros ecumênicos e com religiões não cristãs, existe muito repúdio, preconceito e até ataques a variadas religiões.

O laicato tem um importante papel na Igreja Católica, mas, também (ou sobretudo, de acordo com o escopo desta dissertação), na Universidade Católica. Os leigos trazem uma reconhecida contribuição em todas as áreas da Universidade. Essas contribuições vão das disciplinas acadêmicas até a realização de variadas tarefas universitárias.

Já os leigos católicos são uma presença crescente da Igreja Católica na Universidade e, por isto, sinal vivo de esperança para o mundo, como contribuição para o estabelecimento de uma ordem humana que se realize, segundo o que Cristo ensinou. Portanto, a Universidade Católica é fundamental para a sociedade de hoje, pois a busca incessantemente da verdade a leva a se comprometer com a formação dos homens e das mulheres. Assim, a comunidade universitária, inspirada pelos princípios cristãos, poderá viver a sua profissão com responsabilidade em defesa da ética, promovendo a justiça, a qualidade de vida das pessoas, a proteção da natureza e a construção da paz. A Igreja, precisamente porque está cada vez mais consciente da sua missão salvífica neste mundo, quer sentir próxima destes centros, quer tê-los presentes e operantes na difusão da mensagem autêntica de Cristo (FRIZZO, 2012, p. 40).

As mudanças que ocorrem na sociedade contemporânea trouxeram uma nova interpretação de mundo e, por consequência, o consumo. O mundo contemporâneo é marcado pelo fim dos padrões de estabilidade, segurança e de certezas e, com isso, surge o tempo do medo, indefinição e de insegurança.

Para realizar estudos e análise da sociedade contemporânea é imprescindível compreender a linha de pensamento do sociólogo polonês Zygmunt Bauman. O autor de uma produção intelectual prodigiosa e reconhecido como o pensador dos tempos líquidos evidencia os problemas gerados pela sociedade moderna. Na sua obra “Vida para o consumo” o autor esclarece os efeitos da evolução da sociedade de produtores estruturada na segurança, estabilidade para a sociedade consumista, instável e líquida. Desta maneira, o autor relata como a sociedade dos produtores foi basicamente direcionada para segurança e apostava nos desejos humanos em um ambiente confiável, ordenado, regular e transparente e como prova disso resistente ao tempo e ao apego as coisas seguras. Os desejos eram orientados para a aquisição de posse e bens com grande visibilidade na sociedade ao tempo e ao apego as coisas seguras. Os desejos eram orientados para a aquisição de posse e bens com grande visibilidade na sociedade, pois

nessa época o tamanho dos bens era ligado com poder e status (SILVA, 2011, p. 1-2).

O momento de passagem da sociedade de produtores para consumidores foi de maneira gradual. O novo indivíduo é consumista e, segundo Bauman, é bombardeado de todos os lados por sugestões de que necessita equipar-se com um ou outro produto fornecido pelo comércio, se quiser se manter em sua posição social e proteger a sua autoestima (SILVA, 2011).

É importante ter essa introdução sobre a sociedade de consumo, pois o jovem universitário vive nessa base. E, assim, temos uma compreensão mais profunda de sua ligação com o universo religioso dentro da universidade.

Sobre os limites ou intervalos etários, que caracterizam a juventude, Gava afirma:

Hoje, a Organização Mundial da Saúde – OMS define os limites cronológicos da adolescência entre 10 e 19 anos e a Organização das Nações Unidas – ONU entre os 15 e os 24 anos, eles são chamados também de jovens adultos. No Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA define a adolescência como o período entre os 12 e 18 anos. Ou seja, há uma grande divergência de dados e opiniões, mesmo na atualidade para definir estes termos, tanto quanto aos aspectos cronológicos, quanto sociológicos (GAVA, 2023, p. 27-28).

Além disso, o atual mundo virtual e digital desvia os jovens de uma atividade ou pensamento criativo isso os leva a um momento de crise. O que pode prejudicá-los no momento em que estão decidindo sua identidade e futuro (STONA, 2016).

Outro viés importante é que vivemos um tempo de mudanças, que é marcado por descobertas científicas e tecnológicas que trazem uma grande influência ao modo de pensar e até mesmo de viver das pessoas no cotidiano. A religião sofre com esse impacto que a sociedade está vivenciando. Fala-se de características que marcam a religiosidade e que surgiram na sociedade e estão em constante mudança. Há características que a religião está assumindo perante a sociedade atual que se distinguem de formas religiosas que antecedem (FRIZZO, 2012).

Teixeira aponta que, mesmo ocupando espaço relevante nos estudos das Ciências Sociais, o tema “juventude” apresenta-se insuficiente. Ainda assim, há um conjunto de estudos que indica que é impossível falar de juventude no singular, pois há uma variedade de “juventudes”. Teixeira acrescenta que tratar de juventude é complexo, haja vista que não temos uma compreensão única que represente todos os aspectos que estão associados a ela. Por isso é que há variadas correntes teóricas que trabalham aspectos distintos. Duas que merecem destaque são a corrente classista e a geracional. A classista tem base na lógica da reprodução de classes sociais e remete a expressões e manifestações culturais. Assim, os jovens são

marcados por um modo de vestir, de falar ou de padrões de consumo. E a corrente geracional tem a ver com as gerações ou com o que se chama no popular de “fases da vida”. O que essa corrente analisa são as continuidades e descontinuidades intergeracionais da juventude. É necessário lembrar que, mesmo assim, há subculturas dentro da juventude, ou seja, de jovens que vivenciam vidas distintas de sua geração por influência compartilhada com eles da cultura adulta (TEIXEIRA, 2023).

O jovem se desenvolve de maneira integral, o que envolve contextos interpessoais e socioinstitucionais que são específicos e, sendo assim, interferem em sua formação, através de significados, conceitos – que são atribuídos pelo viés do grupo em que vivem. Essa formação de identidade se dá pela relação que o jovem tem com o outro e com a cultura que vivencia. Ter um padrão ou uma identidade nesse momento tão instável é bem complexo. Com isso, a formação da identidade da juventude depende de uma boa socialização e de apoio da família, escola, religião e da sociedade (GAVA, 2023).

Bonelli aponta que vivemos num cenário incontornável de diversidade e pluralismo cultural:

As dinâmicas de formação da juventude, nas suas múltiplas dimensões humanas (social, educativa, psicoativa, profissional, religiosa, etc.), assumem características variadas e heterogêneas da vida social contemporânea. A socialização dessa geração percorre múltiplos espaços e dinamismos. A própria difusão das tecnologias de informação e da cultura digital, com seus usos e impactos tão versificados quanto ambíguos, pode ser vista como um sinal do pluralismo cultural característico da juventude do século XXI (BONELLI, 2020, p. 45).

É importante ter consciência dos fatos que compõem a realidade atual da juventude:

Se o debate em torno da própria noção de juventude como uma categoria de análise se mostra complexo e rico em nuances, ele nos parece tanto mais complexo quando nos debruçamos sobre a relação entre juventude e religião. De modo geral, os estudos que se dedicam a essa questão não estão isentos dos desafios em lidar com uma categoria de análise passível de ser abordada em seu sentido plural, além de lidar com aspectos cruciais como o sincretismo e secularização no processo de “modernização” do Brasil (TEIXEIRA, 2023, p. 238-239).

Compreender a juventude plural nos encaminha a uma multiplicidade de condições desses jovens que se articulam sob contextos sociais diversificados, nos quais espaços de socialização como a família, escola, religião e trabalho são primordiais. A dimensão ligada à religião talvez ainda seja pouco investigada na sociedade contemporânea (TEIXEIRA, 2023).

Pátaro e Mezzomo apresentam que a relação do sujeito com a religião passa por transformações, pois as instituições religiosas atuais perderam sua supremacia de outrora. Há uma autonomia para modelar uma nova identidade religiosa a partir de uma variedade de crenças e de relação com diferentes religiões e igrejas da atualidade. É necessário lembrar que, com a grande instabilidade das estruturas sociais, políticas e culturais, a religião ainda é um elemento valorizado na construção da subjetividade. E, por isso, valorizada pela juventude, porém com novos modelos de pertencimento e vínculo (PÁTARO; MEZZOMO, 2018).

Os resultados referentes a religiões no Brasil, coletados no Censo 2010 e divulgados em junho de 2012, trazem lições que ainda levarão algum tempo para ser digeridas. Mas, desde já, alguns dados específicos interessam à discussão que proponho aqui: o catolicismo apresentou grande perda entre os jovens; hoje, há menos católicos de até 29 anos do que em 2000; as novas gerações estão mais afastadas das igrejas tradicionais; os evangélicos apresentam maiores percentuais entre cinco e 14 anos; o segmento dos sem religião cresceu na faixa de 15 a 19 anos. Os dados do Censo sugerem que talvez o arsenal midiático montado pela Igreja Católica, à imitação das igrejas pentecostais e em concorrência com elas, não tem sido suficiente para deter a sangria jovem em seu rebanho. Não se trata, pois, de ordenar mais e melhores padres cantores, de promover missas ainda mais carismáticas, superbaladas católicas (“Com Jesus, tudo é festa”), hiper “cristotecas” ou megatemplos ainda mais mega. A questão de fundo é outra (RIBEIRO, 2013, s.p.).

Ribeiro apresenta que os jovens estão se desafeiçoando da religião e que talvez isso ocorra por conta da falta de empenho das lideranças eclesiais. Existe a possibilidade de um afastamento mútuo, ainda que o catolicismo tenha muita *expertise* junto aos jovens nas escolas, em grupos catequéticos e da juventude na AC. Ribeiro questiona quando e por que essa relação histórica se rompeu. Para que haja uma superação desse afastamento é necessário que as lideranças católicas conheçam a juventude e que, depois, tenham compreensão a seu respeito. Porém, faltam-lhes instrumentos, intenções e até documentos. Ribeiro recorda que na III Conferência Geral do CELAM, em 1979, em Puebla, os bispos latino-americanos proclamaram a Opção Preferencial pelos Pobres e pelos Jovens, cita também as JM, realizadas nos papados de João Paulo II e Bento XVI, e a 45ª Assembleia Geral da CNBB, de 2007, em que ficou oficial o documento “Evangelificação da Juventude: Desafios e perspectivas pastorais”, propondo mais canais de participação da juventude. E questiona que há na Igreja Católica diversos teólogos e teólogas capazes de produzirem uma Teologia da Juventude que seja consistente e inspiradora (RIBEIRO, 2013).

Frizzo apresenta que:

A Universidade Católica, deve contribuir no desenvolvimento do bem comum e na dignidade da pessoa humana, promovendo o desenvolvimento profissional do universitário dentro da ética, e do respeito humano. Ela tem a missão fundamental de continuamente buscar a verdade, descobri-la e comunicá-la. É assim que ela, com fecundidade e esperança, poderá enfrentar os grandes desafios do tempo atual. Essa busca da verdade implica uma pluralidade de conhecimentos, (no qual, ao lado de fomentar o crescimento científico e econômico na Universidade) ela está de forma inalienável comprometida com a busca da verdade acerca da natureza humana, a fim de mostrar o significado da existência humana (FRIZZO, 2012, p. 39).

A Universidade é um espaço privilegiado para debate de questões essenciais que dizem respeito ao ser humano, mantendo como centralidade da educação a busca da verdade, em que a base é Jesus Cristo. Desse modo, a Universidade Católica não pode ser vista como um espaço de relativização da fé, porque não será impertinente esclarecer o que é e como vivenciar a fé em Cristo no meio universitário, e assim fazer com que todo o setor da vida acadêmica do jovem inspire o Evangelho de Jesus Cristo (FRIZZO, 2012).

3.2. Análise do material empírico dos jovens universitários católicos da PUC-RS

Edson Roberto Pedron Frizzo, em sua dissertação de mestrado em Teologia na PUC-RS, apresenta como título “A religião e a religiosidade dos universitários da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul”. Seu objetivo é relatar o que os estudantes da PUC-RS pensam sobre religião e da religiosidade que realmente vivenciam. O recorte feito por ele foi com os alunos da disciplina “Humanismo e Cultura Religiosa”, tendo como base que o mundo atual está dominado pelo secularismo, ateísmo, indiferentismo religioso ou outras predominâncias religiosas que possam trazer novos paradigmas à juventude universitária. Frizzo analisa, ainda, se realmente os jovens atuam dentro das religiões e, por fim, se existe aceitação da fé católica. Apresenta em sua introdução que o mundo atual está ameaçado pela ganância e individualismo, confundindo assim a sua relação com o transcendente (FRIZZO, 2012).

O trabalho de Frizzo é bibliográfico, no qual apresenta autores da área de estudos da religião, e de pesquisa de campo, que foi realizada pela aplicação de questionários e de levantamentos de opiniões dos alunos da referida disciplina. Aplicou o questionário em todas as faculdades, com exceção da Faculdade de Teologia e de Odontologia da PUC-RS (FRIZZO, 2012).

Frizzo inicia a dissertação conceituando religião e, em seguida, apresenta que as religiões podem ser classificadas em: as tradicionais, que têm a crença na vida após a morte e na influência dos antepassados; as sapienciais, que têm um profeta que apresenta uma revelação divina, como é o exemplo do Judaísmo, Cristianismo e o Islamismo; as espiritualistas, que têm como revelação os espíritos, como é o caso da religião Espírita e da Umbanda; as filosofias de vida, que se apresentam como crença – e que Frizzo diz que não têm características de religião, por exemplo, a yoga e a maçonaria (FRIZZO, 2012).

A pesquisa de Frizzo tem como objetivo averiguar se a crise religiosa atual também afeta os universitários. Quer verificar que religiões professam, sua religiosidade e a provável pouca vivência religiosa, sua ideia de Deus, sua percepção e motivação religiosa, doutrina e moral. O questionário apresentado aos alunos foi de 25 questões, com respostas objetivas e quatro com possibilidade de mais de uma resposta. A idade dos alunos que responderam ao questionário foi bem variada:

O participante mais novo tem idade de 17 anos e o mais velho, 68 anos. A média de idade ficou em 23,5 anos. Os alunos pesquisados são, em sua maioria, jovens (72,0%), por isso muitas vezes é utilizada a palavra “jovens”, para designar os estudantes, participantes da pesquisa. A partir do questionário, aplicado aos universitários, procurou-se saber qual a sua religião destes, se ela responde às suas expectativas, quais os sacramentos recebidos e a frequência à missa ou culto, se eles procuram estar atualizados quanto às leituras de livros e/ou periódicos sobre sua religião, se a oração faz parte da sua vida diária, se teve ensino religioso durante o período que antecede à faculdade, o que pensa a respeito da comunicação da sua religião e também se participa ou participou de algum movimento da mesma. Entramos igualmente nas questões morais, como divórcio, eutanásia, aborto, pena de morte e controle artificial da natalidade e averiguamos ainda se Deus poderia hoje transformar suas vidas, tratamos também com os jovens sobre a questão crucial que se refere a morte, ressurreição ou reencarnação ou se, para eles, não há nada após a morte (FRIZZO, 2012, p. 42).

Além disso, foi questionado se a religião pode resolver todos os anseios dos seres humanos, sobre negócios, cura de doenças, amor, questões matrimoniais dos religiosos, união homoafetiva, sexo antes do casamento e as questões sociais, políticas e econômicas vivenciadas na atualidade (FRIZZO, 2012).

A maioria dos discentes pesquisados são jovens e quase a maioria ingressou na Universidade após sua saída do Ensino Médio. Frizzo apresentou as quantidades dos alunos entrevistados por algumas faixas etárias: de 17 a 18 anos, foram 355 entrevistados, totalizando 32,2% e, de 19 a 22 anos, foram 439 alunos, totalizando 39,8%. A soma chegou a 72,0% de idade entre 17 e 22 anos, e a idade de maior número foram os alunos de 20 anos, com 20,3%,

seguido dos alunos de 21 anos, com 15,2%, e de 19 anos, com 15,0%, totalizando 50,5% (FRIZZO, 2012).

[...] o resultado o resultado da pesquisa foi de 61,2% de católicos, percebemos que, ao mesmo tempo não há um conhecimento quanto à doutrina e “fé” praticada, propriamente dita, ou seja, quanto a ressurreição, pois 19,2% dizem crer nela e 44,0%, na reencarnação, e isto se torna contraditório quanto à doutrina da Igreja Católica. Uma contradição do homem perante a própria morte. Aceitar a morte, por um lado, e, pelo outro, uma vontade imanente de viver. A questão catorze (14), “crer em Deus”, apresentou um resultado positivo de 84,1%, porém identificamos um crer em Deus, sem perceber a uma religião respectivamente. Na questão acerca da moral, que trata da vida propriamente dita, como eutanásia, aborto, pena de morte, há uma contradição em relação a crer e não defender a vida, seja qual for o seu estágio (FRIZZO, 2012, p. 43).

Os alunos numa faixa etária baixa e em grande maioria, buscam adquirir conhecimento na Universidade, por conta de sua futura profissão. Mas muitos não escolhem profissões que estejam ligados à sua realização pessoal. Nesse momento da vida desses jovens universitários, ocorre que muitos se colocam em situações de riscos, agindo por influências negativas dentro do ambiente universitário e por alguns estarem mais vulneráveis. Portanto, é necessário que a Universidade possa fazer um acompanhamento com eles, não só transmitir conhecimento, mas os ajudar em sua formação pessoal, para que, futuramente, possam exercer a profissão escolhida, com ética, responsabilidade e respeito à dignidade humana (FRIZZO, 2012).

Frizzo apresenta que hoje, a grande questão não é o ateísmo, mas, sim, o indiferentismo religioso. O que ocorre é uma transferência do sagrado, deixando de acreditar em Deus para seguir algo transcendente como uma pirâmide, um astro ou qualquer outro objeto. Do que se pode concluir que os jovens não deixaram de buscar o transcendente. A pesquisa, realizada em 2011, concluiu que são mais de 20 denominações, que se dizem religiosas. E cada uma delas oferece mercadorias espirituais (FRIZZO, 2012).

Sobre os sacramentos, chegou-se à conclusão de que a maioria recebeu o sacramento do batismo, o que confirma a quantidade dos que se apresentaram como católicos. Os alunos que fizeram o sacramento da eucaristia foram 61,7% e 38,2% não o receberam. E os que receberam o sacramento da crisma foram 38,5% e os que não receberam, 61,4%.

Analisando a tendência da prática religiosa, percebe-se que a religiosidade ainda está ligada ao sacramento do Batismo, que é recebido, mas, sem incidência na vida prática. Apenas uma parte dos batizados dá, efetivamente, continuidade ao primeiro sacramento. Considerando que a maioria diz ter sido batizada quando muito crianças e levada por seus pais, isto revela uma característica da cultura, pois

aponta para uma vivência tradicional e não, uma prática religiosa. Leva-se como uma obrigação, independente de seguirem ou não a religião Católica, e os motivos que levam os pais a batizarem seus filhos são os mais variados, como, por exemplo: excessivas preocupações exteriores, como almoços, fotos, festa ou ainda para que a criança possa ter um padrinho forte (rico), ou ainda para se cumprir um preceito da Igreja, etc. (FRIZZO, 2012, p. 54).

Conclui-se que o batismo não tem um significado teológico e, apesar dos 61,2% dos que se apresentaram na pesquisa como católicos, que muitos não assumiram o compromisso e a prática da vivência religiosa, mas apenas foram batizados. O que ficou claro em várias questões da pesquisa. No que diz respeito ao sacramento da eucaristia, mesmo que 61,7% tenham recebido, não apresentam interesse na busca de o receber, conforme vão avançando na idade. O que ocorre também é que muitas vezes os pais levam seus filhos a missas de formatura, de sétimo dia, trigésimo dia, ou para momentos sociais, o que não incentiva a prática de comungar sempre. Em relação ao sacramento da crisma, demonstra-se que o compromisso com a Igreja Católica, após atingirem a maturidade, diminui, pois 61,4% responderam que não receberam o sacramento. Eles não tiveram envolvimento de pais e padrinhos, pois a crisma costuma ser uma busca individual. Os que os familiares levam para o sacramento são aqueles que tem uma vivência intensa na Igreja Católica. O que leva alguns jovens são as amizades ou movimentos católicos. Nessa fase etária e no momento atual, recebem muitas outras propostas, inclusive, ilusão de consumo imediato, numa sociedade do prazer e do individualismo. Portanto o despertar religioso fica em segundo plano (FRIZZO, 2012).

No que diz respeito à participação em missas, cultos ou sessões, 46,5% disseram que frequentam algumas vezes durante o ano e 37,0% nunca participam. O que demonstra que poucos jovens frequentam suas religiões (FRIZZO, 2012).

O resultado da pesquisa de alunos que rezam diariamente é de 34,0% diariamente, 40,0% às vezes e 20,2% nunca, do que se conclui que mais da metade deles não têm o hábito de oração. A pesquisa apresentou 34% de alunos que rezam diariamente, o que não é uma porcentagem pequena.

Os alunos que responderam “nunca” ou “às vezes” oram sentem um Deus emudecido ou poucas vezes presente na escuta do pedinte. No mundo moderno, tem-se a impressão que a oração não tem espaço para a vida de cada um e que ela não daria uma resposta imediata para este mundo acelerado e de mudanças rápidas. Igualmente, não se pode dizer que a oração seja uma fuga das responsabilidades humanas, mas, sim uma ajuda que o pedinte necessita (FRIZZO, 2012, p. 59) .

Sobre a religião e a resposta às expectativas pessoais dos alunos pesquisados, 40,8% estão satisfeitos com suas religiões, 39,4% afirmam que a sua religião atinge apenas uma parte da satisfação. A pesquisa concluiu que, mesmo não sendo explicado os motivos, no que diz respeito à religião católica, ela não está alcançando as expectativas dos jovens universitários. Pode-se concluir que há realmente um descontentamento pessoal, pois, a religião deve levar todos a terem expectativas que ajudem a levá-los a uma estrutura pessoal de formação que os leve para o futuro, partilhando suas vidas em comunidades. A proposta da religião deve ser de levar os jovens universitários para a construção de um mundo melhor, através de um encontro pessoal consigo, com Deus e depois com o outro (FRIZZO, 2012).

A pesquisa também apresenta a comunicação da religião com os fiéis. Houve as seguintes porcentagens: 41,9% disseram que é boa, 14,0% que é ótima, 8,8% que é ruim e 27% que é regular. Somente após o Concílio Vaticano II, a comunicação da Igreja Católica começa a ter importância, o que antes acontecia apenas nas missas, porém, é necessário ter uma preocupação atual de como utilizar os meios de comunicação.

Outro aspecto a considerar são as missas, cultos e programações religiosas pelas emissoras de televisão, como Rede Vida, Aparecida e outras, assim como algumas conhecidas emissoras de rádio. Algumas críticas a esta forma de comunicação é a de não permitir a formação de comunidades, não havendo, portanto, a participação dos fiéis. Devemos entender a relação que existe entre “crer”, “praticar”, “participar” até onde no fiel, seja qual for a sua religião, existe um comprometimento pessoal com a mesma. Então, o fiel vive o som e a imagem sem caráter comunitário, na Era da Igreja digital (FRIZZO, 2012, p. 63).

Frizzo apresenta que não somente a religião católica usa os meios de comunicação, mas muitas outras religiões, que atingem a juventude, pois os jovens estão sempre “conectados”. O Papa Bento XVI chama o nosso tempo de “Era da Evangelização na Internet”. E isso é realizado por padres e pastores, pois é um acesso rápido da evangelização chegar em todos os lugares, porém, é necessário que isso não seja uma substituição do encontro comunitário (FRIZZO, 2012).

Sobre a leitura de publicações ligadas à religião, 13,4% costumam ler artigos, livros ou periódicos, 27,9% fazem uma leitura eventual e 58,1% não leem nada, o que é mais da metade dos pesquisados. E os que realmente tem o costume de ler fazem uma leitura normalmente repetitiva. É necessário ter uma linguagem mais moderna. Os temas procurados são os que, normalmente, tratam os livros, artigos ou periódicos, que são temas como Natal, Quaresma, Semana Santa, devocionais a santos e santas. Isso também ocorre nas outras religiões. A juventude atual e a religião que segue estão influenciados pelo impacto da Modernidade e da

Pós-Modernidade. Portanto, faz-se necessário que essas publicações se modernizem para que possam incentivar os jovens, sobretudo, os universitários a uma leitura que os fortaleça na sua formação profissional e humana (FRIZZO, 2012).

Sobre a participação em movimentos eclesiais, 21,86% responderam que participam ou que já participaram, e 77,32%, que é uma grande maioria, nunca participaram. Outra questão que apareceu na pesquisa foi o fato de que os jovens universitários não são tão superficiais como muitos dizem sobre eles. Por isso, Frizzo acredita que através dos movimentos religiosos eclesiais eles podem ser incentivados a construir uma sociedade mais fraterna. Muitos dos jovens universitários entrevistados lembram com alegria e nostalgia dos movimentos de que participaram e foram raros os que tiveram uma experiência negativa (FRIZZO, 2012). A pesquisa trata, ainda, de práticas morais, como aborto, eutanásia, pena de morte, sexo antes do casamento, dentre outras. O autor apresenta o posicionamento da Igreja Católica sobre esses temas, todavia, vamos apresentar apenas as porcentagens dos temas morais e alguns comentários do autor sobre o motivo da porcentagem. Sobre o divórcio, 90,9% responderam a favor e 8,2% contra. Sobre a eutanásia, 64,1% são a favor e 29,7% contra. Em relação ao aborto, 56,6% são a favor e 37,3% contra.

Na pesquisa com os alunos em 2011, 62,1% responderam que pertencem à religião Católica, ou seja, mais da metade são da religião Católica; 56,6% são favoráveis ao aborto, isto é, mais da metade. [...] compreende-se que vivemos em um momento, no qual os pesquisados não vivem a orientação da própria religião que dizem pertencer (FRIZZO, 2012, p. 85).

Sobre a pena de morte, a porcentagem a favor foi de 50,7% e contra de 44,7%. O tema Controle artificial da natalidade teve 72,0% a favor e 23,1% contra. A pesquisa não apresentou quais os métodos específicos e nem se concordavam com os métodos, mas Frizzo lembrou que a Igreja Católica sugere o método natural. E diz ainda que os meios de comunicação sociais apresentam em sua maioria o preservativo. Frizzo diz ainda que muitos acreditam que a Igreja Católica não deve se envolver com a questão dos métodos contraceptivos, por ser algo muito íntimo da pessoa. Em relação ao Sexo antes do casamento 92,9% foram a favor e 6,0% contra. Assim como no caso anterior, Frizzo apresentou que muitos católicos acreditam que a Igreja Católica também não deveria se envolver nessa questão por ser de foro íntimo.

A pesquisa não visa a questionar quanto à aprovação ou não do “amor livre”, do sexo apenas por sexo. Entende-se que a resposta dos pesquisadores dirige-se à preparação do próprio casamento em suas experiências antes do mesmo (FRIZZO, 2012, p. 93).

Frizzo apresenta que, na modernidade, corre-se o risco de os jovens banalizarem o sexo e as relações afetivas que são importantes para sua fase madura. Segundo ele, isso ocorre por conta das transformações aceleradas, que carregam como componentes básicos a industrialização, urbanização, fatos econômicos, secularização e dessacralização. Ele diz ainda que antes havia um respeito sobre a opinião dos pais ou de pessoas mais velhas, mas hoje são considerados ultrapassados. Em relação a União de pessoas do mesmo sexo, 52,9% são a favor, 18,5% são contra e 28,5% são indiferentes. Esse é outro tema que Frizzo diz que a maioria dos cristãos pensa que a Igreja Católica não deveria se envolver nesse assunto (FRIZZO, 2012).

Em suas considerações finais, Frizzo diz que a sociedade moderna provoca transformação na cultura religiosa, surgindo o pluralismo religioso, um abandono religioso (secularismo) e muitos dos pesquisados estão longe de ter a religião como parte do seu projeto de vida, apesar de alguns entrevistados demonstrarem que incluem (FRIZZO, 2012).

Assim, a Universidade tem um papel essencial para propor diálogo que traga estímulo para que os universitários vivenciem o sagrado.

Salienta-se que os jovens são influenciados pela Modernidade e Pós-Modernidade, e os valores a serem tratados com eles estão relacionados com a religião. É preciso incentivá-los para a busca pela espiritualidade para dar um sentido para sua vida. A cada instante em que o jovem vai adquirindo conhecimentos nas áreas de sua realização profissional, a religião deve acompanhar este desenvolvimento, com seus métodos que exigem uma atualização. Na universidade, junto à juventude, temos um lugar privilegiado de diálogo e também de desafios. A religião pode e deve estar presente entre eles, propondo uma espiritualidade e como caminho que se dê sentido a sua vida (FRIZZO, 2012, p. 122).

Para o desafio atual da universidade com os jovens, é necessária uma preparação. Os tempos mudaram e, com isso, muitos jovens se afastaram da religião, é necessário um novo estilo teológico. O crescimento da “dessacralização” é gigantesco e, portanto, é necessário retomar valores do sagado e ter uma nova mentalidade de evangelização, que seja atualizada e moderna. Quando os jovens universitários não compreendem sua própria religião, eles podem tirar conclusões errôneas e precipitadas sobre a vida. Além disso, muitos universitários buscam e vivenciam uma dimensão espiritual, mas há um grande número que não (FRIZZO, 2012).

Outro assunto tratado na pesquisa foi se a religião deve se envolver com questões sociais, políticas e econômicas. O resultado foi que 28,9% disseram que sim; 37,0% que às vezes, 19,6% nunca e foram indiferentes 12,6%. O que significa que mais da metade concorda que, em alguns aspectos, a religião deve se envolver nesses temas. Mas também há uma parcela

que não aceita que a religião se envolva com esses temas ou pode estar alienada, como afirma Frizzo:

A religião Católica já há muito tempo tem se manifestados em favor dos mais necessitados, bem como outras religiões ou doutrina têm feito o mesmo. O desejo e a necessidade de estar atento ao bem comum e a dignidade da pessoa humana têm sido a missão da religião (FRIZZO, 2012, p. 125).

Frizzo cita algumas cartas encíclicas de variados papas que sustentam a preocupação da Igreja com essas questões, como a *Rerum Novarum* (1891), a *Quadragesimo Anno* (1931), a *Populorum Progressio* (1967), a *Mater et Magistra* (1961), a *Sollicitudo Rei Socialis* (1987) (FRIZZO, 2012).

Na conclusão, o autor apresenta que mais da metade dos alunos entrevistados da PUC-RS são católicos, mas que muitos não conhecem a própria religião e muito menos a sua doutrina social (FRIZZO, 2012).

Sobre a comunicação e a satisfação com a Igreja Católica, a grande maioria desconhece a sua própria religião por não ter hábito de leitura e nem se informar de outras maneiras. Com isso também não têm participação e possuem um engajamento religioso insuficiente. Mesmo tendo uma boa lembrança de participação em movimentos eclesiais, estão totalmente afastados deles, com a entrada no meio acadêmico. O jovem tem como prioridade a universidade afastando-se da vivência religiosa (FRIZZO, 2012).

Nas questões morais apresentadas na pesquisa, fica claro o desconhecimento do que pensa sua religião e doutrina social, mesmo entre os que responderam pertencer à Igreja Católica. Uma grande quantidade dos discentes é a favor de temas em que a Igreja Católica é contra. Com isso, Frizzo conclui que a religião não responde ao ideal de vida dos alunos e nem é importante para suas ideias existenciais (FRIZZO, 2012).

A Universidade é um espaço propício para discussões e debates, mas Frizzo apresenta como resultado de sua hipótese de trabalho que há pouca prática dos universitários:

Dentro da própria universidade, contamos com a Pastoral Universitária, que pode e deve propor o encontro com os jovens e buscar as respostas que tanto os afligem, sendo este fruto de tantas questões da nossa pesquisa, como a ressurreição/vida além da morte, a eutanásia, as pesquisas genéticas, a questão da própria religião, como sentido da nossa existência, etc. Há tantos outros questionamentos pelos quais os alunos esperam respostas bem como o diálogo fraterno e maduro com outras confissões de fé (FRIZZO, 2012, p. 131).

3.3. Análise do material empírico dos jovens universitários católicos da PUC-SP

Jorge Cláudio Ribeiro, em seu artigo “Significados e valores na religiosidade de universitários”, apresenta o resultado de sua pesquisa sobre a religiosidade vivenciada pelos alunos universitários da PUC-SP, para a qual foi elaborado um questionário que inclui itens quantitativos e qualitativos, que foram aplicados entre os anos de 2000 e 2012 com 4.000 sujeitos participantes. A pesquisa se chama *Perfil da religiosidade do universitário – um estudo de caso na PUC-SP*, que contou com a colaboração de professores do Departamento de Ciência da Religião da PUC-SP, com alunos e com agências de fomento como CNPq e CAPES e com a Fundação Fulbright Brasil (RIBEIRO, 2019).

Para a produção de significados para a sua existência, os universitários utilizaram materiais que fazem parte de seu caminho individual e dentro da sociedade.

Dentre esses, destacam-se a cultura mundializada, as condições econômico-sociais, as ocorrências históricas, o momento político, a formação recebida e os fatos cotidianos. Esses materiais são a matéria prima dos modos de compreensão do mundo e de inserção nele. No caso dos universitários da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o foco foi a maneira como as relações com a sociedade interagem com a experiência religiosa própria desse segmento de juventude. [...] Como base teórica da investigação, foi escolhido o conceito de religiosidade, que definimos como uma capacidade humana, história e culturalmente determinada, de elaborar sentidos para a totalidade da existência (RIBEIRO, 2019, p. 2).

O questionário apresentado por Ribeiro foi dividido em três partes, com 20 questões fechadas sobre os dados pessoais, acadêmicos, capital cultural, renda familiar, posição política, origem, situação atual, grupos de que participam e prática religiosa; 39 frases ponderadas sobre os valores e a experiência religiosa dos jovens universitários e quatro questões abertas sobre o fato mais marcante na vida e na vivência dentro de sua religião, o que mais admira ou critica nas religiões e comentários livres, totalizando quatro mil estudantes universitários. (RIBEIRO, 2019).

Foram recrutados discentes de todos os cursos da PUC-SP, não somente da Graduação, mas também da Pós-Graduação, com adesão voluntária e com anonimato de sua identidade (RIBEIRO, 2019).

Os entrevistados admitiram experimentar uma sensação de *misteriosidade* em suas existências e muitos apresentaram reflexões íntimas sobre suas religiões. E, mesmo o transcendente não responde às suas indagações, eles não acreditam que a vida seja apenas

materialidade. Essas sondagens percorrem a subjetividade moderna, pois perpassam a tarefa de cada indivíduo cultivar suas próprias energias, como a religiosidade, por exemplo (RIBEIRO, 2019).

Os discentes têm a suspeita de que algo lhes foi sonogado, em algum momento de suas vidas. Ribeiro acredita que isso ocorreu realmente e foi em três âmbitos, sendo o primeiro em razão da cultura secularizada, que tende a negar a fé como algo que interfere de maneira positiva na vida cotidiana; segundo, a própria religião que não acompanha as transformações do mundo, deixando-os sem respostas; e o terceiro é a academia, que através de seu racionalismo não dá reconhecimento à religiosidade e muito menos abre espaço para discuti-la (RIBEIRO, 2019).

O preenchimento do questionário foi nomeado como um momento de reflexão sobre a dimensão que deriva da condição humana. Com isso, vários universitários se sentiram aliviados ao responder e queriam logo ver o resultado da pesquisa (RIBEIRO, 2019).

Os comentários realizados foram agrupados em cinco características mais marcantes na religiosidade dos universitários da PUC-SP. A primeira característica é a questão da modernidade, que se revela em dois campos, sendo o primeiro a distinção entre a religiosidade/espiritualidade *versus* a religião enquanto instituição; a segunda é a prioridade que se verifica no contato direto com Deus, através de um momento oracional ou de meditação, o que Ribeiro chama de *"seguir o próprio coração"* (RIBEIRO, 2019, p. 130). Isso ocorre porque o ambiente da modernidade em que eles foram criados e têm a sua vivência os leva a criticar o ritualismo religioso, mas a valorizar a ética. Além da valorização do bom senso e da razão, há espaço para a crença na vida dos jovens universitários. Em paralelo a isso, eles questionam a sua própria fé.

Essas tendências levam os sujeitos a defender a tolerância e a convivência entre religiões. Algumas avaliações parecem derivar de uma vulgata acadêmica: a crença em Deus é considerada uma forma de apoio psicológico; as religiões produzem *doenças éticas* como alienação, culpabilização, fanatismo, dogmatismo, intimidação e o espírito capitalista. Com frequência é feita a distinção secularizante entre a religião e as demais esferas das sociedades. Defende-se que a classe proletária deveria se interessar mais pela política do que por religião. Posto que vivemos num país desigual, as Igrejas deveriam apresentar propostas abrangentes para a sociedade envolvendo educação, habitação, trabalho e demais direitos sociais. Acolhendo recentes contribuições feministas, defendem que as mulheres exerçam função sacerdotal em todas as religiões (RIBEIRO, 2019, p. 131).

A segunda característica marcante na religiosidade dos universitários é a autonomia. Os alunos que responderam aos questionários apresentaram autonomia com relação a um núcleo

de significado que se una a Deus, a crenças e a religiões, pois cada indivíduo possui uma verdade interna, que necessita ser respeitada. São considerados valores básicos: aproveitar o dom da vida, não prejudicar ninguém e ajudar ao próximo. Assim, é primaz desenvolver a paz interior e uma fé que traga compromisso com o exercício da liberdade, pois só assim o contato direto com Deus poderá alcançar plenitude (RIBEIRO, 2019).

Para alguns jovens universitários, a religião não esgota toda a verdade, mas possui a capacidade de criação de princípios válidos e conceitos éticos. E, mesmo que eles participem das religiões, não creem na totalidade das suas doutrinas. Vários dos comentários apresentados na pesquisa demonstram que tudo de bom pode vir de Deus e de ruim no ser humano. Com isso, a religião tem importância relativa e pode tornar-se até desnecessária, conforme o universitário desenvolva a capacidade de elaborar um significado íntimo para a sua vida real ou mesmo buscar a sua própria felicidade, contribuindo para a felicidade alheia. E o que irá orientá-los é a educação e valores morais que receberam de seus pais e familiares (RIBEIRO, 2019).

Alguns universitários da pesquisa admitem que, em função do teor sentimental, a religião desempenha um efeito placebo nos momentos de crise ou de desespero, que, eventualmente, traz motivação para um engajamento religioso. Mesmo assim, as religiões precisam se atualizar com as mudanças da sociedade contemporânea incorporando opiniões e visões plurais e seculares.

Criação humana, as Igrejas concretas são objeto de um criticismo explícito. São acusadas de terem-se tornado empresas, de não cessarem de pedir dinheiro, para o qual criaram um sistema de comunicação poderoso e invasivo. Muitos sujeitos admitem ter medo de líderes religiosos e aversão àqueles que exercem controle, coerção e manipulação dos fiéis, segundo a lógica do dogmatismo e do fundamentalismo. Nas mãos desses líderes, os ensinamentos se tornam uma prisão total cujas grades são os erros derivados da interpretação literal da Bíblia e demais textos sagrados. O trabalho social das Igrejas situa-se aquém do desejável, pois elas se concentram em restritas questões sexuais e comportamentais. Empenhadas em arrebatar novos fiéis a qualquer custo, algumas Igrejas fomentam a guerra religiosa a um nível inédito e assustador de extremismo. Por isso muitos comentários insistem no diálogo entre as religiões e defendem mais contemporaneidade para o catolicismo (RIBEIRO, 2019, p. 132).

A terceira característica marcante na religiosidade dos universitários é a própria religião, pois muitas das respostas abriram espaço para algumas declarações convictas de crenças e práticas religiosas próprias, como aquilo que Ribeiro apresenta de indivíduos que acreditam em reencarnação e que dizem ter provas concretas dela (RIBEIRO, 2019). Na pesquisa, apareceu que vários jovens universitários têm entusiasmo pela sua igreja e que até sentem se conduzir a

Deus e que isso pode dar sentido a suas vidas. Outros se apresentam como alguém que está sempre à procura da verdade e que encontram conforto na religião e, com isso, defendem maior presença da religião católica no cotidiano da universidade, sobretudo, com mais grupos de oração. Houve outros que proclamaram que apenas o Cristianismo é verdadeiro. Outros avaliaram a fé como um sentimento saudável, mesmo assim, com uma visão crítica. Acreditam ser algo bom, mas que por conta do dogmatismo e o fanatismo pode ser bem prejudicial e até mesmo alienante. Chegam a elogiar a própria igreja, desde que não pratique comércio. Há vários que seguem uma religião, mas não levantam bandeira por ela, pois não acreditam que seja dona da verdade absoluta. Alguns universitários manifestaram apreço por praticamente todas as religiões e filosofias de vida, e têm o desejo de que a universidade propicie um conhecimento mais amplo.

Vários deploram ter presenciado no campus manifestações que apontam como preconceituosa contra o catolicismo e as afro-brasileiras. Com frequência, ocorre o trânsito religioso, até que indivíduo se estabilize na crença atual. Em nome da diversidade, há quem respeite a fé alheia, mas defenda o direito de não acreditar: *Estou mais para existencialista ateu*. Outros se contentam com a experiência da espiritualidade ou com uma relação pessoal sem mediações com Deus. Tal processo é interpretado como uma forma de descoberta ou maturação ao longo da vida: *Quando isso ocorre, o milagre se faz* (RIBEIRO, 2019, p. 133).

A quarta característica marcante na religiosidade dos universitários é a subjetividade. As vivências subjetivas são essenciais na juventude, visto que tudo é, de certo modo, inédito para os jovens. Alguns reconhecem estar num momento muito feliz e outros de intensa sensibilidade espiritual, que pode causar somatizações. Outros procuram, ainda, respostas para os enigmas da vida, via caridade, energia, pensamento positivo, investimento em qualidade dos pensamentos, oração e cultivo de bons hábitos. Mas pode ocorrer de alguns não encontrarem suas respostas. Todavia, a fé pode ser uma fortaleza para ajudar a superar dificuldades, motivar para possíveis transformações radicais, no que diz respeito ao íntimo de cada indivíduo. A fé pode ser um sinônimo de relação amorosa com um ser único e magnífico e, assim, provocar alegria profunda, proteção, transcender concepções intelectuais ou sentimentos (RIBEIRO, 2019). Nos resultados das pesquisas, foram encontrados alguns relatos de atração energética, sincronicidade inesperada, com muito valor emocional, o que foge a qualquer razão estatística. Alguns jovens admitiram que recorrem à fé apenas em momentos de fragilidades ou de falta de perspectiva (RIBEIRO, 2019).

E, por fim, a quinta característica marcante na religiosidade dos universitários, que são as reações deles sobre a pesquisa. Essas reações saíram nos comentários de maneira muito positiva. Acharam a pesquisa interessante e até parabenizaram os proponentes. Disseram que ali puderam explicitar valores que já cultivaram ou cultivam, mas que raramente refletiram; que as perguntas não eram tendenciosas; que puderam se abrir livremente apresentando as suas opiniões partindo de suas convicções ou crenças (RIBEIRO, 2019).

Era esperado que essa pesquisa apresentasse a importância da ética e da promoção da tolerância, respeito, abertura ao diálogo, redução do preconceito acadêmico ou mesmo contra os religiosos; que fosse um instrumento para uma sociedade mais igualitária, humana e solidária. Mas houve, ainda, mesmo que em menor porcentagem, quem apresentou que a universidade deve adotar o ensino laico. E outros que chamaram a pesquisa de chata, idiota e tendenciosas as convicções dos proponentes (RIBEIRO, 2019).

Nossos sujeitos relatam que a participação na pesquisa os fez experimentar uma sensação de misteriosidade de suas existências, a qual os leva tanto a reconhecerem-se impotentes como a cultivar e valorizar as próprias energias. Rompendo com solipsismo eles se revelam inseridos na cultura secular da Modernidade. Esta valoriza a razão, própria da tradição universitária, que também reconhece espaço para a crença, embora leve os sujeitos a questionar com naturalidade a própria fé e mesmo a atuação das igrejas concretas. As religiões são respeitadas, mas ao mesmo tempo criticadas por eventuais atitudes de dogmatismo e o fanatismo (RIBEIRO, 2019, p.140).

Ribeiro apresenta que nesse espaço cultural existe a prática da tolerância e da autonomia. As vivências subjetivas são primordiais, no que diz respeito à autonomia. E entre elas a fé é a mais profunda, pois aponta para o mistério da vida e da morte. E outro valor fundamental é que cada um é responsável por sua própria existência.

O contexto ecumênico borra as fronteiras entre sagrado e profano, entre a sua religião e a do outro. A fé é celebrada como atitude individual e interpessoal. E nesse sentido a subjetividade vai se ancorar nos âmbitos sociais, na família, na religião e em seus momentos de vida, principalmente o universitário.

A análise de dois aspectos que remetem ao *miúdo da existência* de nossos sujeitos pretendeu somar-se a interpretações já publicadas em vias de sê-lo. Pretendeu-se, assim atingir o objetivo geral de nosso projeto de pesquisa, qual seja, a tentativa de decifrar enigma juvenil e aproveitar sua fecundidade para compreender, e enfrentar, dos desafios atuais em que a humanidade se debate (RIBEIRO, 2019, p. 141).

3.4. Análise do material empírico dos jovens universitários católicos da PUC-Minas

Paulo Agostinho Nogueira Baptista, da PUC-Minas, apresenta que a pesquisa sobre o perfil do estudante universitário, que foi realizada em 2013, se deu por se tratar de uma universidade de grande porte, considerada a maior universidade católica do mundo, com 58.000 alunos em 2013, e também por ter presença significativa em diversas áreas de graduação, pesquisa e extensão universitária. Além disso, ela está inserida de modo decisivo na sociedade, sobretudo, na mineira, por ter *campi* em algumas cidades do estado de Minas Gerais, além do *campus* em Belo Horizonte. Foi realizada uma pesquisa em 1990 que servirá de base de comparação em alguns momentos e assuntos, pois houve muitas mudanças durante esses anos. Tiveram apoio do CNPq e do FIP da PUC-Minas (BAPTISTA, 2014).

A pesquisa apresenta o histórico e a metodologia utilizada e, em seguida, os resultados quantitativos e os dados comparativos, com hipóteses explicativas, para arriscar algumas breves análises. São muitos dados que ficam maiores por serem comparados entre as variadas enquetes. Chega-se à conclusão de, num primeiro momento, mostrar os dados quantitativos ao conhecimento público, para depois, com o desenvolvimento da pesquisa, trazer à tona uma discussão de natureza qualitativa. Portanto, destacam-se os gerais e socioeconômicos, ou seja, sexo, faixa etária, situação conjugal, domicílio e renda familiar. Após, vêm dados escolares e acadêmicos, como a origem, avaliação escolar ou de disciplinas de Cultura Religiosa e Filosofia. Com isso apresentam a caracterização religiosa, sociopolítica e cultural e dados da pesquisa sobre fecundidade e sexualidade (BAPTISTA, 2014).

É importante apresentar de maneira resumida os resultados da pesquisa de 1990, pois a pesquisa de 2013 teve esses elementos como instrumentos de comparação. Na pesquisa de 1990, o objetivo era conhecer a realidade vivida pelos jovens na universidade naquele momento. Os resultados dessa pesquisa colaboraram com a gestão universitária da PUC-Minas. Foi realizada por discentes da disciplina Cultura Religiosa e aplicado em variados cursos da universidade (BAPTISTA, 2014).

No quesito confiabilidade, trabalharam com 95% de confiança e margem de erro de 5%, e o questionário teve 81 questões aplicadas presencialmente com temas como sexo, idade, estado civil, residência, naturalidade e nacionalidade. Também foram questionadas informações de natureza econômicas, de trabalho, renda familiar e de quem custeava os estudos do discente. A universidade foi avaliada, assim como os cursos, critérios de escolha, avaliação das disciplinas de Cultura Religiosa e Filosofia; além disso, questões culturais e políticas, dados

sobre religião e o interesse dos alunos na Pastoral. E também foi questionado o consumo de drogas (BAPTISTA, 2014).

Em 2013, foi produzido um novo formulário de questões com base nesse realizado em 1990. Esse segundo foi aprovado em 12 de agosto de 2013 pelo CEP da PUC-Minas (BAPTISTA, 2014).

O primeiro questionário, dessa segunda fase da pesquisa, foi realizado em setembro de 2013, com cinco testes para mais de 30 discentes dos cursos de Engenharia Civil, Filosofia, Pedagogia e da Pós-Graduação em Ciências da Religião. O restante do questionário foi realizado em outubro de 2013, totalizando 253 itens (BAPTISTA, 2014).

Vamos nos ater, aqui, ao que diz respeito à relação do jovem universitário com o âmbito religioso, que é o que se relaciona com a temática desta dissertação e com a pesquisa de 2013:

IV. caracterização religiosa: filiação religiosa no ciclo de vida; religião dos pais/responsáveis; frequência religiosa e orações fora do local de culto; avaliação da própria religião/religiosidade/espiritualidade, das doutrinas, da moral, do seguimento e da liderança; como se dá a atualização religiosa; posicionamento sobre valores religiosos/éticos e concepções religiosas e morais, identificação de tipos de católicos (BAPTISTA, 2014, p. 1197).

Baptista apresenta que as pesquisas de 1990 e 2013 avaliaram a disciplina de Cultura Religiosa. Em 1990, 64,4% apresentaram uma avaliação positiva, ainda que muitos tenham dito a frase “útil, mas não fundamental”. E 35,2% fizeram uma avaliação negativa, sendo que, dessa porcentagem, 29,2% disseram a frase “inútil e dispensável”. Os docentes fizeram uma boa avaliação, porém, disseram que havia um aspecto negativo que era a metodologia e didática (BAPTISTA, 2014).

É interessante apresentar que, em 2013, houve algumas mudanças, pois foram ampliados os critérios avaliativos, questionando-se se o programa é interessante e se contribui para a formação humana e profissional, para a questão da tolerância do diálogo e para o respeito, com base no diálogo inter-religioso. O que surpreendeu foi que, em todos esses quesitos, a avaliação foi positiva. O mesmo ocorreu com a avaliação dos professores, que foi bem positiva na relação com a pesquisa de 1990. O autor considera alguns fatos para essa mudança positiva: a qualificação e formação continuada dos docentes, em que a grande maioria tem pós-graduação *stricto sensu*; de que, na atualidade, há mais receptividade positiva dos docentes do que em 1990, sendo que naquela época havia muita resistência de discentes para cursar essas disciplinas (BAPTISTA, 2014).

Analisando os dados de 1990 em comparação com os de 2013, Baptista chega à conclusão de que a religião é importante para essas duas gerações, porém, com um número maior de jovens universitários que se declararam religiosos em 2013:

Constatou-se, em 1990, que 63,1% dos estudantes declararam ter algum tipo de crença contra 89,3% em 2013. Esse crescimento é surpreendente, pois o Censo do IBGE 2010 também mostrou queda da expressão religiosa entre os jovens. Houve, por exemplo, a queda do próprio catolicismo (de 73,9% para 64,6%). Os dados sobre a “não resposta”, em 1990, ficaram em 29,6% dos (as) alunos (as), e em 2013 totalizaram 17,4%, se incluirmos, em 1990, os ateus (2,2%), esse número chega a 30,9%. Também há outros 8,9% estudantes que disseram não ter “religião definida” em 1990 ou identificaram-se com “outras”. Ai chegaríamos a um percentual de 40% (BAPTISTA, 2014, p. 1209).

Baptista afirma, ainda, que pode haver uma hipótese sobre um campo intermediário, que não sai nos censos e que raramente é incluído em pesquisas, ou seja, uma parte desses discentes, que não se identifica com nenhuma instituição religiosa ou não faz parte de nenhuma, não pode ser considerada sem fé, sem religião, sem religiosidade ou sem espiritualidade. Pode-se entender que uma parte deles pode ser ateu, agnóstico ou com dupla pertença religião. Na pesquisa de 1990, não havia essa possibilidade e que existiu na de 2013 (BAPTISTA, 2014).

Segundo Baptista, no que diz respeito aos “sem religião”, é um grande problema que precisa ser refletido e pesquisado. O que ele apresenta é que a porcentagem da pesquisa da PUC-Minas, que foi de 7,4%, foi quase a mesma do IBGE, em 2010, que foi de 8%. Ele observou que, nas pesquisas de 1990 e de 2013, houve um certo crescimento da expressão de filiação religiosa, que foi de 63,1%, em 1990, e de 89,3%, em 2013.

A hipótese levantada anteriormente defendia a posição de que a declaração de não ter religião não pode ser identificada como sendo ausência de fé, religiosidade e espiritualidade. Nota-se que grupos de protestantes, por exemplo, quando perguntados se têm religião, respondem “não”. Entretanto, costumam dizer que têm fé em Jesus Cristo. Outra explicação plausível, já referida, encontra-se na diferença dos questionários: o novo de 2013 ofereceu maior espaço, com opções, para expressão da atitude religiosa ou não do estudante (BAPTISTA, 2014, p. 1209).

Na pesquisa de 1990, quando os alunos responderam sobre a sua filiação religiosa os Católicos foram a grande maioria com 81%. O grupo que foi em segundo foram os que responderam “outros”, sem religião definida com 8,9% seguido dos Espíritas, com 5,6% e os Protestantes com 3% em quarto lugar. Porém no Censo IBGE de 1991 os protestantes eram 9%,

as outras religiões ficaram com apenas 3,6%, os Espíritas com 1,1% e os “sem religião” com apenas 4,7%. E com isso os Católicos estiveram mais próximos do levantamento censitário.

A análise comparativa mostra, portanto, grande mudança em 2013: o crescimento do número de estudantes que declararam ter algum tipo de crença (de 63,1 para 89,3%), a diminuição daqueles (as) que deixaram de responder à questão, de 29,6% para 17,4%, além das quedas institucionais, como dos católicos (79,2% para 55,1%), e o crescimento de todos os outros grupos, exceção a “outras”, especialmente o aumento expressivo dos protestantes de 3% para 17,6%. Tal crescimento protestante no meio universitário foi muito superior à realidade nacional censitária: de 586,7% (3% para 17,6% entre as pesquisas de 1990 e 2013), contra 246,7% entre os Censos IBGE de 1991 e 2010, ou seja, de 9% para 22,2% (BAPTISTA, 2014, p. 1210).

A pesquisa de 2013 identificou o processo da filiação religiosa durante o ciclo da vida do estudante universitário. Apresentou dados sobre a infância (até 9 anos), a pré-adolescência (de 10 a 14 anos), a adolescência (de 15 a 18 anos), a juventude (de 19 a 29 anos), além da realidade atual, o que pode demonstrar que, na segunda pesquisa, identificaram-se igrejas protestantes, ateísmo, agnosticismo e múltiplas religiosidades. E foi possível verificar que algumas religiões sofreram queda da infância de seus fiéis ao tempo atual, ou seja, muitos jovens em seu ciclo de vida mudaram de religião ou deixaram de ter alguma. E à frente de todas as religiões está o Catolicismo, que apresentou queda em todo o processo, porém, quando aparecem os dados de “religião atual” as quedas são maiores entre os protestantes e espíritas. Enquanto isso os que se apresentaram como “outras religiões”, ateus, agnósticos e “sem religião com fé” tiveram crescimento durante o ciclo de vida. Sobretudo, os ateus, que de 1,6%, em 1990, passaram para 5,4%, em 2013, e os espíritas, que de 3,9%, em 1990, foram para 6,7%, em 2013 (BAPTISTA, 2014).

Uma grande realidade presente na pesquisa é do pluralismo religioso e do crescimento da diversidade religiosa. Algumas religiões tiveram pouca autodeclaração, como o budismo, Igreja messiânica, Testemunhas de Jeová, adventistas do 7º Dia, umbanda, candomblé, judaísmo, mórmons e Wicca e Seicho No-Iê. É importante ressaltar que, na pesquisa de 1990, as religiões afro-brasileiras não apareceram, mas, em 2013, sim, com 0,67% para a Umbanda e 0,43% para o Candomblé. E outra novidade foi a identificação dos alunos universitários com a RCC, com 14%, e com a TL, com 3% (BAPTISTA, 2014).

Em 1990, 55% frequentavam atos religiosos contra 24,6% que não participavam, sendo 15,4% mulheres. Em 2013, os que participavam de algo todo dia ou de duas ou três vezes

semanais totalizaram 36,1% e raramente foram 32,9%. Os que não frequentavam a sua religião eram 4,6% e os que se declaram não ter filiação religiosa foram 9% (BAPTISTA, 2014).

Apenas na pesquisa de 1990, falou-se de atividades da religião e a resposta foi: 5,5% em Grupos de Jovens e, em segundo lugar, 2,6% em encontros de oração ou em cursos realizados pelo Movimento de Cursilhos de Cristandade. Na pesquisa de 2013, falou-se de orações fora dos locais sagrados e a resposta foi de 72,5% que fazem orações fora dos locais sagrados ou em cultos ou missas, sendo alguns todos os dias e outros ao menos uma vez por semana. E apenas 8,8% fazem apenas nos locais sagrados. E, no fim da pesquisa sobre dados religiosos, perguntou-se sobre a PU.

Finalizando os dados religiosos, perguntou-se nas duas pesquisas sobre a atividade “Pastoral Universitária”. Em 1990 havia 69,4% dos estudantes que não conheciam esse setor da universidade, percentual próximo ao de 2013: 72,5%. Manifestaram interesse em participar 32,2% dos estudantes em 1990. O *survey* de 2013 identificou que 80,3 nunca participaram de atividades desse setor, mas também revelou que 33,5% têm interesse em participar de grupos de reflexão, 43,6% têm interesse em participar de atividades em comunidades carentes e 24,5% mostram interesse em participar de celebrações religiosas (BAPTISTA, 2014, p. 1216).

3.5. Análise do material empírico dos jovens universitários da PUC-Rio

Waldecir Gonzaga, Ricardo Ismael e Alexandre Souza Chaves foram os organizadores do livro *Perfil da juventude na PUC-Rio: reflexões sobre os impactos da pesquisa de 2018*, que relata o perfil da juventude universitária da PUC-Rio. Atualiza uma pesquisa realizada em 2006 e demonstra novos aspectos, como o universo das redes sociais, que hoje são uma grande potência. Vamos nos atentar, aqui, à pesquisa de 2018, porém, em alguns momentos comentamos também sobre a pesquisa de 2006.

Alkmim, em seu artigo “Metodologia da Pesquisa Perfil dos alunos da PUC-Rio 2018”, apresenta que a pesquisa teve como objetivo trazer um levantamento sobre o diagnóstico dos alunos da PUC-Rio, em que foram indicadas várias dimensões do meio econômico, social, cultural e religioso dos estudantes. E todo o material será primaz para servir de insumo de orientação de práticas pedagógicas e de gestão da universidade.

A pesquisa de 2018 replica a metodologia e busca a comparação com os resultados de um primeiro levantamento, realizado em 2006, pela Cultura Religiosa (CRE) ligada ao Departamento de Teologia da PUC-Rio (CRE) em parceria com o Centro de Estatísticas Religiosa e Investigações Sociais (Ceris). Os resultados e as análises da pesquisa

de 2006 estão publicadas no livro *Juventude, religião e ética – Reflexões teológico-práticas sobre a pesquisa “Perfil da Juventude na PUC-Rio”* (ALKMIM, 2020, p. 189).

Gonzaga apresenta na introdução que a pesquisa realizada em 2018 teve um questionário muito próximo ao de que foi realizada em 2006, mas com atualizações, sobretudo, por conta das novidades, como as plataformas digitais ou mesmo as redes sociais, tão relevantes no momento atual. Ela foi aplicada em 2020 por professores do Departamento de Teologia, que é vinculado ao Setor da Cultura Religiosa, no qual ministram as disciplinas de “Formação Teológica”, que são previstas pela PUC-Rio (GONZAGA, 2020).

Bonelli, em seu artigo “Juventude, fé e universidade em tempos de Francisco: uma análise das pesquisas de perfil da juventude na PUC-Rio”, apresenta que a segunda pesquisa, de 2018, teve 54,2% do sexo masculino e 45,4% do sexo feminino. Foram 78% que se declararam de cor branca e 5,8% de cor preta. O que mostrou que o perfil é de maioria branca. Porém, comparando com a pesquisa realizada em 2006, o número de estudantes de cor preta aumentou, pois antes foi de 3,4%. Mesmo com o aumento de alunos de cor preta na universidade Bonelli acredita que está muito longe da universidade alcançar níveis significativos da presença de negros na PUC-Rio (BONELLI, 2020).

Quando o assunto é juventude da PUC-Rio e religião, a pesquisa apresentou que houve uma expressiva diminuição de vínculo com igrejas e locais de culto. O número de discentes que se autodeclararam católicos diminuiu de 50,3%, em 2006, para 28,8%, em 2018. Houve, então, uma diminuição no percentual de católicos, que também foi comprovado pelo IBGE. Os censos de 2000 e 2010 atestaram que houve uma diminuição de 73% para 65%.

Um primeiro aspecto que vale salientar é o fato de que os estudantes de uma universidade privada com a PUC, situada num bairro nobre da capital do estado do Rio de Janeiro, com um alunado composto em grande parte por setores de classe média, podem compor uma juventude “mais aberta” às mudanças sociais, culturais e religiosas contemporâneas. Esses jovens formam um segmento social que vive em contato direto com debates acadêmicos e científicos, possuindo também acesso frequente à internet e às mídias digitais. Nesse sentido, é razoável supor que os efeitos de uma racionalidade científica e de um pensamento crítico questionador sobre determinadas práticas religiosas podem circular mais livremente no ambiente universitário. Nesse cenário, talvez seja o caso de tentarmos verificar em que aspectos as práticas religiosas, especialmente as ligadas ao catolicismo, parecem anacrônicas para uma juventude que anseia por mais liberdade de pensamento, respeito às diferenças, inserção no mercado de trabalho, tal como foi indicado nas respostas dos alunos à pesquisa da PUC-Rio (BONELLI, 2020, p. 34-35).

Existe um processo de mudança cultural, que está em curso, que aparentemente se acentua entre a juventude universitária. E, com isso, faz-se necessário um estudo desse fenômeno, porém, com uma seriedade mais acadêmica, para que sejam compreendidas as mudanças. Existe um novo modo de compreender religião. Se lermos a pesquisa de maneira rápida, sem muita atenção, poderá parecer que a maioria dos alunos está perdendo a fé e tornando-se atea. Porém, se fizermos uma leitura mais aprofundada, poderá ser feita uma interpretação mais detalhada e com um resultado mais promissor (BONELLI, 2020).

Os estudantes universitários apresentam uma nova percepção sobre as crenças e as instituições ligadas à religião. Ser “sem religião” é mais tranquilo do que foi no passado. O mesmo pode ocorrer em relação ao “ser católico”. A experiência geracional poder ser o que nos faça compreender essas diferenças. Mas o que realmente pode explicar são os processos de modernização e secularização vivenciados atualmente na sociedade brasileira. Com isso, podemos ver toda essa situação e analisar que talvez entre os “sem religião” não seja apenas ateu ou agnóstico, mas também católicos não praticantes. Um outro fato é que, agnósticos também podem ter ideias, opções de vida e sentimentos subjetivos em comum com religiosos e com católicos, por exemplo. Bonelli acredita que os professores precisam estar abertos ao diálogo juntamente com o Setor de Cultura Religiosa na PUC-Rio (BONELLI, 2020).

Sobre Deus, as pesquisas apresentaram a presença de concepções bem variadas. Os que acreditam em Deus foram 81,2%, em 2006, e 67,2%, em 2018. Dessa quantidade, em 2018, houve uma porcentagem de 36,6% que disseram que Deus é “uma energia”; 18,8% disseram que Deus é “amor”; 13,5% disseram que Deus é “um pai que ama e se preocupa com as pessoas”; 9,4% disseram que Deus é “a natureza” e 2,3% disseram que Deus é “um ser poderoso que julga os pecados e as virtudes humanas”. Interpretar essas porcentagens torna-se bem complexo. Porém, Bonelli apresenta uma proposta, que não considera a verdade absoluta, pois deixa abertas outras opiniões. Num primeiro momento, ele percebe com o resultado de que é bem difícil definir Deus, o que o leva a crer que o sentimento religioso é realmente algo muito íntimo, profundo e pessoal, partindo do resultado das pesquisas.

Por trás dessas ambiguidades conceituais formais, talvez possamos sentir um eco de uma noção comum à maioria das religiões tradicionais conhecidas e praticadas no Brasil. Nelas, Deus é visto sempre como uma força presente, próxima, íntima e atuante na vida do praticante. [...] Bem mais interessante seria uma postura de incentivo ao diálogo franco e aberto com essas concepções sobre a religião, a fé e a forma com a qual essa juventude peculiar aprendeu a lidar com suas questões espirituais e religiosas (BONELLI, 2020, p. 40-41).

Existe na trajetória histórica da Igreja Católica a busca de caminhos de ir ao encontro da juventude através do diálogo, respeitando seus anseios e sua cultura jovem. Houve variadas criações de movimentos e grupos de ação pastoral. Porém, essa pesquisa quer apenas analisar o perfil dos jovens universitários da PUC-Rio e também verificar a possibilidade de encontrar diretrizes e orientações adequadas para ter diálogo e atuar no meio jovem universitário (BONELLI, 2020).

Mendes, em seu artigo “Juventude e valores éticos”, também analisa o perfil do jovem universitário da PUC-Rio, atentando-se para a seguinte questão da pesquisa: “Na sua opinião, qual destes valores são os mais importantes?” Os valores mais importantes foram “respeito às diferenças”, “solidariedade”, “igualdade de oportunidades” e “respeito ao meio ambiente. A religiosidade ficou em último lugar. Quando questionados sobre as opções religiosas, nota-se um grande número de discentes se autodeclarando sem nenhuma religião e um número baixo de católicos (MENDES, 2020).

Poderíamos iniciar a análise do perfil da juventude por meio dos ativadores da pós modernidade que afetam de modo inquestionável esse grupo social: hedonismo, consumismo, permissivismo, subjetivismo, relativismo, materialismo, ateísmo, emotivismo, individualismo e tantos outros “ismos” (CNBB *apud* MENDES, 2020, p. 80).

A Igreja Católica através de seus documentos, com relativa frequência apresentam esse cenário sobre a juventude ou até que eles não têm referências de valores éticos e vivem uma crise de valores. O que ocorre é que eles têm valores e os defendem, mas esses não estão de acordo com os valores das gerações que os precederam (MENDES, 2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após concluir a dissertação sobre a “Atuação da Igreja Católica no meio universitário: da Ação Católica Brasileira à Pastoral Universitária”, percorri por vários documentos da Igreja, cartas encíclicas, declarações públicas de papas, assim como artigos e livros de variados autores, como foi apresentado anteriormente. Chego a essas considerações finais com algumas certezas.

A Igreja Católica esteve realmente envolvida com a evangelização do meio universitário, orientando e atuando junto aos estudantes e demais atores dentro da universidade. Isso se comprovou ao apresentar todo o histórico dessa ação evangelizadora, que se iniciou com dois leigos, Giovanni Acquaderni e Mário Fani, na Itália. Algo que me agrada, pois, hoje, faço parte de um organismo da Igreja que se chama CNLB, mais conhecido por Conselho de Leigos e Leigas, que privilegia a atuação do leigo e da leiga na Igreja, mas principalmente no mundo. E dois leigos italianos iniciam esse trabalho de evangelização na sociedade. Essa proposta foi aceita, aprovada e oficializada pelo Papa Pio XI, em 23 de dezembro de 1922. Além disso, é praticamente a primeira vez que a Igreja Católica prioriza os leigos, dando a eles um serviço pastoral de grande relevância, que é o de evangelizar o mundo. Com isso faz do laicato protagonista da evangelização.

É, então, criada a AC. No Brasil, ela chega na década de 1930, com viés conservador num primeiro momento, para depois assumir uma linha mais progressista, ao se unir a partidos políticos de esquerda e ao ME. E com a JUC, mais uma vez se comprovando o que eu havia refletido, inicialmente, sobre a temática, ou seja, a JUC foi uma grande orientadora dos jovens universitários para transformarem seu ambiente universitário, mas também o mundo. E como eles tinham como base a OPP e a TL, fortalecidos pela RdV e pelo Método V-J-A, estavam embasados em evangelizar e realmente transformar o mundo em que viviam, priorizando os apartados da sociedade, o que muitos fizeram não somente com o voto ou atividades assistenciais, mas através de suas profissões e atitudes enquanto cidadãos e cristãos católicos na Igreja e na sociedade brasileira.

Pelo Método V-J-A, os jovens faziam uma foto da realidade e refletiam sobre aquele fato dentro de seu contexto, sem preconceitos e tabus, nem divisões de classes sociais, questões raciais, políticas, de sexo ou mesmo de religião. Com o julgamento partindo do evangelho e dos documentos da Igreja, seguiam para uma ação concreta e transformadora da sociedade. E, além disso, havia a RdV, que os fazia olhar para si mesmos, autoanalizando-se, revendo seus erros e refazendo seus projetos ou ações dentro ou fora da universidade. Infelizmente, com a

ditadura militar, todos os grupos, organizações ou pastorais ligadas à JUC ou mesmo a todos os outros grupos da ACB foram extintos, sobretudo por serem progressistas. Mas deles nasceram muitos outros como a PO, PJ e a própria PU.

A PU nasce em 1970, com raiz na JUC, no Método V-J-A, na RdV, na TL e na OPP. E, até meados dos anos 2000, foi muito atuante dentro da Igreja Católica e na sociedade. E continuou esse trabalho de orientação do jovem universitário, mas também de formação para a vida.

Como dito anteriormente, eu participei da PU por muitos anos. Entrei nela no fim de 1996, início de 1997, a convite do Pe. Luiz Roberto Benedetti (Benê). Participei de muitos encontros diocesanos, regionais e nacionais, durante muitos anos. Fui coordenador de um grupo na PUC-Campinas, participei da Equipe de Articulação do estado de São Paulo e cheguei à Equipe de Coordenação Nacional, na qual eu era responsável pelos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso do Sul. Vivenciei durante todos esses anos o que a minha dissertação apresentou sobre a história da PU. E sou testemunha de quanto a Igreja Católica orientou e evangelizou a juventude universitária, através do laicato da PU, em conjunto com padres e bispos de todo o Brasil, sobretudo da CNBB.

Muito de minha formação e das escolhas eclesiais e de minha atuação na sociedade como cidadão, nos dias atuais, tem uma ligação profunda com o que vivi na PU como militante ou mesmo com cargos ou funções que tive.

Após esse período intenso da PU com forte ligação na transformação da sociedade e com a última coordenação leiga nacional em meados de 2000, surgiu o SU da CNBB, que continuou esse trabalho de orientação e evangelização, porém, unindo forças com todos os grupos, pastorais, movimentos e organismos eclesiais dentro das universidades, como: MUR, TLC, PU, PdU, Cursilhos, Emaús, Focolares entre outros. Em muitas universidades, o que existe hoje é a PdU, que segue orientações do carisma da congregação religiosa ou da diocese responsável pela universidade e que chamam de PU, pois congrega tudo que ocorre nessa área. Então mesmo tendo uma identidade mais parecida com a PdU, as universidades e a própria CNBB através do SU chamam toda a evangelização dentro da universidade de PU, como apresentei anteriormente.

Alves apresenta que a diferença da PU com a PdU é de onde parte da iniciativa de fazer pastoral, ou seja, a PU tem iniciativa nos alunos e a PdU na universidade ou faculdade que cria um setor (ALVES, 2002).

Acredito que deveria haver um resgate da identidade da PU de 1970 até meados dos anos 2000. Mesmo que sejam setores, paróquias ou capelarias universitárias, elas deveriam ter

menos preocupação com missas ou demais sacramentos e terem como prioridade grupos de reflexão e debate, fóruns, mesas redondas, colóquios, eventos ecumênicos e de diálogo inter-religioso, atividades que tragam o protagonismo do jovem universitário e que o leve a transformar a sociedade, priorizando o pobre e marginalizado e para que sejam futuros profissionais comprometidos com essas bases.

A PU ainda existe em algumas universidades, mas creio que a grande maioria não seja PU, mas sim PdU, ou seja, setores, capelarias ou paróquias universitárias que seguem orientação das dioceses ou das congregações religiosas que estão à frente dos movimentos.

Apesar de não existir intenção de resgatar a vivência da PU no meio universitário, mas sim a PdU, que com raras exceções tem confecção com a PU vivenciada outrora a SU continua orientando, via assessores da SU e dos coordenadores e assessores dos grupos existentes dentro das universidades atuais. Portanto, a orientação para o jovem universitário ou para os demais atores da PU atual continua ocorrendo pois há subsídios, encontros formativos virtuais e presenciais realizados pela SU.

A abertura que o Papa João XXIII fez com o Concílio Vaticano II foi primaz para abrir as janelas e as portas da Igreja Católica para o mundo. Acredito que foi um grande incentivo para o nascimento de todos esses grupos, pastorais, movimentos ou organismos mais ligados a sociedade e a questões sociais.

A OPP e a TL também fortaleceram os jovens universitários na transformação da sociedade, priorizando os mais necessitados e apartados da sociedade. Ambas traziam como base o “querigma”, ou seja, o cerne da fé cristã, que é a vida de Jesus Cristo, que foi relatada pelos evangelhos, onde demonstraram que ele priorizou o pobre desde o seu nascimento e durante todo o seu projeto de vida. E posteriormente através dos apóstolos e das primeiras comunidades cristãs isso se perpetuou.

Outro fato importante foi o reconhecimento oficial do Método V-J-A pelo Papa João XXIII em 1961, porque passou a ser base desses movimentos, grupos, pastorais e organismos. E o método, na verdade, já era usado por Cardjin na JOC belga. O método V-J-A foi primordial para a transformação da realidade do meio universitário e do mundo.

A “Igreja em saída” do Papa Francisco que propõe que a Igreja vá de encontro ao mundo num intenso diálogo de partilha, fraternidade, respeito, empatia e solidariedade. No meio universitário isso fica mais claro com o Pacto Educativo Global, que apresenta uma proposta de educação integral, humanizada, transformadora e que respeita a diversidade, dá mais ênfase que a Igreja esteja preocupada de ter diálogo com o mundo, sobretudo, com a educação – o que afeta diretamente a universidade. Essa proposta do Papa Francisco é inovadora e desafiadora,

sobretudo no momento atual em que a diversidade é atacada dia após dia e que o capitalismo não tem essas temáticas como base.

Esta dissertação apresentou que o jovem universitário tem uma relação com a religião e com a fé católica, mesmo com esse mundo globalizado e secularizado. E, ao apresentar as análises dos materiais empíricos da PUC-RS, PUC-SP, PUC-Minas e PUC-Rio, isso se confirmou, apesar de apresentarem que houve um declínio da religiosidade católica do jovem universitário, indo para outras religiões ou para a autodeclaração de “sem religião” ou mesmo para o ateísmo ou agnosticismo.

Minha hipótese inicial de que a juventude universitária, mesmo tendo orientações da Igreja Católica, vivencia uma grande dualidade entre a fé que professa e a fé que vivencia na sociedade, sobretudo, no meio universitário, comprovou-se com algumas porcentagens apresentadas pelas pesquisas das PUCs que apresentei no último capítulo.

E por conta dos jovens universitários se autodeclararem católicos, mas não terem vivência presencial das atividades da religião como orações, missas e demais sacramentos e nem sequer lerem livros, revistas ou mesmo a bíblia no cotidiano de suas vidas evidencia que vivem essa dualidade da fé professa da fé vivenciada.

Quando no início do terceiro capítulo apresentei sobre a etimologia da palavra “religião” que é “*religare*” percebi nas pesquisas que essa relação com Deus é inexistente em um grande número de universitários que se autodeclararam “sem religião”, mas que também não é percebida nos que se autodeclararam “católicos”.

Frizzo apresentou que a grande maioria dos alunos universitários não buscam na universidade uma profissão que traga realização pessoal (FRIZZO, 2012).

Acredito que a vivência dentro de uma religião faz com que as pessoas se preocupem mais com a realização pessoal e não fiquem tão presas em uma profissão que leva apenas ao lucro, status ou a uma vida efêmera. Mas analisando os universitários atuais, sobretudo os das quatro análises apresentadas é isso que se percebe, esse indiferentismo com a religião e com tudo que provêm dela.

Na minha experiência de 10 anos como professor universitário da USF, ministrando uma disciplina “Estudo do Homem Contemporâneo” que trazia esses debates para a sala de aula estive de frente com muitos alunos que se autodeclaravam infelizes com a escolha do curso que faziam, quando na verdade gostariam de fazer outras coisas, mas que não “dava futuro”. E o que mais me deixava frustrado era que muitos tinham o apoio dos pais para não viverem o que realmente os fariam felizes por questões financeiras.

Frizzo, da PUC-RS, apresentou que o que ocorre com muitos jovens é o indiferentismo religioso. Ele apresentou, ainda, que muitos ficam apenas no sacramento do batismo, alguns na eucaristia (mas muitos ficam apenas na primeira comunhão) e uma grande maioria que se autodeclara católica não se crismou. O que também apareceu na pesquisa da PUC-RS foi a ausência da juventude universitária nas missas e em momentos oracionais. Poucos jovens fazem oração, conforme foi apresentado na análise das pesquisas. Um outro ponto é que quase não leem, quanto mais textos, artigos, livros ou revistas ligadas à fé católica, ou até mesmo a bíblia. Quando o assunto são questões morais, a maioria apresentou opiniões contra o que a doutrina católica pensa. Na conclusão, Frizzo apresenta que mais da metade dos alunos entrevistados da PUC-RS são católicos, mas que muitos não conhecem a própria religião e muito menos a sua doutrina social (FRIZZO, 2012).

Isso é fato pois os que se autodeclaram “católicos” em sua grande maioria não vivenciam a religião no dia a dia, não indo aos momentos oracionais, sacramentais, participando de pastorais, movimentos ou organismos eclesiais ou colocando em prática a doutrina católica em suas opções no cotidiano.

Em vários momentos em que foram questionados sobre questões morais, a opinião deles foi em sua grande maioria o avesso do que a doutrina católica acredita e defende. Fora a questão de que muitos deles misturam vivências de outras religiões. A impressão que tenho é que alguns tratam a religião como um mercado onde se escolhe um produto do catolicismo, outro do budismo, do judaísmo do xintoísmo e no final o “carrinho” está repleto de coisas que até se contradizem, como, por exemplo, o fato de muitos católicos se autodeclarem católicos e também espíritas.

Com tudo isso se confirma a minha hipótese de que, mesmo a Igreja Católica apresentando formação e orientação através de livros, artigos, documentos, ou das atividades desde a AC, ACB, JUC e PU/PdU (via SU) os jovens universitários não vivenciam em seu cotidiano o que a Igreja pensa e que consta na sua doutrina. Isso se reflete nos posicionamentos deles perante a sociedade nas questões morais e políticas.

Um dos motivos que me fizeram pensar na questão da dualidade da fé professada da fé vivenciada, tem ligação com os posicionamentos da juventude universitária perante as questões morais e políticas. Ficava incomodado em ver jovens universitários católicos se posicionando a favor de pena de morte, de porte de armas para civis, contra bolsas e cotas para negros ou para pobres, tendo rejeição aos direitos humanos ou mesmo com atitudes machistas, homofóbicas, aporofóbicas, racistas e preconceituosas. Inclusive defendendo o negacionismo científico, mesmo estando dentro de um universo acadêmico. Um discurso intenso, pesado e de ódio contra

a diversidade nas redes sociais e nas rodas de conversa. Tudo isso me incomodava e mais ainda quando por conta de minha experiência dentro da PU, ver o quão há orientações da Igreja Católica. Essa dissertação apresentou todo um histórico que comprova isso. E com as análises dos materiais empíricos dos jovens universitários da PUC-RS, PUC-Minas, PUC-SP e PUC-Rio se comprovou mais ainda, pois em algumas das pesquisas que eles apresentam os discentes responderam opções que não estão em sintonia com o que a Igreja acredita, mas sim a favor desses temas morais e políticos apresentados anteriormente.

Como resultado, cheguei à conclusão de que os jovens universitários vivem uma grande dualidade entre a fé professada na religião católica e a vivência do cotidiano na universidade e na sociedade.

Ribeiro, da PUC-SP, acredita que a religião foi sonogada a essa geração de jovens universitários por conta da cultura secularizada, que nega a fé, da própria religião, que não acompanha as transformações do mundo e da própria Academia, que por conta do seu racionalismo não dá legitimidade para a religiosidade, e para muitos dos universitários a religião não esgota toda a verdade (RIBEIRO, 2019).

Essa questão é primordial, pois muitos jovens ao entrar na universidade tendem a abandonar a sua prática religiosa e em muitos casos a sua fé e com isso as pesquisas apresentaram o aumento dos “sem religião” ou até mesmo de ateus. A Academia entra em confronto pois através da ciência e do empirismo apresenta mais respostas do que a fé pode fazer.

Baptista, da PUC-Minas, apresenta que 64,4% dos entrevistados pela pesquisa apresentaram que a disciplina de Cultura Religiosa é algo positivo, mas não fundamental. Ele apresenta que, assim como ocorreu no Censo do IBGE de 2010, em 2013, na pesquisa realizada na PUC-Minas, verificou-se uma queda na quantidade de alunos católicos, visto que a universidade havia feito uma outra pesquisa em 1990 e o número dos que se declaravam católicos foi maior. Sobre os que se autodeclararam “sem religião”, ele afirma que é necessário refletir e aprofundar a investigação (BAPTISTA, 2014).

Como já apresentando anteriormente, ministrei a disciplina “Estudo do Homem Contemporâneo” que vem de encontro com essa disciplina de Cultura Religiosa pois além de tratar de política, cidadania, responsabilidade social, também tratava de ética, moral e fenômeno religioso. Ministrei essa disciplina em cursos de Pedagogia, Psicologia, Farmácia, Enfermagem, Gastronomia, Ciências Contábeis, Direito, Arquitetura, Administração e variadas Engenharias. E mesmo sendo cursos tão variados, muitos pensavam dessa mesma forma, que a disciplina era interessante, mas que não era importante ou mesmo fundamental para a formação acadêmica e

até alguns alunos questionavam que essa disciplina, pois estava tirando o espaço de outras mais importantes. Mas ao debater fenômeno religioso, ética e moral, eu percebia que havia uma contradição em muitos discentes. O discurso que traziam para os debates, que eu fazia com eles em sala de aula, não se conectavam com as doutrinas das religiões que se autodeclaravam, sobretudo as cristãs católicas e evangélicas.

A pesquisa da PUC-Rio foi publicada no livro *Perfil da juventude na PUC-Rio: reflexões sobre os impactos da pesquisa de 2018*, que foi organizado por Gonzaga, Ismael e Chaves. É a pesquisa mais recente dentre as quatro PUCs. Gonzaga apresenta na introdução que a pesquisa realizada em 2018 teve um questionário muito próximo da que foi realizada em 2006, mas com atualizações, sobretudo, por conta das novidades, como as plataformas digitais ou mesmo as redes sociais digitais, tão relevantes no momento atual (GONZAGA, 2020).

É primaz lembrar que hoje em dia os jovens universitários, em sua grande maioria, não vão mais para as ruas, mas sim fazem seus discursos via seus perfis das redes sociais e com isso vemos hoje muito discurso de ódio sem medo de ferir o outro, visto que de uma certa maneira as redes sociais os protegem do enfrentamento presencial com quem eles discordam ou atacam.

A pesquisa na PUC-Rio apresentou que houve uma expressiva diminuição de vínculo com religião. O número de universitários que se autodeclararam católicos diminuiu de 50,3%, em 2006, para 28,8%, em 2018. Houve, então, uma diminuição no percentual de católicos, que também foi comprovado pelo IBGE. Os censos de 2000 e 2010 atestaram que houve uma diminuição de 73% para 65% dentre os autodeclarados católicos. Bonelli acredita que existe uma nova visão dos jovens sobre a religião e que se faz necessário estudar esse fenômeno para que seja compreendido. Ele acredita que existe um caminho histórico da Igreja Católica na busca por diálogo com a juventude universitária, respeitando seus anseios e sua cultura jovem (BONELLI, 2020).

Essa busca de um diálogo com a juventude universitária, foi apresentado anteriormente via todo o histórico da AC, ACB, JUC, PU/PdU (orientado pelo SU). A Igreja Católica sempre esteve empenhada de se aproximar do universitário. O Concílio Vaticano II colaborou com isso e a “Igreja em saída” do Papa Francisco na atualidade fortalece essa comunicação sobretudo via o Pacto Educativo Global.

Mendes apresenta que a Igreja Católica apresenta documentos com relativa relevância sobre a juventude porque falam dos valores cristãos. E muitos acham que o jovem não tem valores, mas, segundo Mendes, eles possuem valores, mas que não mais correspondem com o que Igreja Católica acredita (MENDES, 2020).

É perceptível de que o jovem universitário possua valores, mas estes valores não estão ligados ao catolicismo ou ao que a Igreja Católica prega em seus documentos ou na doutrina, mas sim a uma sociedade secularizada e globalizada.

Como resultado, cheguei à conclusão de que os jovens universitários vivem uma grande dualidade entre a fé professada na religião católica e a vivência do cotidiano na universidade e na sociedade, mesmo em face das variadas formas de orientação da Igreja Católica – o que ficou evidente no primeiro e segundo capítulos desta dissertação. Eles têm os meios para obter as informações, via livros, artigos, textos, setores ligados à evangelização, e, dentro da universidade, os variados movimentos eclesiais, a própria PU/PdU, as paróquias e capelarias universitárias, sobretudo, nas IES de confissão católica.

REFERÊNCIAS

AGUADO, M. E. L. A presença da Igreja no meio universitário. **Revista Encontros Teológicos**. Ano 27 n. 03. Faculdade Católica de Santa Catarina (FACASC), 2016

AGNOLI, R. C. P. D. A Pastoral Universitária. **INTERAÇÕES**, v. 18, n.1, 2023.

ALKMIM, A. C. Metodologia de pesquisa do Perfil dos alunos da PUC-Rio 2018. In: GONZAGA, Waldecir; CHAVES, Alexandre Souza. ISMAEL, Ricardo. (Org.) **Perfil da Juventude na PUC-Rio: reflexões sobre os impactos da pesquisa de 2018**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2020. p.87-108.

ALVES, V. P. **Universidade em pastoral: uma nova visão sobre o jeito convencional de fazer pastoral na universidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

ANEC, Associação Nacional de Educação Católica no Brasil. **Compromisso com o Pacto Educativo Global. Missão e Profecia**. Disponível em: https://anec.org.br/wp-content/uploads/2020/09/2020_10_13_anec_pacto_global_folder-1.pdf/ Acesso em 10 de maio 2022.

ARCEBISPOS E BISPOS DO BRASIL. Acção Catholica Brasileira: Mandamento dos Arcebispos e Bispos do Brasil. **Revista A Ordem**. Nova Série n. 59. 1935. Disponível em <https://centrodomvital.com.br/nova-seria-no59-junho-de-1935/> Acesso em 10 maio 2022.

BAPTISTA, P. A. N. Geração Universitária da PUC-Minas: o que mudou entre 1990 e 2013?. **HORIZONTE- Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 12, n. 36, 2014.

BASTANTE, J. Compromisso definitivo de Francisco com o Pacto Educacional Global: “Deve progredir e avançar, não permanecer fechado”. **ADITAL. Instituto Humanitas Unisinos**, 2022. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/619139-compromisso-definitivo-de-francisco-com-o-pacto-educacional-global-deve-progredir-e-avancar-nao-permanecer-fechado> Acesso em 10 de maio de 2022.

BAUMAN, Z. O dom de Francisco. **ADITAL. Instituto Humanitas Unisinos**, 2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/565619-o-dom-de-francisco-artigo-de-zygmunt-bauman>. Acesso em 10 de maio de 2022.

BENEDETTI, L. R. Por um novo paradigma pastoral. **Revista de Pastoral da ANEC**, ano 1, n. 1. Brasília, 2009.

BEOZZO, J. O. Pastoral Universitária. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 42, n. 166. Petrópolis. Vozes, 1982

BOARETO, J. A. Os desafios do Pacto Educativo Global para o Ensino Superior. **Revista de Pastoral da ANEC**, Ano 6, n. 12, Brasília, 2021

BONELLI, M. A. G. Juventude, fé e universidade em tempos de Francisco: uma análise das pesquisas de perfil da juventude na PUC-Rio. In: GONZAGA, Waldecir; CHAVES, Alexandre Souza. ISMAEL, Ricardo. (Org.) **Perfil da Juventude na PUC-Rio: reflexões sobre os impactos da pesquisa de 2018**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2020. p.27-50.

BORAN, J. **O senso crítico e o Método Ver-Julgar-Agir para pequenos grupos de base**. São Paulo, Ed. Loyola, 1977.

BROLLO, A.; PEROZA, J. Pastoral na universidade: construindo caminhos na troca de experiências **Revista Pistis & Praxis: Teologia e Pastoral**, v. 1, n. 1, 2009.

BRUSTOLIN, D. L. A. Pacto Educativo Global. CNBB. Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/pacto-educativo-global/> Acesso em 10 de maio de 2022.

CAMPOS, M. B. Um exemplo de pesquisa com a juventude. A relação entre Educação religiosa no ensino médio e Universidade católica. **Revista de educación religiosa**, v. 2, n. 3, 2021.

CARVALHEIRA, D. M. P. Momentos históricos e desdobramentos da Ação Católica Brasileira. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v. 43, n. 169, 1983.

CELAM, Conselho Episcopal Latino-americano. **Missão da universidade na América Latina (Documento de Buga)**, Petrópolis: Vozes, 1968.

CONCÍLIO VATICANO II, 1962-1965, Vaticano. **Compêndio do Vaticano II: constituições, decretos, declarações**. 24ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Estudos da CNBB 56: Evangelização e Pastoral da Universidade**. São Paulo: Paulinas, 1988.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Roteiro de nucleação e iniciação da Pastoral Universitária**. Brasília: Edições CNBB, 1999.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pastoral Universitária fecha calendário para os próximos anos**. 14 out 2009. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/pastoral-universitaria-fecha-calendario-para-os-proximos-dois-anos/> Acesso em 10 maio 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pastoral Universitária: Documentos e Conferências**. Brasília: Edições CNBB, 2010.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Pastoral Universitário debate ação evangelizadora nas instituições de Ensino Superior**. 10 fev 2011. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/pastoral-universitaria-debate-acao-evangelizadora-nas-instituicoes-de-ensino-superior/>. Acesso em 10 maio 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Caminhos de Articulação da Pastoral Universitária na diocese e regionais**. 24 abril 2012. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/caminhos-de-articulacao-da-pastoral-universitaria-nas-dioceses-e-regionais/>. Acesso em 10 maio 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Curso forma agentes para a Pastoral Universitária**. 28 maio 2014. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/caminhos-de-articulacao-da-pastoral-universitaria-nas-dioceses-e-regionais/>. Acesso em 10 maio 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Estudos da CNBB 102: O seguimento de Jesus Cristo e a Ação Evangelizadora no Âmbito Universitário**. Brasília: Edições CNBB, 2016

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Regional Sul I da CNBB inicia a articulação da Pastoral Universitária**. 07 dez 2016. Disponível em <https://www.cnbb.org.br/regional-sul-1-da-cnbb-inicia-a-articulacao-da-pastoral-universitaria/>. Acesso em 10 maio 2022.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Estudos da CNBB 112: Setor Universidades da Igreja no Brasil: Identidade e Missão**. Brasília: Edições CNBB, 2019.

DALE, F. R. (org.) **A ação católica brasileira**. São Paulo: Edições Loyola, 1985.

DIAS, J. R. **Educar é amar para o Pacto Educativo Global do Papa Francisco**. São Paulo: Paulus, 2021.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium: a alegria do Evangelho** – sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. São Paulo: Paulus/Loyola, 2013.

FRIZZO, E. R. P. **A religião e a religiosidade dos universitários da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Teologia, Porto Alegre, 2012.

KLOPPENBURG, F. B. **Concílio Vaticano II**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1966.

GAVA, A. S. F. **A religiosidade do jovem contemporâneo: significados e interpretações**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade Unida de Vitória – Programa de Pós-Graduação, Vitória, 2013.

GONÇALVES, P. S. L. Universidade Católica: Fé e Cultura. **Cadernos de Fé e Cultura**, v. 1, n. 1, 2016.

GONZAGA, W.; CHAVES, A. S.; ISMAEL, R. (Orgs.) **Perfil da Juventude na PUC-Rio: reflexões sobre os impactos da pesquisa de 2018**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2020.

IHU, Instituto Humanitas Unisinos. Ver, julgar e agir: 50 anos de prática social católica. **ADITAL. Instituto Humanitas Unisinos**, 2011. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/noticias/43514-ver-julgar-e-agir-50-anos-de-pratica-social-catolica>. Acesso em 10 maio 2022.

IHU, Instituto Humanitas Unisinos. Fraternidade e Políticas Públicas. **ADITAL. Instituto Humanitas Unisinos**, 2018. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/583970-fraternidade-e-politicas-publicas>. Acesso em 10 maio 2022.

JOÃO XXIII, Papa. **Carta Encíclica Mater et Magistra (Sobre a evolução da questão social à luz da doutrina cristã)**. São Paulo: Paulinas, 1961.

LIMA, A. A. Diálogo com a Igreja e o Mundo Moderno. **Revista Paz e Terra**. Ano 1 n. 313, 1966.

MAIA, C. P.; SALES, L. M. P. Ação Católica e modernidade religiosa: um debate sobre a autonomia do leigo. **Debates Do NER**, v. 2 n. 34, 2019.

MANZINI, R.. Tempo e temas de Francisco. **ANNALES FAGE**, v. 1, n. 3, 2016

PÁTARO, C. S. O.; MEZZOMO, F. A. Onde estão a religião e a política? Compreensões de jovens universitários católicos, evangélicos e sem religião. **HORIZONTE - Revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião**, v. 16, n. 50, 2018.

PASSOS, J. D. Epicentros do Ensino Superior Católico. Um olhar sobre os textos do Magistério. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.79 n.313, 2019.

POM, Pontifícias Obras Missionárias. História da POM. **Site Pontifícias Obras Missionárias**. S.d. Disponível em <https://www.pom.org.br/historia/>. Acesso em 10 maio 2022.

POZZEBON, P. M. G. (Org.). **Pensar o humano hoje**. Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2006.

RIBEIRO, J. C. Significados e valores na religiosidade de universitários. **Revista Eclesiástica Brasileira**, v.78 n.311, 2019.

RIBEIRO, J. C. Juventude, desafio e enigma. **Vida Pastoral**, ano 54, n. 288, 2013.

ROCHA, D. S. Universidade Católica em diálogo, à luz do Concílio Vaticano II. **Cadernos De Fé E Cultura**, v. 1 n. 2. Campinas, 2016.

SANTANA JÚNIOR, M. M. **Dom Marcelo Pinto Carvalheira: a mística como práxis cristã**. Tese Mestrado – Ciências da Religião – Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2015.

SILVA, A. L. B. A sociedade contemporânea: a visão de Zygmunt Bauman. **Revista Extraprensa**, v. 4, n. 2, 2011.

SOUZA, N. Ação católica, militância leiga no Brasil: méritos e limites. **Revista de Cultura Teológica**, v. 14, n. 55, 2006.

SOUZA, N. Contexto e desenvolvimento histórico do Concílio Vaticano II. In. GONÇALVES, Paulo Sérgio Lopes. **Concílio Vaticano II análise e perspectivas**. São Paulo: Paulinas, 2004.

STONA, D. A importância da formação humanista para o jovem contemporâneo. **Anais II Congresso Internacional. Uma nova Pedagogia para a Sociedade Futura**. João do Polêsine, RS, 2016.

TABORDA, F. Pastoral Universitária. **Perspectiva Teológica**, v. 14, n. 33, 1982. Disponível em: <https://www.faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/2022>. Acesso em: 22 abr. 2023.

TEIXEIRA, A. M. F. Religião, vida universitária e juventude. **Religião e Sociedade**, v. 43, n. 1. Rio de Janeiro, 2023.

VATICANO, org. Pacto Educativo Global. **Instrumentum laboris**. Vaticano, 2020. Disponível em: <https://www.educationglobalcompact.org/resources/Risorse/instrumentum-laboris-pt.pdf>. Acesso em: 28 de fevereiro de 2024.